

ÁLVARO DIAS

**MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

PARANÁ

1990

203-0313
P223
1990
MFN 949

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1989

GOVERNADOR

Álvaro Dias

VICE-GOVERNADOR

Ary Veloso Queiroz

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CASA CIVIL

Antonio Acir Breda

CASA MILITAR

Darcy Cooper

ADMINISTRAÇÃO

Mário Pereira

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Osmar Fernandes Dias

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Fábio Campana

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Paulo Roberto Pereira de Souza

CULTURA

René Ariel Dotti

DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Ary Veloso Queiroz

Roberto Requião de Mello e Silva

EDUCAÇÃO

Gilda Poli Rocha Loures

ESPORTE E TURISMO

Edson Gradia

FAZENDA

Luiz Carlos Jorge Haully

JUSTIÇA, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Rubens Bueno

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Francisco de B. B. de Magalhães Filho

POLÍTICA HABITACIONAL

Odeni Villaca Mongruel

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Wagner Brússolo Pacheco

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Jerônimo de Albuquerque Maranhão

Luiz Chemin Guimarães

SAÚDE

Delcino Tavares da Silva

SEGURANÇA PÚBLICA

Antonio Lopes de Noronha

TRANSPORTES

Heinz Georg Herwig

Considerando os mandamentos contidos no art. 87, inciso X, e no art. 90, parágrafo único, inciso III, da Constituição Estadual, bem como o disposto no Decreto nº 1.417, de 18.09.87, e na Resolução Conjunta nº 03/87 — SEPL/CC, o Governador do Estado promulgou o Decreto nº 6246, de 07.12.89, regulamentando o atendimento às disposições constitucionais relativas a esta Mensagem à Assembléia e aos relatórios anuais concernentes à gestão das Secretarias de Estado, também encaminhados ao Poder Legislativo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. A SITUAÇÃO DO ESTADO	1
3. O DESEMPENHO DA ECONOMIA PARANAENSE	4
4. DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	7
4.1 DESENVOLVIMENTO URBANO	7
4.1.1 A Região Metropolitana de Curitiba	
4.1.2 Ações nos Municípios	
4.2 DEFESA DO MEIO AMBIENTE	9
4.2.1 Fiscalização, Controle e Saneamento Rural	
4.2.2 Controle da Erosão Urbana	
4.3 SANEAMENTO BÁSICO	9
4.3.1 Tarifas	
4.3.2 Obras	
4.3.3 Fontes de Recursos para Investimentos	
4.3.4 Qualidade de Água e Meio Ambiente	
4.3.5 Tecnologia	
4.3.6 Aspectos Institucionais	
5. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	13
5.1 DEFESA E FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	13
5.2 MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS	14
5.3 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	14
5.4 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	14
5.4.1 Centrais de Abastecimento do Paraná — CEASA	
5.4.2 Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFE/PR	
5.4.3 Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA	
5.4.4 Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/PR	
5.4.5 Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR	
5.4.6 Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR	
5.4.7 Fundação Instituto de Terras, Cartografia e Florestas — ITCF	
6. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	16
6.1 PRODUÇÃO MINERAL	16
6.2 ENSINO SUPERIOR	17
6.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	17
7. TRANSPORTES	18
7.1 A POLÍTICA DOS TRANSPORTES	18

7.2	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	18
7.3	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	19
7.4	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	19
7.5	TRANSPORTE AEROVIÁRIO	20
7.6	ATIVIDADES PORTUÁRIAS	20
8.	ENERGIA	21
8.1	ANO DE DIFICULDADES	21
8.2	MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA	21
8.3	EXPANSÃO DA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA	22
8.4	PESQUISA, TECNOLOGIA E MEIO-AMBIENTE	23
8.5	ADMINISTRAÇÃO	24
9.	EDUCAÇÃO	25
9.1	DIMENSÃO PEDAGÓGICA	25
9.2	DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	25
9.3	DIMENSÃO LOGÍSTICA	26
9.4	DIMENSÃO COMUNITÁRIA	26
10.	SAÚDE	27
10.1	UNIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS E DAS AÇÕES	27
10.2	REGIONALIZAÇÃO E SUDS	27
10.3	EXPANSÃO DOS SERVIÇOS	28
10.4	PROJETOS ESPECIAIS	28
11.	JUSTIÇA, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	29
11.1	SISTEMA PENITENCIÁRIO	29
11.2	AÇÃO SOCIAL	29
11.3	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	30
11.4	PROJETO GRALHA AZUL	30
11.5	RELAÇÕES NO TRABALHO	30
12.	SEGURANÇA PÚBLICA	32
12.1	AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	32
12.2	OUTRAS REALIZAÇÕES	32
13.	HABITAÇÃO	33
13.1	DESEMPENHO EM 1989	33
13.2	SITUAÇÃO DA COHAPAR	33
14.	CULTURA	34
14.1	PATRIMÔNIO CULTURAL	34
14.2	PESQUISA	34
14.3	PROMOÇÃO CULTURAL	34
14.4	LITERATURA	35
15.	ESPORTE E TURISMO	36
15.1	ESPORTE	36
15.1.1	Programa e Atividades Esportivas	
15.1.2	Programa de Atividades Recreativas	

15.2	TURISMO	37
15.2.1	Controle de Qualidade dos Empreendimentos Turísticos	
15.2.2	Promoção do Produto Turístico Paranaense	
15.2.3	Adequação de Pólos Turísticos	
16.	ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, FINANÇAS E FOMENTO	39
16.1	CAMPANHA “NOTA EM NOTA”	39
16.2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA TRIBUTÁRIA AOS MUNICÍPIOS	39
16.3	TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	40
16.4	AÇÃO NORMATIVA E FISCALIZADORA	40
16.5	AÇÃO SOCIAL	41
16.6	ADMINISTRAÇÃO BANCÁRIA	41
16.7	AÇÕES DE FOMENTO	43
17.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	45
17.1	GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	45
17.2	PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES	45
17.3	ADMINISTRAÇÃO GERAL	46
17.3.1	Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção — DECOM	
17.3.2	Departamento de Transporte Oficial — DETO	
17.3.3	Departamento de Imprensa Oficial do Estado — DIOE	
17.3.4	Departamento Estadual de Arquivo Público — DEAP	
17.3.5	Departamento Estadual e Administração de Material — DEAM	
17.4	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS — CELEPAR	48
18.	COORDENAÇÃO E ACESSORAMENTO	49
18.1	PLANEJAMENTO	49
18.2	ASSESSORAMENTO	50
18.3	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	51
18.4	COMUNICAÇÃO SOCIAL	51
APÊNDICE ESTATÍSTICO		
	Agricultura e Abastecimento	55
	Transportes	63
	Energia	89
	Educação	97
	Saúde	113
	Administração Fazendária	125
	Banestado	133
	BADEP	141
	Administração Geral	149

1. INTRODUÇÃO

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES DEPUTADOS:

A década de 80, que estamos encerrando, vem sendo considerada, por muitos, como década perdida para o Brasil, registrando significativos atrasos na área social e econômica.

O País enfrenta uma situação de miséria que o assemelha às nações mais pobres do Terceiro Mundo, com uma sensível piora do perfil da distribuição da riqueza. Esse quadro de injustiça social, o processo de aceleração inflacionária e a estagnação da renda per capita, privam a população da perspectiva de condições mais dignas de vida e de trabalho, dificultando o entendimento nacional.

Podemos afirmar que, ao final desta década, o País se defronta com duas curvas descendentes — no desempenho econômico e na legitimidade do sistema político, cuja crise foi causada pela incapacidade de superação da crise econômica — e uma curva vigorosamente ascendente, que é a das pressões e exigências da sociedade.

Esse panorama de crise repercutiu no Paraná, provocando a desaceleração da tendência de expansão e diversificação da economia iniciada nos anos 70. No entanto, embora acompanhando as grandes tendências nacionais, o Paraná não foi por elas atingido tão agudamente, graças à sua peculiar estrutura produtiva, com o predomínio da agropecuária e da agroindústria. Tais características possibilitaram ao Estado uma relativa independência das flutuações conjunturais verificadas na economia nacional, estimulando os investimentos acima da média do País.

Dois exemplos são ilustrativos.

Durante a década de 80, o comportamento positivo da agropecuária e das indústrias químicas e de alimentos compensou, em parte, a recessão que atingiu o setor da construção civil.

Em 1989, enquanto a média nacional de crescimento econômico girou em torno de 3,5%, a economia paranaense registrou um crescimento de 4,4%, sustentado pelo setor agrícola e pelo desempenho de atividades industriais correlatas.

Isto não significa que o Paraná seja uma ilha de prosperidade, imune às dificuldades que afetaram a situação nacional, mas não se pode negar que, na década de 80, o Estado apresentou um desempenho positivamente diferenciado em relação ao restante do País.

Quando assumimos o Governo do Estado, em 1987, reconhecíamos a gravidade da crise econômico-financeira do País e a herança de dificuldades legada pelo passado recente. Também afirmávamos a necessidade da coragem e da ousadia para promover a mudança dos rumos desanimadores que seguíamos. Daí porquê o Plano de Governo 1987/91 firmou a diretriz maior de realizar a proposta política de gerir o Estado de forma competente, aplicando os recursos públicos com eficiência, eficácia e probidade.

As políticas governamentais têm por objetivo precípuo, não apenas a resposta imediata às reivindicações da população, mas também a criação das infra-estruturas econômica, política e social necessárias ao Paraná do século XXI.

Daí o esforço permanente do nosso Governo em relação à modernização, expansão industrial e atração de novos investimentos. Estes, no biênio 87/88, chegaram a US\$ 2,5 bilhões, fazendo com que o Paraná ocupasse o primeiro lugar em crescimento industrial no País, em 1989.

Para que tais investimentos se tornassem possíveis, foi decisiva a ação governamental, especialmente para propiciar as condições de credibilidade indispensáveis para atrair investidores.

As medidas saneadoras adotadas na administração fazendária e bancária e o incremento às ações de fomento foram preliminares da mais alta importância.

O Banestado, em 1989, conseguiu um excelente resultado, assegurando o sétimo lugar no "ranking" nacional e o terceiro dentre os bancos comerciais estaduais. Com um lucro líquido de NCz\$ 371 milhões, pôde apresentar uma rentabilidade de 21,49% no exercício, colocando-se na média dos maiores bancos. Seu patrimônio líquido chegou a NCz\$ 1,7 bilhão e o lucro se cifrou em NCz\$ 43,95 por lote de 1000 ações. O Banco Del

Paraná, graças à filosofia implantada a partir de 88, teve seu resultado líquido acrescido em 81%, numa inflação anual de cerca de 25%, em contraste com o seu envolvimento anterior em operações que ensejaram inclusive ação policial.

As ações de fomento, através do BADEP, apresentaram excelentes resultados, atingindo um montante repassado às empresas de NCz\$ 1.517 milhões a preços de dezembro. De 87 a 89, a atuação do Banco propiciou a criação de cerca de 20 mil novos empregos e um acréscimo no ICM da ordem de US\$ 144 milhões. É preciso notar que, dos recursos alocados ao setor produtivo, 65,5% do volume contratado se localizaram no interior do Estado, cumprindo a política de descentralização dos investimentos. E todos os resultados foram alcançados — é bom que se diga — apesar da inadimplência dos grandes devedores, como o Grupo Atalla e a CIC, levando o Badep a ter de administrar dificuldades, agravadas com os eventos relacionados ao BRDE e motivados pela quebra do Produban, de Alagoas.

Em acréscimo, o Governo do Estado prosseguiu com os seus investimentos em infra-estrutura. Assim, mesmo numa década de paralisação dos investimentos públicos, o Paraná, graças à postura do Governo, apresentou condições favoráveis para que indústrias aqui viessem se estabelecer.

No decorrer de 89, investimos cerca de NCz\$ 453 milhões em programas de rodovias pavimentadas. De março de 87 a dezembro de 89, os investimentos somam cerca de US\$ 450 milhões, com a conclusão de 2.523 Km de pavimentação de rodovias, 1.705 Km de restauração e rejuvenescimento de pavimento, 14.064 Km de implantação em revestimento primário e 6.643 metros de obras-de-arte especiais. Além disto, empreendimentos de grande vulto, como as duplicações Londrina-Maringá, Ponta Grossa-Piraí do Sul, Br-376 e a construção da ponte sobre o rio Paraná, em Porto Camargo — a segunda maior do País depois da Rio-Niterói, irão contribuir para a consolidação da posição do Paraná no sistema nacional dos corredores de transporte e de exportação. O Porto de Paranaguá, em 89, exportou mais de 13 milhões de toneladas, tornando-se o primeiro do País em quantidade de grãos exportados e gerando uma receita de US\$ 3 bilhões.

Outro setor de fundamental importância em nosso Governo é o da agricultura.

O ano de 89 foi marcado pela consolidação dos investimentos na potencialidade do campo e na competência dos produtores. Atendendo a mais de 100 mil agricultores, desenvolvemos 1.150 microbacias e irrigamos cerca de 28 mil hectares. Os programas executados, concretizando o Plano de Agricultura e Abastecimento, garantiram à administração pública um ritmo de eficiência que possibilitou, não apenas a recuperação da produtividade de nossas principais culturas, como também a certeza do futuro da agropecuária. Em 88/89, o valor bruto da produção agrícola do Paraná ficou em torno de US\$ 2,7 bilhões, com um acréscimo de 20% sobre a safra anterior.

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS:

Esta mensagem e os relatórios de cada Secretaria de Estado, que entregamos a esta Casa, em obediência ao preceito constitucional, servirão de base para a informação e a reflexão de Vossas Excelências.

Sem pretender analisar ponto por ponto os desafios enfrentados e vencidos em nossa administração, apenas selecionamos alguns dados para respaldar nossa afirmação inicial: o Paraná vem respondendo, com competência e trabalho, aos desafios impostos para o ingresso na década de 90.

Com respeito à administração estadual, tivemos preocupação constante com o adequado aproveitamento dos nossos recursos materiais e humanos e com a modernização do serviço público. Melhoras significativas foram implantadas, valorizando o servidor, propiciando o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades. Entretanto, nem sempre fomos compreendidos, especialmente na firme disposição de adotar medidas de austeridade e de redução dos gastos públicos.

As soluções populistas, sempre ilusórias, nunca representam medidas justas e efetivas para a solução da questão social. Cabe ao governante garantir a justiça na divisão dos sacrifícios necessários, pedindo realismo e disciplina nas legítimas reivindicações. Para que o Estado possa atender adequadamente às necessidades

da população, conforme lhe compete, é necessário que a sua máquina administrativa funcione com eficácia e probidade, evitando um crescimento desmedido.

Assumimos o governo quando o Plano Cruzado, após breve euforia, já chegara ao fracasso conhecido, embora tenha mantido os salários congelados por um ano e tenha propiciado um crescimento da arrecadação do ICM em 27%, acima da inflação.

Antes do Plano Cruzado, como se sabe, os salários eram reajustados anualmente e, depois, semestralmente.

Com o seu fracasso, nós nos defrontamos, em março de 1987, com a retomada do processo inflacionário, a correlata corrosão dos salários e, por outro lado, com os reajustes mensais dos salários e com a estagnação e mesmo a queda real da arrecadação.

Apesar dessas dificuldades imensas, implantamos o 13º salário integral e honramos os avanços garantidos pela Constituição, como a implantação do terço de férias, das diversas isonomias, e dos reajustes mensais dos salários das Fundações e o seu acréscimo pela produtividade. Ademais, em nossa gestão, cerca de 6.500 funcionários se aposentaram às expensas do Tesouro, o que, adicionado aos “desmontes” de estruturas federais, onerou enormemente o custeio mantido pelo Estado.

Na área da educação, decretamos a gratuidade do Ensino Superior; implantamos a FUNIOESTE, embrião da quarta Universidade Estadual; criamos o Quadro de Carreira para todas as instituições de ensino superior estaduais, eliminando distorções e proporcionando as garantias básicas para o aprimoramento da qualidade do ensino no Estado. Nunca um Governo investiu tanto em construções nesta área. Após mais de 20 anos de quase total paralisação, o Estado retomou os investimentos na ampliação dos campi universitários — o campus de Ponta Grossa, por exemplo, teve sua área construída triplicada.

Por outro lado, imensas dificuldades tiveram de ser superadas, o que exigiu criatividade, austeridade e competência.

Vejam os exemplos da dívida fundada do Estado. No nosso período de governo, pagamos mais do que tomamos emprestado. Apesar de havermos passado a pagar a dívida externa, vencida e vincenda, e de continuarmos a pagar as dívidas com os diversos organismos oficiais, não houve variação substancial do saldo devedor. A única variação deveu-se à incorporação de encargos e à flutuação das taxas cambiais da “cesta de moedas” — uma

vez que nossa dívida se acha vinculada a seis diferentes moedas estrangeiras.

Note-se, por outro lado, que, apesar da aludida conjuntura de imensas dificuldades, o Governo deu prioridade ao servidor público, com sacrifícios e cortes de investimentos, e atendendo ao imperativo de compatibilizar a melhoria progressiva da sua remuneração com a receita disponível, visto que os recursos são obviamente insuficientes, sobretudo na grave crise fiscal que afeta o Poder Público, no Brasil.

Exercendo a austeridade e aplicando os rígidos controles necessários, mantivemos estável o número de funcionários.

Cabe ressaltar, entretanto, que, com o reajuste salarial concedido em janeiro de 1990, a folha de pagamentos aumentou 61,1% acima da inflação, relativamente a janeiro de 1989 (acréscimo de 2.995% contra uma inflação de 1765%). Em contrapartida, a arrecadação de ICM apresentou crescimento de 36,2% acima da inflação.

Conseguimos manter o Estado num equilíbrio satisfatório, assegurando um ritmo razoável de investimentos e atendendo às despesas de custeio, mas os riscos são ponderáveis por causa da grave e vulnerável situação econômica do País.

A instalação do novo governo da República, decorrente de eleição direta e por maioria absoluta dos votos, representa a consolidação definitiva do processo de redemocratização do País e a oportunidade para que, povo e governo unidos, possam superar as dificuldades presentes, retomar os caminhos do desenvolvimento e reverter o secular problema da injustiça social.

A Nação tem pressa e cobrará, certamente, os compromissos assumidos pelo Presidente eleito. Açoitada pela penúria econômica, num País onde as carências e as desigualdades são brutais, a maioria dos cidadãos exige de todos homens públicos que - pertençam ao Poder que pertençam - se modernizem, abandonando as velhas práticas e valorizando, por sua conduta ética, as instituições que encarnam e devem fazer funcionar.

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS:

A Nação quer trilhar os caminhos do desenvolvimento eco-

existência, a continuar um processo inflacionário com o que estamos vivendo.

A instalação do novo governo da República, decorrente de eleição direta e por maioria absoluta dos votos, representa a consolidação definitiva do processo de redemocratização do País e a oportunidade para que, povo e governo unidos, possam superar as dificuldades presentes, retomar os caminhos do desenvolvimento e reverter o secular problema da injustiça social.

A Nação tem pressa e cobrará, certamente, os compromissos assumidos pelo Presidente eleito. Açoitada pela penúria econômica, num País onde as carências e as desigualdades são brutais, a maioria dos cidadãos exige de todos homens públicos — pertençam ao Poder que pertençam — se modernizem, abandonando as velhas práticas e valorizando, por sua conduta ética, as instituições que encarnam e devem fazer funcionar.

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS:

A Nação quer trilhar os caminhos do desenvolvimento econômico com justiça social e com reduzida taxa de inflação, minimizando as perdas de poder aquisitivo dos salários e das aposentadorias e pensões.

É urgente recolocar o País no eixo da normalidade econômica, política e, sobretudo, social.

Para o atendimento dessas aspirações e para a realização desta tarefa de reconstrução, o Paraná dará sua contribuição com o que tem de melhor: sua capacidade de trabalho, sua competência e sua coragem.

VIII

A prestação de contas que fazemos a esta Casa tem o significado de compromisso que assumimos, perante o povo do Paraná, na tarefa de lançar as bases sólidas para um futuro melhor, mais digno e mais justo para todos os brasileiros. Esta é a intenção que nos guia e esta é, principalmente, a esperança que alimenta a nossa caminhada.

Muito obrigado.

Curitiba, 15 de fevereiro de 1990

ÁLVARO DIAS
Governador do Estado do Paraná

2. A SITUAÇÃO DO ESTADO

A política governamental foi formulada no início do Governo e tem sido executada, considerando uma visão integrada do Paraná - setores público e privado - e a inserção do Estado no contexto nacional. O Plano de Governo, um dos principais instrumentos para o balizamento da política do Estado, deixou também expresso que o planejamento não se esgota na elaboração de um documento, com ele, na verdade, se iniciando. Afigurava-se indispensável, consoante se antecipou, conhecer as mudanças pelas quais a sociedade paranaense e a brasileira iriam passar. Com informações dessa natureza, poder-se-iam promover alterações de rumo e mudanças de ênfase que, a cada passo, fossem oportunas.

Em março de 1987, o processo de democratização do Brasil entrava em fase decisiva. Decorrido o primeiro ano de administração federal não sujeita à tutela militar, haviam sido realizadas as eleições para os governos estaduais, para as assembleias legislativas e para o Congresso, com poderes constituintes. O marco institucional da Constituição Federal, indispensável ao estado de direito democrático, foi concretizado em outubro de 1988 e, um ano após, a Assembléia Legislativa do Paraná promulgou a Constituição Estadual, com sua filosofia e seu instrumental adaptados às inovadoras normas federais.

Do ponto de vista da institucionalização do estado de direito democrático, o fundamental foi a realização das eleições presidenciais de 1989. Importa frisar que a instalação do novo governo, decorrente de eleição direta e por maioria absoluta dos votos, representa a consolidação definitiva do processo de redemocratização do País.

Sabe-se, entretanto, que o governo do presidente eleito em dezembro próximo passado deverá assumir num ambiente econômico profundamente afetado por uma inflação elevada e pela ameaça de hiperinflação, coroando uma prolongada crise econômica, que se agravou ao longo dos anos 80.

O Paraná e os demais Estados foram abalados pelo agravamento da crise e, particularmente, pelos seus desdobramentos na crise fiscal e na crise da dívida externa, iniciada em 1982.

O Paraná e as demais unidades federativas viram aumentar, dia-a-dia, sua dependência do quadro nacional desfavorável, afetando a sua situação e as suas perspectivas imediatas. E essa dependência deve ser entendida em seu mais lato sentido: econômico, financeiro, fiscal, social e político-institucional.

A despedida dos anos 80 e a conseqüente entrada dos anos 90 induzem-nos a lembrar que um período histórico-político deve ser compreendido e

conceituado mediante o balizamento mais amplo de todo o processo histórico do País. Devem também ser consideradas, contudo, as implicações e inter-relações da realidade e da ação política — aspectos relevantes do funcionamento do poder público, em nível dos Poderes Legislativo e Executivo —, com os seus fundamentos sociais, de múltiplas naturezas, tais como: econômica, educacional e cultural, ética e jurídico-institucional.

A instalação e o pleno funcionamento do próximo governo federal completarão a transição democrática. Iniciar-se-á, por conseguinte, um novo período histórico-político. O Brasil terá, então, retomado — em termos de maior efetividade político-institucional — a experiência do processo democrático de 1946/1964.

O processo lento e gradual de retorno ao estado de direito democrático, iniciado em 1973/74, foi envolvido e atropelado pela progressiva deterioração das condições econômicas, a partir dos choques externos decorrentes da alta dos preços do petróleo e da própria crise econômica mundial.

Em verdade, a normalização político-institucional se tem confrontado com problemas econômicos, que se agravaram constantemente desde 1973/74. Foi exceção a breve e frágil recuperação econômica de 1984/86 e, particularmente, os meses de euforia de queda da taxa de inflação e do crescimento, alcançados com o Plano Cruzado.

No Paraná, em face das dificuldades inúmeras e praticamente de toda ordem, o Plano de Governo 1987/1991 firmou (em suas diretrizes, e assim está sendo cumprido) que haveria de ser garantida a eficaz realização da proposta política, mediante a resposta permanente, pelo Governo, ao desafio maior de gerir o Estado de forma competente, aplicando os recursos públicos com eficiência e eficácia.

De acordo com as diretrizes estabelecidas, buscou-se a maximização da capacidade de resposta e a racionalização dos diversos órgãos que compõem a administração, a partir da Lei nº 8485. As formas e rotinas dos órgãos públicos levaram a contínuas medidas, visando à racionalização, descentralização, agilização e reorganização das estruturas. Foram obtidas reduções do custo operacional, otimizando a aplicação dos recursos. Também foi logrado apreciável avanço no aperfeiçoamento da capacitação técnica e operacional da máquina administrativa, notadamente mediante melhorias na qualidade das informações, dos processos de tomadas de decisão, dos serviços e da realização de obras.

Outras linhas básicas concretizaram a racionalização, tal como a garantia de transparência da gestão do Estado. Outra foi a consolidação da visão ética no trato da coisa pública. Não apenas se combateu e se puniu a corrupção, o enriquecimento e o favorecimento ilícitos, como também se fortaleceu o sentido ético de todos que atuam no Governo.

O plano e a atuação do Governo do Estado se inseriram nos dados e nas tendências concretas que determinam e condicionam a sociedade paranaense em sua integração no conjunto da sociedade brasileira. O governo de uma unidade da Federação não tem, sob seu comando, instrumentos de política econômica e financeira capazes de efetivamente alterar ou inverter

o comportamento dos agentes econômicos. Dadas as condições estruturais e conjunturais do País, o referido pressuposto se transformou em problema central, dificultando e até inviabilizando a consecução de objetivos governamentais.

O fracasso do Plano Cruzado, contrariando frontalmente as expectativas inicialmente geradas, agravou radicalmente o quadro nacional. Os primeiros meses deste Governo foram afetados pela aceleração do processo inflacionário. Ao lado da conseqüente desarticulação do funcionamento do sistema econômico, as frustrações e a penalização da população, notadamente das camadas de mais baixo nível de renda, corroeram a credibilidade das políticas econômicas de âmbito nacional, impondo aos governos estaduais condições financeiras extremamente adversas.

Os planos de estabilização posteriores — Plano Bresser e Plano Verão —, mesmo que não tenham gerado expectativas menos favoráveis, não deixaram de contribuir, ao fracassarem, para a contínua deterioração da situação nacional e para a incessante perda da credibilidade do Governo Federal.

Ao Governo do Paraná se impôs a adoção de medidas excepcionais, reduzindo fortemente os gastos de custeio, contendo, nos limites toleráveis, os dispêndios salariais e reduzindo o ritmo das obras em andamento.

Por outro lado, procurou-se utilizar, na medida do possível, o conceito de que goza o Paraná junto aos órgãos financiadores, assim como a capacidade de endividamento, para contrair empréstimos destinados a empreendimentos. Estes, direta e indiretamente, tendem a traduzir-se em incrementos da capacidade produtiva estadual, gerando os recursos tributários ou tarifários capazes de permitir o pagamento desses mesmos empréstimos ao longo dos respectivos períodos de amortização.

O planejamento e a ação governamentais foram, assim, calcados no conhecimento e na adequada avaliação da realidade paranaense, particularmente da capacidade produtiva de sua população.

Por outro lado, o Paraná continuou a contribuir para os esforços nacionais de superação da crise dos anos 80, para a afirmação da vontade nacional e para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Têm sido destacados os aportes do Estado à construção do Brasil livre e democrático, aspiração permanente e profunda de todos os brasileiros.

Os anos 90 começam, no Brasil, sob duas grandes vertentes da esperança nacional: solução da grave problemática econômica, em termos de curto e de longo prazos e, no aspecto político-institucional, consolidação democrática no período 1990/1995.

As avaliações das perspectivas podem ser feitas a partir de uma integração das realidades econômica e político-institucional, em vista de suas fortes inter-relações, conforme se procurou evidenciar acima, bem como do adequado entendimento do processo histórico em que podem ser identificados os principais fatores do contexto nacional.

3. O DESEMPENHO DA ECONOMIA PARANAENSE

Os anos de 1980 vêm sendo considerados, por empresários e economistas, como uma “década perdida” para o Brasil, devido à redução do ritmo de crescimento da economia e dos decorrentes atrasos na área social.

Esse panorama nacional desfavorável repercutiu necessariamente no Estado do Paraná — com uma desaceleração da tendência de forte expansão e diversificação da economia estadual iniciada nos anos 70 —, embora esta tenha apresentado moderado dinamismo, crescendo a taxas superiores às da economia brasileira como um todo.

A economia brasileira, desde o início da década, passou a funcionar dentro de um quadro de incerteza generalizada a respeito de sua evolução futura, o que passou a influenciar a gestão empresarial, que, cada vez mais, teve de preocupar-se com o curto prazo.

Como resultado dessa instabilidade crônica, o PIB brasileiro cresceu apenas 2,9% ao ano, na década de 80, bem abaixo da taxa de 8,7% na década anterior, com expansão de 3,7% na agropecuária, 2,2% na indústria e 3,6% nos serviços, configurando um padrão de crescimento extremamente modesto diante da necessidade de cobrir a expansão anual da população economicamente ativa e evitar o desemprego estrutural. Para satisfazer tal condição, a economia deveria crescer cerca de 6% anuais, o que exigiria uma taxa de investimento ao redor de 22% do PIB, bastante superior à média de 18% registrada nesta década.

É interessante observar também que essa situação de desequilíbrio e rearranjos freqüentes nas decisões de produção se reflete de forma direta no nível de atividade econômica.

Assim, no Brasil, o período pós-1980 caracterizou-se por cinco movimentos distintos:

- 1) a profunda recessão entre 1981—83, resultante da adoção de uma política econômica que, voltada para o balanço de pagamento e à questão da dívida externa, provocou uma redução significativa no nível de atividade e uma forte redução salarial, afetando de forma mais intensa os setores produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital;
- 2) a recuperação iniciada em 1984, sustentada especialmente pelos setores mais articulados com as exportações e pelo desempenho das indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital, reflexo do comportamento positivo das exportações sobre o resto da economia. Essa recuperação prosseguiu, em 1985, voltada para o mercado

interno;

- 3) o crescimento de 1986 que, em decorrência do Plano Cruzado, resultou em superaquecimento da economia ou, em outros termos, na insuficiência de produção para o atendimento da demanda crescente, à medida que se esgotava a capacidade de oferta do setor industrial;
- 4) o desaquecimento de 1987 que, no segundo semestre, chegou a transformar-se em profunda recessão, especialmente no setor industrial, a qual persiste até o início de 1989, conseqüência da adoção de uma política econômica que privilegiou a manutenção de elevados e crescentes superávits na balança comercial e promoveu o encolhimento do mercado interno, reduzindo o poder aquisitivo da população;
- 5) a recuperação iniciada no segundo trimestre de 1989, vinculada ao mercado interno.

Feitas as contas, a economia brasileira fechou o ano de 1989 com uma taxa de crescimento de 3,5%, resultado surpreendente diante do quadro sombrio delineado no início do ano, que contemplava — com alta probabilidade — hiperinflação e recessão profunda. Entretanto, essa recuperação deve ser observada com redobrada cautela, pois esteve, num curto espaço de nove meses, estreitamente atrelada a elementos que caracterizam uma economia em processo de desorganização, tais como: congelamento de preços do Plano Verão, aceleração da inflação, antecipação de compras, formação especulativa de estoques, fuga para ativos reais e outros. Trata-se, assim, de fenômeno conjuntural, explicado por fatores meramente transitórios, que podem desaparecer de forma tão rápida e surpreendente como surgiram.

Não se trata, portanto, do início de um novo ciclo expansivo, dado que permanecem presentes e sem perspectivas de superação, em curto prazo, os entraves estruturais responsáveis pela desaceleração do ritmo de crescimento ao longo da década.

Embora acompanhando as grandes tendências verificadas, em nível nacional, nesses cinco movimentos, o Paraná não sentiu tanto a perversidade dos anos 80. Assim, a recessão entre 1981—83 não foi tão intensa; a recuperação não se concretizou em 1984, vindo a ocorrer de forma ampliada em 1985; o desempenho de 1986 foi modesto; a retração de 1987 não se reproduziu no Paraná; o ano de 1988 foi desfavorável; e, em 1989, o PIB do Estado voltou a crescer.

Esse comportamento distinto da economia paranaense decorre, no campo econômico, das características específicas de sua estrutura produtiva — na qual predominam a agropecuária e a agroindústria. Na tentativa de explicar melhor esse comportamento diferenciado da economia paranaense, cabem algumas observações adicionais:

- 1) A recessão atingiu de forma profunda a construção civil paranaense e seus principais fornecedores industriais. Entretanto, o comportamento positivo da agropecuária (especialmente do café), da indústria de alimentos e da indústria química (soja, derivados de petróleo e álcool), fez com que a recessão não fosse tão intensa, compensando parcialmente, em termos de taxa de crescimento, os efeitos daquela

conjuntura de crise.

- 2) A recuperação iniciada em 1984 não se verificou no Paraná, devido ao comportamento negativo da produção agropecuária (sobretudo o café) e da indústria de alimentos; ao reduzido peso das exportações industriais externas na composição do PIB; e à diminuta presença dos bens de consumo duráveis e de capital em sua estrutura industrial.
- 3) O prosseguimento da recuperação econômica, em 1985, se manifestou de forma ampliada no Paraná, em razão da substancial evolução da produção agropecuária e dos setores industriais a ela vinculados.
- 4) Em 1986, apesar dos reflexos positivos do Plano Cruzado, a economia paranaense manteve-se estacionária face à quebra na produção agropecuária, associada à estiagem do final de 1985 e início de 1986, interferindo negativamente na produção da agroindústria.
- 5) A retração de 1987 atingiu a economia paranaense com menor intensidade do que a brasileira devido ao excelente desempenho da agropecuária e da agroindústria, ligado às condições climáticas favoráveis.
- 6) Em 1988, o PIB paranaense apresentou decréscimo de 6,5%, associado à conjuntura recessiva em nível nacional e, sobretudo, à redução de 11,9% no setor agropecuário, especialmente nas lavouras de café e milho.
- 7) Em 1989, a economia paranaense registrou um crescimento de 4,4% (superior aos 3,5% estimados para o Brasil), sustentado pela recuperação parcial da produção cafeeira e pelo desempenho de atividades industriais integrantes dos gêneros mecânico (refrigeradores, frizeres e equipamentos frigoríficos), papel e papelão, bebidas e material de transporte.

Outras atividades, cujo desempenho superou a média da economia foram, no setor agrícola, as safras de cana-de-açúcar (+ 6,3%) e soja (+ 6%) e, no setor industrial, a fabricação de fertilizantes nitrogenados (+ 6,2%), aço bruto e laminados não planos (+ 5,0%).

Estes resultados positivos, principalmente se comparados no quadro recessivo nacional, já traduzem, em parte, o trabalho realizado pelo governo estadual no apoio à agricultura, à agroindústria e ao desenvolvimento das atividades industriais como um todo.

4. DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

As transformações tecnológicas no campo obrigam os centros urbanizados a arcar com o ônus social dos excedentes populacionais colocados à margem do processo econômico da agricultura.

A rapidez do fenômeno migratório priorizou as ações do Executivo no sentido de criar estruturas técnico-administrativas capazes de respaldar a necessidade urgente de organização econômica e social dos migrantes, compatibilizando, ao mesmo tempo, a evolução da sociedade original com a nova realidade decorrente da mudança do aspecto social.

A nova estratégia do desenvolvimento urbano é, de forma acentuada, a valorização do social, dentro da modernidade pretendida.

Na seqüência da estratégia, a prioridade absoluta para as políticas sobre o meio ambiente, como nova divisa do governo estadual, colocando a questão ambiental na estrutura das políticas de desenvolvimento urbano, com peso igual ao de outros setores, como transporte coletivo, sistema viário, projetos de eletrificação, educação, saúde e outros.

As ações abrangem o combate à erosão urbana, execução de projetos de saneamento básico nas grandes cidades e nas pequenas comunidades rurais, através do Programa Estadual de Saneamento Rural, com a implantação de microssistemas de abastecimento de água em comunidades de até 2.000 habitantes. Ainda, disciplina rigorosa no cumprimento da legislação referente ao uso do solo no litoral, na participação decidida no Consórcio Mata Atlântica e em inúmeras outras atividades preservacionistas já incorporadas à rotina dos diversos órgãos que integram a administração pública do Estado.

Conjugar as ações que objetivam o desenvolvimento urbano e a preservação do meio ambiente é uma tarefa que exige muita criatividade, em função da forte crise econômica que atinge o País e, conseqüentemente, o Estado do Paraná.

A administração estadual, consciente da dimensão dessa tarefa, inclui em suas ações a participação direta da comunidade, por meio de seus segmentos representativos.

O Governo do Estado conta, assim, com a presença absoluta do âmbito municipalista no desenvolvimento de suas ações.

4.1 Desenvolvimento Urbano

O Governo do Estado proporcionou, em 1989, uma nova e moderna visão político-administrativa para a regionalização dos meios e recursos, com

vistas ao desenvolvimento integrado do Estado. Este processo tem como base o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, a ser desenvolvido em 5 anos, com recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, Tesouro do Estado e das próprias Prefeituras Municipais. O aporte financeiro é de US\$ 210,2 milhões para investimentos em obras de infra-estrutura urbana com base em três áreas específicas: habitação e serviços urbanos, saneamento e meio ambiente; e mobilidade e acessibilidade.

O PEDU constitui-se no principal instrumento de sedimentação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio-Ambiente — SEDU, no sentido de implementar uma política de gestão urbana adequada às características sócio-econômicas de cada município e região.

O Governo do Estado pode antecipar-se, assim, às mudanças decorrentes da Constituição de 1988, preparando os municípios para enfrentar os novos encargos e gerir as novas fontes de recursos.

4.1.1 Região Metropolitana de Curitiba

Tendo como objetivo a formulação das diretrizes para o desenvolvimento regional e o ajuste dos planos setoriais da administração pública estadual ao fenômeno metropolitano, a COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba) procurou, através de uma reformulação institucional, oferecer respostas às demandas de recursos para investimentos e assistência técnica na Região Metropolitana de Curitiba.

Entre outras diretrizes, destaca-se a elaboração do PMDI — Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado que contempla a organização territorial, levando em conta o incremento populacional ocorrido na última década, representando uma nova proposta de gestão metropolitana. Nesse sentido, o Paraná assume, mais uma vez, a posição de vanguarda.

O Plano das Águas, elaborado em conjunto com a SUREHMA, SANE-PAR, EMATER, DNOS e coordenado pela COMEC, estabelece a política de uso das águas em compatibilidade com a organização do espaço da região e com a necessidade de preservação.

Em fase de conclusão, o Plano Diretor da Bacia do Passaúna, cujos mananciais já contribuem para o abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba (500 m³ por segundo). A área tem uma acentuada tendência de crescimento para os próximos anos e o Plano visa tornar compatível essa ocupação com a necessidade de preservação e de manutenção da qualidade da água.

4.1.2 Ações nos Municípios

Cumprindo com as finalidades que lhe são atribuídas por lei, e pelo Estatuto aprovado pelo Decreto 5208/89, a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR intensificou suas atividades de assistência técnica às municipalidades paranaenses, priorizando a transferência de informações básicas, principalmente quanto às inovações introduzidas pela Consti-

tuição Federal e pela Constituição Estadual que ampliaram os encargos dos municípios. Tais objetivos foram viabilizados através de cursos, encontros regionais, seminários, entre outras atividades.

4.2 Defesa do Meio Ambiente

4.2.1 Fiscalização, Controle e Saneamento Rural

A partir de 1986, o Governo do Estado adotou uma postura mais rígida de fiscalização e controle ambiental com a reordenação de toda a política ambiental feita pela SUREHMA (Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente). Os resultados foram além das expectativas. O Paraná, hoje, é reconhecido nacionalmente como um dos mais eficientes Estados nessa área de atuação.

O Programa Estadual de Saneamento Rural tem como objetivo maior a melhoria da qualidade de vida da população rural aglomerada, desenvolvendo projetos de implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades entre 50 a 2.000 habitantes.

Em 1989, a SUREHMA promoveu a perfuração de 106 poços, sendo 63 para o meio rural e viabilizou recursos para a perfuração de outros 53 por empresas privadas. Foram beneficiadas 116 comunidades rurais.

4.2.2 Controle da Erosão Urbana

A Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental — SUCEAM deixou de lado sua atuação tradicional voltada apenas às regiões norte e nordeste do Estado, onde predominam os solos de arenito caiuá, mais suscetíveis ao fenômeno da erosão.

As ações foram estendidas ao litoral, à bacia hidrográfica do rio Iguaçu e à região do extremo Oeste do Estado.

Além dessas atividades, foi realizado o trabalho de assistência técnica, caracterizado pela elaboração de projetos de engenharia, orientação executiva de obras e permanente atendimento às Prefeituras, resultando na elaboração de projetos de engenharia de drenagem pluvial, assim como atividades de análises e aprovação de projetos e acompanhamento de obras referentes à área de galerias de águas pluviais, pavimentação, meio-fio e calçadas nos municípios incluídos na fase final do Programa de Ação Municipal — PRAM.

4.3 Saneamento Básico

Considerando-se a forte retração na disponibilidade de recursos para financiar investimentos públicos e a quase inexistência de recursos federais disponíveis para esse fim, o Paraná foi um dos poucos estados brasileiros, em 1989, a conseguir manter em andamento um programa de obras de sanea-

mento básico, com a realização de novas ligações de água e ampliação de rede de distribuição em todo o Estado, conseguindo um maior contingente de população beneficiada. Foram 55.000 novas ligações de água, atendendo a mais de 250.000 pessoas; 12.000 novas ligações de esgoto, atendendo a mais de 55.000 pessoas; 824 km de ampliação de rede de água; 423 km de ampliação de rede de esgotos.

Com isso, 6,3 milhões de pessoas recebem água tratada e 1,6 milhão de pessoas são atendidas com serviço de esgoto. Desta forma, hoje, 90% da população urbana do Estado (sistemas atendidos pela Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR) recebe os benefícios de água tratada, tendo sido atendido o objetivo estratégico da empresa, de modo que 46% são atendidos com o esgotamento sanitário.

4.3.1 Tarifas

A SANEPAR tem praticado tarifas diferenciadas e de aspecto social, apesar dos elevados índices inflacionários e da elevação dos custos de produção e das matérias-primas. Dos 564 sistemas operados, apenas 20 são superavitários. O déficit apresentado pela maioria dos sistemas é compensado com a prática de tarifas uniformes para todo o Estado. O subsídio está presente também nas tarifas cobradas para as faixas de população que menos consomem e que representam a maioria da população abastecida pela SANEPAR. O subsídio diminui à medida que o consumo aumenta. Às entidades filantrópicas foi concedido subsídio até 50% do valor das faturas.

4.3.2 Obras

Ao longo do ano foi possível retomar obras paralisadas e abrir novas frentes de trabalho na área de água e esgoto, em cerca de 150 municípios do Estado. Esse trabalho só foi possível graças à participação municipal, com fornecimento de mão-de-obra própria.

Em 1989, foram investidos cerca de NCz\$ 3.200.000,00, que, mesmo assim, correspondem a apenas um terço das necessidades.

Deu-se continuidade a investimentos estratégicos em localidades de grande porte (ampliação do sistema de água de Londrina/Cambé e ampliação do esgotamento sanitário de Cascavel e Toledo). Para equacionar a deficiência de água em Curitiba no verão, a aquisição e instalação de novos equipamentos e a melhoria do sistema produtor proporcionaram um ganho real na produção de mais 600 litros por segundo, acrescidos aos 4.000 litros por segundo já existentes.

Visando a outras obras de vulto, está em concorrência o projeto global de água e esgotos da Região Metropolitana de Curitiba e, também em fase de licitação de projeto, a construção de um Sistema Integrado de Abastecimento e Água para atendimento da faixa litorânea, de Matinhos até Pontal do Sul, bem como a licitação das obras de ampliação dos sistemas de água e esgotamento sanitário de Maringá, estando em negociações recursos para ampliação do sistema de água de Foz do Iguaçu.

4.3.3 Fontes de Recursos para Investimentos

A SANEPAR enfrentou dificuldades para dispor de fontes de recursos, ocasionando toda a gama de conseqüências próprias a essa situação, criando a necessidade de busca de novas fontes e gerando negociações com organismos internacionais. Através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, a SANEPAR foi beneficiada com a assinatura de “Contrato de Projeto” com o BIRD, num total de US\$ 76,000,000.00 a serem aplicados em 5 anos (em fase de efetivação).

Negociações com a Caixa Econômica Federal — CEF, através da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais — AESBE, resultaram na criação de uma linha de financiamento para aplicação em desenvolvimento operacional e que vincula a uma participação no montante de 6% do valor de contrato de financiamento.

Dentro do acordo de cooperação assinado pelo Ministério de Relações Exteriores Brasil/Itália, a SANEPAR está gerenciando a obtenção de recursos para a elaboração de Plano Diretor para Curitiba e Região Metropolitana (US\$ 14,000,000.00); ampliação de serviço de abastecimento de água e serviço de esgotamento sanitário da cidade de Maringá (US\$ 58,000,000.00) e execução das barragens dos rios Iraí e Miringuava na Região Metropolitana de Curitiba (US\$ 69,200,000.00).

4.3.4 Qualidade de Água e Meio Ambiente

No que se refere à proteção de mananciais e do meio ambiente, o plano de administração estratégica sofreu significativa reorientação, deixando de se preocupar exclusivamente com obras e operação de sistemas, preocupando-se também a questão ambiental.

Destacam-se os mananciais de abastecimento, com participação nos projetos, programas e ações ambientais para bacias hidrográficas e seus respectivos recursos hídricos que visem resguardá-los como mananciais de abastecimento público, atual e futuro. O Paraná, hoje, possui um dos mais elevados percentuais de atendimento com fluor, num total de 150 municípios atendidos com a fluoretação de água, ou seja, 4,7 milhões de habitantes recebem o benefício desse tratamento.

4.3.5 Tecnologia

O Paraná tornou-se um Estado exportador de “know-how”. A SANEPAR repassa sua tecnologia a outros estados e países. Cabe mencionar que, a partir de 1987, a SANEPAR vem atuando no campo de consultoria internacional, repassando de forma remunerada sua tecnologia às empresas congêneres latino-americanas.

Atualmente, a empresa está atuando em 4 países latino-americanos: Uruguai, Guatemala, Argentina e Paraguai. Na área de pesquisa, foram

desenvolvidas diversas ações na busca de técnicas de tratamento de água e esgoto, de automatização de sistemas, de simplificação de processos construtivos e de melhoria do rendimento energético dos sistemas, principalmente no que diz respeito aos Reatores Anaeróbicos de Fluxo Ascendente para tratamento de esgotos sanitários, a baixo custo:

Desenvolveu-se tecnologia para desinfecção de águas de abastecimento público, através da geração de gases oxidantes produzidos no próprio local.

Encontram-se em andamento estudos para assinatura de convênios com Universidades públicas e privadas para pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para uso no setor.

4.3.6 Aspectos Institucionais

Com a adoção, em 1989, de novo modelo organizacional, foi possível a extinção de 42 órgãos gerenciais, sem prejuízo do serviço prestado às comunidades. A implantação do Plano de Cargos e Salários compatibilizou a hierarquização interna de todos os cargos/funções, de acordo com a sazonalidade do mercado, proporcionando o aumento da satisfação dos empregados, resultando em incremento de produtividade, tendo o quadro de funcionários permanecido estável, ao mesmo tempo em que foram acrescidas mais 55.000 ligações de água e 12.000 ligações de esgoto. A SANEPAR, a partir de 1989, passou a contar com o seu próprio Centro de Processamento e Dados cujos serviços eram, anteriormente, desenvolvidos pela CELEPAR, reduzindo suas despesas mensais em cerca de 3%.

5. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

O Governo do Paraná firmou, em 1989, o contrato de empréstimo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento para o Programa de Desenvolvimento do Meio Rural-Paraná Rural. Trata-se da concretização do Plano de Agricultura e Abastecimento da administração estadual que, ao dar efetiva prioridade ao meio rural, incorpora ao conceito de produzir o enfoque conservacionista e de recuperação dos recursos naturais - itens básicos e de referência dentro do Paraná Rural e dos vários programas desenvolvidos pelo Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento que impuseram um ritmo de eficiência, permitindo não apenas a recuperação da produtividade das principais culturas, como também passaram a garantir o futuro da agropecuária paranaense.

Desta forma, o ano de 1989 foi marcado pela consolidação dos esforços de uma administração que investiu na potencialidade do campo e na competência dos produtores. Graças a estes esforços, conseguimos envolver, em 1989, 100.000 produtores, desenvolver ações em 1.150 microbacias, irrigar mais de 22.000 hectares, inseminar 45.000 fêmeas bovinas, entre outras ações.

O Governo do Estado deu apoio administrativo, técnico e financeiro à realização de 53 exposições, feiras, festas agropecuárias e industriais e promoções técnicas, à reforma de 35 parques de exposições, e apoio a 35 entidades do setor agropecuário.

Entre esses eventos, merece destaque a realização da II Expotiba Internacional, através da qual foram comercializados mais de NCz\$ 25.000.000,00.

5.1 Defesa e Fiscalização Agropecuária

A atividade de defesa e fiscalização se desenvolveu em todos os municípios do Estado, atendendo a 150.000 produtores rurais. Os serviços de defesa, combate e controle de enfermidades animais viabilizaram a liberação das exportações de carne bovina para a Comunidade Econômica Européia.

A Defesa Sanitária Vegetal promoveu intercâmbio técnico e científico com a Universidade Federal do Paraná, através de convênio, visando à análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Foram efetuadas autorizações para plantio de citros, em escala comercial, em 461 hectares, envolvendo 381 propriedades, representando o cultivo de 171.318 plantas. A produção de sementes garantiu a qualidade de 39.441 toneladas de sementes certificadas e registradas e 726.130 toneladas de sementes fiscalizadas, o que mantém o Estado como líder no setor sementeiro.

O Projeto de Apoio à Produção Animal foi executado de forma integrada pela Secretaria e entidades a ela vinculadas, bem como contou com a partici-

pação efetiva de cooperativas, associações de criadores, prefeituras, sindicatos e estabelecimentos de ensino. Basicamente, o objetivo primordial foi o melhoramento genético dos rebanhos, a organização do produtor e criador e a diversificação da propriedade rural.

5.2 Manejo e Conservação de Solos

Em conjunto com as comunidades, prefeituras, empresas de assistência técnica, cooperativas e através das entidades governamentais, o Projeto de Manejo e Conservação de Solos abrangeu 313 municípios, beneficiou 100.000 produtores rurais em 1.150 microbacias hidrográficas e integrou 3.000.000 de hectares com práticas mecânicas e culturais de proteção e manejo adequados de solo e água.

5.3 Irrigação e Drenagem

O Programa de Irrigação e Drenagem destacou-se pelos benefícios sociais e pela preocupação ambiental. Dos projetos implantados, 78% o foram junto a pequenos produtores e 81% destinados à produção de alimentos básicos.

Através do Sistema SEAB, DNOS e iniciativa privada, foram incorporados 23.722 hectares ao sistema produtivo, dos quais 18.491 hectares com projetos elaborados pelas empresas oficiais. Incluindo-se os resultados do trabalho de melhoramento de áreas anteriormente incorporadas, a área total beneficiada, em 1989, foi de 28.034 hectares, contemplando 2.578 produtores em 206 municípios.

5.4 Administração Indireta

5.4.1 Centrais de Abastecimento do Paraná — CEASA

Nas unidades da CEASA, o projeto de Mercado Popular foi ampliado em 7 municípios, atendendo e propiciando melhoria alimentar a mais de 42.000 famílias e o de Compras Comunitárias, beneficiando 36.000 famílias em pequenos municípios.

5.4.2 Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFE/PR.

Na área de fomento agropecuário, entre outras ações, procurou-se a melhoria genética da produção animal paranaense incrementada com a operacionalização de 7 centros de produção de animais e repasse de alevinos.

5.4.3 A Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA

Em 1989, com a implantação de diversos silos, aumentou em 11% a capacidade estática de armazenagem que totalizou 393.127 toneladas.

5.4.4 Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/PR

Nessa área, destacou-se o atendimento a 167.350 agricultores, assessoramento a 55 Cooperativas, 135 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e 75 Sindicatos Rurais.

5.4.5 Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR

Desenvolveu atividades para classificação de mais de 3.817.000 toneladas de produtos de origem vegetal, além de execução de mais de 55.351 análises de sementes e controle de qualidade de 2.965.510 toneladas de produtos agrícolas para exportação.

5.4.6 Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR

A ação de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos e recursos agropecuários foi executada através de 8 programas, 72 projetos, 205 subprojetos e 704 experimentos, nas culturas e criações do Estado.

5.4.7 Fundação Instituto de Terras, Cartografia e Florestas — ITCF

Com relação ao ITCF, o destaque foi para a preservação de recursos naturais renováveis, a compra da Mata dos Godoy com 675 hectares e da expansão do Parque Estadual das Lauráceas de 9.700 para 23.863 hectares.

6. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Avanços substanciais foram registrados no desenvolvimento das ações voltadas às áreas de ciência e tecnologia no Paraná, em 1989.

Como destaque, cabe citar o CIBAAP—Centro Integrado de Biotecnologia Agropecuária e Agroindustrial do Paraná (de que fazem parte a Fundação Universidade Estadual de Londrina—FUEL, Fundação Universidade Estadual de Maringá—FUEM, Instituto Agronômico do Paraná — IAPAR, Universidade Federal do Paraná—UFPR, e Instituto de Tecnologia do Paraná—TECPAR). O CIBAAP distribuiu mais de 250 bolsas de estudos a fundo perdido; foram formados dois novos centros para áreas estratégicas — o de química fina e o de novos materiais industriais.

É importante mencionar o texto constitucional estadual, que assegura 2% da receita tributária do Estado para fomento da pesquisa científica e tecnológica, possibilitando a destinação de cerca de 30 milhões de dólares, em 1990, para o setor.

O Paraná é, hoje, considerado modelo de gestão em ciência e tecnologia; integra o Programa Nacional de Mecatrônica, como centro emergente. Programas relevantes foram implementados, proporcionando a aproximação entre empresários e pesquisadores.

Cabe citar a implementação do PROTEC—Programa de Apoio, Criação e Atração de Empresas de Base Tecnológica, que vem implantando incubadoras tecnológicas em Curitiba, Ponta Grossa, Maringá e Londrina.

O Estado do Paraná mantém o Programa de Fomento a Pesquisa e Tecnologia, com aporte, em 1989, de recursos da ordem de NCZ\$ 3,9 milhões; o PARANABIO, que obteve 50% dos recursos para projetos da área tecnológica, viabilizou a implantação de bolsas de estudos a empresas, institutos e universidades. Destaca-se, ainda, a criação do Curso de Graduação em Engenharia de Materiais, em Ponta Grossa (UEPG).

6.1 Produção Mineral

Foram detectadas 5 áreas com possibilidade de mineralizações de ouro, no Paraná, na região do Primeiro Planalto e Litoral. Na área de pesquisa de granitos e argilas, obteve-se, como resultado de pesquisas, a transformação de áreas pesquisadas em jazidas.

O Paraná conta, hoje, com o mapa geológico em fase de impressão.

Convênios assinados com universidades estaduais e federal têm permitido o desenvolvimento da pesquisa básica e tecnológica para aproveitamento

dos recursos minerais paranaenses.

Projetos especiais de extrema importância, como o Centro de Tecnologia Agroindustrial—CTA irão propiciar o desenvolvimento científico e tecnológico da agroindústria paranaense.

A produção de vacinas pelo TECPAR proporcionará grande economia para o País e gerará receita da ordem de NCZ\$ 100 milhões anuais.

6.2 Ensino Superior

As ações nessa área são voltadas à melhoria da qualidade do ensino, expansão, racionalização e desempenho das instituições de ensino superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná.

O sistema conta hoje com 4 universidades e 11 faculdades estaduais isoladas que oferecem 320 cursos de graduação, com 14 mil vagas, 61 mil inscritos nos concursos vestibulares, 42 mil alunos matriculados, 4.100 docentes e 4.900 funcionários.

As quatro universidades estaduais terão, em 1990, o mais significativo orçamento da história do ensino superior do Estado — NCZ\$ 1.407.885.647,00, a preços de janeiro, que deverão garantir a necessária qualidade do ensino e da pesquisa.

Estão sendo encaminhados para implantação diversos cursos de mestrado e curso de doutorado, o que levou a SEET a investir na remodelação de bibliotecas, laboratórios, criação de Plano de Carreira e melhoria salarial a professores de maior titulação.

Hoje, o ensino superior no Paraná é tratado dentro de uma política própria e adequada.

O maior destaque na área fica por conta das construções nos campus universitários, que se transformaram em grandes canteiros de obras. Por outro lado, foram liberados recursos para a construção do Hospital Universitário, em Londrina.

6.3 Desenvolvimento Econômico

A diretriz básica para esse setor é a modernização e a expansão industrial, através do apoio aos empresários e a novos investimentos e da articulação e cooperação técnica, nacional e internacional.

O grande destaque, nesta área, foi a reativação do COIND — Conselho da Política Industrial e Comercial do Paraná que, por força de decreto, passou a ter caráter deliberativo, devendo propiciar a participação efetiva do empresário paranaense na definição das políticas de desenvolvimento econômico.

A ação do governo estadual, em linhas gerais, caracterizou-se por um esforço contínuo de contato com o setor empresarial, em nível nacional e internacional, visando atrair investimentos para o Estado e ao fechamento do círculo universidade (pesquisa tecnológica/prestação de serviços) — ações, programas e projetos — setor industrial e comercial.

7. TRANSPORTES

7.1 A Política dos Transportes

Poucos estados brasileiros, nessas últimas décadas, viram seu sistema viário crescer em maior escala que o do Paraná.

A política de transportes do Estado deve sua eficácia à feliz circunstância de resultar de um sistema viário cada vez mais identificado com suas peculiaridades geográficas e com sua vocação sócio-econômica, assim como, a nível nacional, da inserção geopolítica do Paraná no contexto estratégico da região Sul.

O território do Estado do Paraná situa-se como grande corredor indesejável de transporte, na parte brasileira do Cone Sul. Além disso, o Porto de Paranaguá, com sua área de influência de mais de 800 mil quilômetros quadrados, funciona como o epicentro deste vasto território, extrapolando as divisas estaduais.

A verdade é que o Paraná vem respondendo a todos os desafios e, notadamente no setor de transportes, atendendo às pressões das grandes safras e ao recente surto industrial, em vários ramos modernos do setor secundário.

Ultimamente, um moderno conceito multimodal de transportes, que prevê a integração das ferrovias, hidroviárias, rodovias e aerovias num sistema único, conectadas aos terminais marítimos ou destinadas ao abastecimento dos grandes mercados de consumo, tornou mais complexa a ordem das prioridades, com vistas à composição de fretes econômicos que pesam na formação dos preços finais das matérias-primas e das mercadorias em geral.

7.2 Transporte Rodoviário

A construção, restauração e manutenção de rodovias constituem a maior responsabilidade do Estado no setor de transportes, para manter o perfeito equilíbrio no processo de desenvolvimento econômico e social.

Os programas de investimentos rodoviários a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, no atual período de Governo, de março de 1987 à dezembro de 1989, permitiram a conclusão de 2.523 km de pavimentação de rodovias; 1.705 km de restauração e rejuvenescimento de pavimento; 14.064 km de implantação em revestimento e 6.643 m de obras-de-arte especiais.

Os programas de rodovias pavimentadas foram desenvolvidos com recursos do Tesouro do Estado, e com o apoio de instituições financeiras nacionais (BNDES, DNER, Caixa Econômica Federal) e internacionais (BID e BIRD), tendo sido investidos, no decorrer de 1989, aproximadamente 453,3 milhões de cruzados novos.

Obras de grande vulto vão contribuir para o Estado do Paraná consolidar sua decisiva posição no sistema nacional dos corredores de transporte e de exportação, tais como a duplicação de 265 km da BR 116, trecho Curitiba — São Paulo, envolvendo investimentos pelo DNER na ordem de 320 milhões de dólares, a iniciar-se em 1990; a duplicação da BR — 376, entre Curitiba e Garuva, já em execução no ano de 1989, obra delegada pelo Ministério dos Transportes ao DER/PR, com previsão de custo de 125 milhões de cruzados novos ao DNER; e a construção da Ponte sobre o Rio Paraná, obra em execução, na altura de Porto Camargo, divisa com Mato Grosso, com extensão de 2.781 m, com recursos a serem aplicados pelo DNER e o Governo do Paraná.

No final de 1989, a rede rodoviária do Estado do Paraná contava com a extensão total de 145.612 km de rodovias, sendo 12.684 km pavimentados.

Foram despendidos 4.656 milhões de cruzados novos, em 1989, na conservação dos 14.319,5 km de rede rodoviária da qual 15,5% são rodovias federais delegadas.

O Paraná tem sido um destaque, no âmbito nacional, por haver conseguido, numa época de profundas dificuldades financeiras, manter suas rodovias dentro de limites aceitáveis de conservação.

Operado por 51 empresas privadas, o sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, de concessão e fiscalização do Estado, conta com 912 linhas e serviços, uma frota de 2.606 veículos e uma movimentação estimada em 137 milhões de passageiros para o ano de 1989.

7.3 Transporte Hidroviário

Com a abertura de novas fronteiras agrícolas e a interiorização da atividades econômicas, surgiu a necessidade de se buscar alternativas para o transporte de grandes volumes de produção agrícola, como forma de garantir preços competitivos em relação ao mercado internacional. Essas alternativas incluem os modais hidroviário e ferroviário, interligados ao modo rodoviário, sendo que o hidroviário garante a maior economicidade, especialmente a médias e longas distâncias.

O sistema hidroviário do rio Paraná é formado por 685 km navegáveis, estando previsto 1000 km em 1992, permitindo que regiões geográficas distantes, como as dos Estados de Goiás e Minas Gerais, sejam integradas ao sistema.

Em ação conjunta dos Governos dos Estados do Paraná e São Paulo, com a colaboração da Empresa de Portos do Brasil-Portobrás vêm sendo elaborados estudos dos rios Paranapanema e Tibagi para aproveitamento hidroviário.

A SETR também vem participando dos estudos de aproveitamento múltiplo do rio Ivaí e do estudo técnico-operacional do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Ivaí.

7.4 Transporte Ferroviário

Considerando as grandes distâncias entre os centros de produção primária

ria e os pólos de consumo e exportação, torna-se cada vez mais premente o desenvolvimento do transporte ferroviário no País.

Em 1989, foi entregue ao tráfego a variante ferroviária, ligando a estação de Desvio Ribas à Tibagi, permitindo um encurtamento de 20 km e conseqüente redução nos fretes dos produtos destinados ou procedentes de Guaruapuava — entre 3,7 e 6,4% sobre as tarifas vigentes no trecho. Obra implementada mediante convênio entre a Prefeitura de Ponta Grossa, o DER e a RFFSA.

Por meio de convênio entre a SETR, a SEAB e a RFFSA, foram elaborados pelo DER os projetos dos acessos rodoviários aos terminais rodoferroviários de calcário para Araucária, União da Vitória, Guarapuava, Cianorte e Apucarana, que visam baratear o transporte desse produto em benefício dos usuários.

7.5 Transporte Aeroviário

O Paraná ocupa lugar de destaque entre as unidades da Federação em número de aeroportos com pavimento asfáltico.

No setor, foi elaborado, através de convênio entre o Governo do Estado e o Instituto de Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica, o PAEPAR-PLANO Aeroviário do Estado do Paraná, que tem por objetivo definir e orientar o desenvolvimento da infra-estrutura aeronáutica no interior do Estado.

7.6 Atividades Portuárias

O Porto de Paranaguá, com seus 800.000 km² de área de influência, participa da economia regional e nacional, ocupando o terceiro lugar na importância entre os portos brasileiros e o primeiro na exportação de cereais e seu derivados.

Durante quase dois decênios o movimento de cargas vem apresentando uma taxa de crescimento médio da ordem 8% a.a, o que se traduzirá na duplicação do atual movimento geral de 14,6 milhões de toneladas no ano 2000.

A importância de Paranaguá na obtenção de divisas é comprovada através de sua constante participação na receita cambial do País. Em 1986, o valor da receita cambial atingiu 1,824 bilhões de dólares e, em 1989, elevou-se para 2,911 bilhões de dólares, com incremento de 60% no período.

Com a inauguração de mais 350 m de cais, ocorrida em setembro/89, atingiu-se etapa importantíssima no projeto do terminal de containeres. O plano se completa com a construção de 210 mil metros quadrados de pátio; 160 metros de extensão de cais comercial, além de 80 metros de cais acostável e a construção do estaleiro naval, para cuja viabilização, protocolos de intenções foram recentemente assinados.

Preservar o patrimônio tem sido preocupação constante da administração, como forma de manter em funcionamento satisfatório as instalações, com a aplicação de 4,24 milhões de dólares, em 1989, nessa área.

8. ENERGIA

8.1 Ano de Dificuldades

Graves dificuldades conjunturais afligiram o setor elétrico brasileiro em 1989.

Como se sabe, o equilíbrio financeiro das concessionárias de energia elétrica no Brasil se apoia, basicamente, na capacidade das empresas de gerar recursos próprios, nos aportes de capital de acionistas e nos empréstimos obtidos no exterior.

No caso específico da COPEL — além de ter sua capacidade de gerar recursos próprios grandemente diminuída pela compressão tarifária, seus desembolsos agravados por ônus criados pela nova Constituição Federal, e seus aportes de capital drasticamente reduzidos em face da extinção do Imposto Único sobre Energia Elétrica, como ocorreu com todas as concessionárias do Setor — a Empresa ainda se viu prejudicada, no exercício, pela demora na definição de empréstimo do BID, de há muito programado, e pela não-liberação de recursos de financiamentos já contratados internamente.

Não obstante essas dificuldades, a COPEL conseguiu dar seguimento a seus programas de expansão; preservou a boa imagem junto ao público, mantendo a qualidade dos serviços; e honrou seus compromissos, evitando a paralisação de obras vitais para a população paranaense.

8.2 Mercado de Energia Elétrica

A energia gerada pela COPEL, em 1989, alcançou 7.383 Gwh (produção 18,2% superior à de 1988) e os requisitos do mercado foram de 10.178 Gwh.

A Empresa recebeu 4.466 Gwh do sistema interligado e repassou 1.671 Gwh a outras empresas de fora do Estado, o que resultou em recebimento líquido de 2.715 Gwh para cobrir o seu déficit de geração própria.

Na área de concessão da COPEL, o consumo cresceu 3,7%, em 1989, registrando um total de 9.204 Gwh. O número de ligações de energia elétrica, por sua vez, aumentou em 95.194, alcançando o total de 1.830.398. A categoria de consumidores que apresentou maior crescimento de consumo foi a residencial (8,2%). Em número de ligações, sobressaíram as classes industrial (8,6%) e residencial (5,9%).

No que toca ao atendimento aos consumidores, a COPEL ampliou para 12 o número de postos de recebimento de contas de luz em locais de grande afluxo de público e instalou mais de 10 agências comerciais, elevando para 397 o número de unidades de atendimento ao público em todo o Estado.

O serviço de atendimento comercial da Empresa recebeu, em média, por dia útil, cerca de 3.100 chamadas telefônicas, o que representa um atendimento a cada dez segundos.

O faturamento, que já ostentava em exercícios anteriores alto nível de qualidade, atingiu, em 1989, o excepcional índice de 99,984% de contas emitidas sem nenhuma incorreção.

8.3 Expansão da Oferta de Energia Elétrica

A Empresa deu prosseguimento, em 1989, à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, obra prioritária em nível nacional como fonte geradora integrante do sistema interligado Sul-Sudeste. Com três unidades geradoras de 315 MW cada uma, na primeira etapa, a Usina de Segredo, ao entrar em operação, em 1992, será de fundamental importância para reduzir para cerca de 10% o déficit de geração própria da COPEL, que hoje se situa em torno de 36%.

Ao final do ano, encontravam-se totalmente concluídos a infra-estrutura indispensável para a construção e operação da usina e os equipamentos urbanos para atendimento de uma população estimada em 8.500 pessoas na fase mais intensa dos trabalhos.

Apesar dos percalços de ordem judicial, a COPEL conseguiu, em 1989, cumprir o cronograma das obras civis principais, o que permite prever que a conclusão do empreendimento se dará no prazo previsto.

Na área de transmissão, a COPEL construiu ou reisolou 315 Km de linhas. Com isso, o sistema de transmissão da Empresa alcançou, no final do ano, 5.615 Km de linhas.

Foram colocadas em operação 13 subestações transformadoras ou de chaves e executadas ampliações em 98 instalações existentes. Merece destaque a entrada em operação da subestação Mercês, com 82 MVA, que representou importante reforço no suprimento à capital do Estado.

A capacidade instalada de transformação da COPEL em toda a sua área de concessão era de 10.935 MVA no final do exercício.

Na área de distribuição, a COPEL, através do CLIC Urbano (programa especial de atendimento à população de menor renda), efetuou cerca de 16.000 ligações em 1989, totalizando, desde o seu início em 1984, mais de 119.000 ligações. Em outubro ocorreu a ligação do consumidor número 50.000 do CLIC Urbano no atual Governo, o que corresponde a mais de 300.000 habitantes beneficiados por esse programa especial, na atual gestão governamental.

Cabe salientar, a propósito, que — de acordo com o IBGE — o índice de domicílios servidos por energia elétrica nas áreas urbanas do Paraná era de 95,97% em 1988 (último dado disponível).

Quanto à eletrificação rural, a COPEL vem desenvolvendo amplo esforço de investimento desde o início do atual governo, o que permitiu elevar a taxa de ligação das propriedades existentes de 41% (março/87) para 54% (dez/89). No total, quase dois milhões de paranaenses da área rural já dispõem de eletricidade. De acordo com o IBGE, cerca de 70% da população rural do Paraná era servida por energia elétrica no final de 1988.

No final de 1989, o número de propriedades rurais eletrificadas na área de concessão da COPEL era de 229.992.

8.4 Pesquisa, Tecnologia e Meio Ambiente

A COPEL desenvolveu, em 1989, intenso esforço de conservação de energia, notadamente na iluminação pública, na orientação às indústrias para a otimização do uso de energia e no âmbito interno da própria Empresa.

A conservação de energia, que é o uso controlado e racional dos recursos energéticos disponíveis, a fim de evitar perdas ou desperdícios, assume cada vez maior importância como forma de diminuir as pressões da demanda, com a correspondente diminuição dos investimentos públicos, para os quais os recursos se tornam cada vez mais escassos.

No que se refere às demais fontes de energia, cumpre salientar que — de acordo com os dados do Balanço Energético do Paraná, atualizados até 1988 — o consumo global de energia cresceu em média 4,2% ao ano no período 1980-1988, no Estado. O aumento de consumo, em 1988, foi de 3,1%.

O consumo de petróleo representou, em 1988, 38,5% do consumo total de energia no Estado. Somente a partir de 1986, a utilização de derivados de petróleo superou os níveis de 1980, tendo nos últimos três anos apresentado modesto crescimento. A energia hidráulica participou com 29,7% na matriz energética, e as biomassas (lenha e produtos da cana) com 26,9%.

Em 1989, o Paraná desenvolveu, com a participação da COPEL, diversas ações conjuntas com os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, principalmente com este último, no sentido de garantir que o gás natural a ser extraído do campo marítimo de Tubarão venha a representar mais uma alternativa energética para a região Sul, assim como ocorre com a bacia do Paraná, cujos dados geológicos preliminares, obtidos pela PETROBRÁS, sugerem resultados promissores.

A concessão para a distribuição de gás canalizado em todo o território paranaense foi outorgada pelo Governo do Estado à COPEL, com exclusividade, pelo prazo de trinta anos, em consonância com o que prevê a nova Constituição Federal.

Em face dessa nova atribuição, a COPEL já realizou levantamento do potencial de consumo industrial de gás natural no Estado e vem participando, juntamente com diversos órgãos da administração estadual, das gestões para a oferta também de gás de xisto ao setor industrial paranaense, notadamente ao pólo cerâmico.

Por outro lado, em consonância com sua política de fomento ao uso de insumos energéticos regionais, a COPEL promoveu, em 1989, a ampliação do emprego, em substituição à lenha, de bagaço de cana-de-açúcar, no Norte do Paraná, e de briquetes de resíduos de biomassa, em outras regiões do Estado.

Em continuidade à sua política de estímulo aos investimentos privados na construção de pequenas centrais hidrelétricas no Estado, a COPEL criou um banco de dados relativos a locais adequados para a implantação dessas

usinas. De um total de 72 locais já identificados pela COPEL, era a seguinte a situação no final de 1989: 47 catalogados; 19 com estudo de pré-viabilidade concluído; 2 com pedido de concessão em tramitação no DNAEE e 4 com a concessão já outorgada aos interessados.

No âmbito da distribuição urbana, a COPEL desenvolveu projeto pioneiro de linhas compactas de 69 e 138 kv, com capacidade de transporte de grandes blocos de energia. A nova tecnologia tem despertado o interesse de outras empresas do setor elétrico, as quais têm solicitado a orientação da COPEL no desenvolvimento de projetos semelhantes.

Na área de preservação do meio ambiente, a COPEL iniciou a implementação, no que é de sua responsabilidade, do plano de manejo elaborado pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná para a área de proteção de Guaricana, a qual abrange 800 ha e envolve praticamente todo o complexo hidrelétrico localizado na Serra do Mar.

Através de seu programa de aqüicultura, a empresa produziu, em 1989, aproximadamente 370.000 alevinos de diversas espécies, destinados ao peixamento anual do reservatório da Usina Hidrelétrica "Governador Parigot de Souza", e obteve cerca de 120.000 larvas de carpa húngara para atendimento de programa de fomento à piscicultura regional.

Os impactos ambientais das obras e do reservatório de Segredo foram estudados no correspondente Relatório de Impacto Ambiental — RIMA, que estabeleceu planos e programas para sua mitigação. No fim do exercício, estavam em fase de detalhamento e implantação os principais planos definidos no RIMA de Segredo: remanejamento da população afetada; suporte e desenvolvimento da região de influência; proteção dos ecossistemas naturais; e monitoramento e controle do reservatório.

A COPEL também realizou, em 1989, o inventário florestal da reserva do rio dos Touros, outro item previsto no estudo de impacto ambiental de Segredo. Essa reserva, situada às margens do futuro lago da hidrelétrica, constituirá área de proteção ambiental, para abrigar a fauna, e banco de germoplasma da flora.

8.5 Administração

Em 1989, a COPEL — pelo sétimo ano consecutivo — observou estritamente sua política de contenção do quadro de pessoal, atendendo à expansão de seus serviços mediante a aplicação de medidas destinadas ao aumento da produtividade e à maior racionalização no uso dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Em função dessa permanente preocupação com a melhoria do desempenho empresarial, o quadro de pessoal, no período dezembro/82 a dezembro/89, evoluiu de 8.683 empregados para apenas 9.765 empregados, o que corresponde a 12,46% em sete anos. Nesse mesmo período, a energia vendida diretamente pela Empresa aumentou 89,67% e o número de ligações atendidas registrou crescimento de 55,46%. Em consequência, a relação consumidores/empregado passou de 135 (dez/82) para 187 (dez/89), e a energia vendida de 620 Mwh/ano por empregado para 943 Mwh/ano por empregado.

9. EDUCAÇÃO

O Paraná tem procurado, nos últimos anos, caminhos para a democratização do ensino público, desencadeando, nesse sentido, uma série de ações.

Entre outras, destaca-se a reorganização do ensino de 1º Grau, 2º Grau e Agrícola; reestruturação do ensino básico para adultos; revitalização do curso de magistério; realização de cursos regionalizados; expansão gradativa de educação a pessoas com deficiência, em todos os municípios paranaenses.

A preocupação básica do atual governo está centrada em medidas quantitativas e qualitativas que conduzam o ensino à competência técnica desejada.

A partir de 1987, o trabalho no setor da educação pode ser analisado em quatro áreas: pedagógica, administrativa, logística e participação comunitária.

9.1 Dimensão Pedagógica

A reorganização da escola pública mereceu um esforço mais acentuado, tanto na avaliação do Ciclo Básico como na estruturação do processo de definição dos conteúdos curriculares.

O trabalho na área do Ensino Supletivo contemplou ações de cunho pedagógico, voltadas à qualificação profissional do aluno, e de cunho administrativo, voltadas a estudos da demanda escolar existente.

No âmbito da Educação Especial, o Estado conta hoje com 192 municípios com atendimento em deficiência auditiva; 161 com atendimento em deficiência mental e 112 municípios com atendimento em deficiência visual. A par disso, foram desenvolvidas ações voltadas à formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, nas principais áreas de deficiência.

As novas propostas pedagógicas do Ensino de 2º Grau consubstanciam-se em inovações na concepção e no tratamento metodológico das disciplinas. Além dessa reorganização, foram implantados na rede estadual, 34 novos estabelecimentos de 52 novas habilitações. Foi criada a Gerência de Produção das Fazendas-Escolas que passaram a funcionar integradas às direções pedagógicas dos Colégios Agrícolas. É importante assinalar o projeto "Tempo de Criança", que assegura atendimento durante sete horas diárias de permanência na escola, com 3 refeições.

9.2 Dimensão Administrativa

Nesta área, o avanço mais importante foi a Consolidação do Sistema de Administração da Educação — SAE, interligando 22 Núcleos Regionais à Sede da Secretaria.

Quanto ao Magistério, deu-se continuidade ao Regime Diferenciado de Trabalho.

O Projeto de Microinformática também está sendo expandido, com a criação do sistema de processamento de documentação escolar.

9.3 Dimensão Logística

O atendimento aos estabelecimentos de ensino constitui responsabilidade da FUNDEPAR.

Em 1989, foram concluídas 185 obras escolares, possibilitando atendimento a 55.028 alunos. Encontra-se em construção, 348 obras escolares que viabilizarão o atendimento a mais 140.280 alunos.

O programa de “Ação Comunitária de Recuperação Escolar”, com envolvimento direto da própria comunidade, beneficiou, em 1989, 506 escolas da rede estadual.

Cabe destacar o “Programa Estadual de Alimentação Escolar”, que se desenvolveu com o objetivo de assegurar a complementação e educação alimentar dos escolares pertencentes à rede oficial de ensino pré-escolar, 1º e 2º Graus, ensino especial e supletivo e, mediante ajustes especiais, às entidades particulares filantrópicas e àquelas que oferecem ensino gratuito.

Além desse programa, deu-se continuidade ao PPS — Programa de Prioridades Sociais, anteriormente denominado PAIE — Programa de Atendimento aos Irmãos dos Escolares. Este programa beneficiou 13.000 escolas, nas zonas rural e urbana, de 318 municípios do Estado.

Em 1989, o volume de gêneros distribuídos atingiu 8.099.173 quilos, com um custo de aquisição da ordem de NCz\$ 20.277.904,00.

9.4 Dimensão Comunitária

A Secretaria de Estado de Educação tem incentivado a participação da comunidade no processo de solução de determinados problemas.

Destacam-se os seguintes programas: Recuperação de Carteiras Escolares, a campanha “O Bom de Nota” e “O Voto Jovem”.

10. SAÚDE

10.1 Unificação das Estruturas e das Ações

O processo de unificação das estruturas e ações da Secretaria de Estado da Saúde — SESA, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha e do INAMPS vem tendo continuidade desde 1987, consolidando-se em 1989 a regulamentação das estruturas das Regionais de Saúde e a elaboração de seus regimentos.

As atuais Secretarias Estaduais de Saúde estão regulamentadas como órgãos executores de ações ligadas à saúde pública, sendo pouco consideradas as ações de assistência médica, de responsabilidade do INAMPS.

Assim, há necessidade de adaptar os regulamentos e organogramas das Secretarias a seus novos papéis como principais gestoras do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDS e das ações de assistência médica. No Paraná, a adaptação foi facilitada pela existência de uma Fundação ligada à SESA, que já vinha desenvolvendo todas as atividades da Secretaria.

A definição do modelo assistencial considerou, no Estado, os aspectos de descentralização administrativa. Estão sendo implantadas as estruturas, área por área, segundo o que pode e deve ser descentralizado para o nível regional.

10.2 Regionalização e SUDS

O processo de regionalização e descentralização administrativa, iniciado em 1988 com a Regional de Saúde de Maringá, foi consolidado em 1989 com a implantação de outras 19 regionais, possibilitando à SESA a gerência das atividades anteriormente desenvolvidas pelo INAMPS.

O modelo assistencial, que pressupõe o atendimento à população de forma universal, integral e equânime, compreende uma rede ambulatorial e uma rede hospitalar, hierarquizadas conforme a complexidade e a abrangência dos serviços das unidades que as integram.

Quanto à organização dessa rede de serviços, foram estabelecidos os níveis de competência do Estado e dos Municípios, cabendo a estes a gestão dos serviços básicos e ao Estado os serviços especializados, através dos Centros Regionais de Especialidades.

À Região Metropolitana de Curitiba coube a implantação de projeto específico, cuja operacionalização deverá ocorrer em 1990, repassando-se aos municípios a responsabilidade de gerenciamento de todos os serviços básicos da rede estadual (SESA/FCMR e INAMPS), públicos e contratados. Os serviços especializados e o controle de hospitais contratados continuarão a ser geridos pelo SUDS.

Em 1988, foram firmados Termos de Adesão ao SUDS com 28 municípios e, em 1989, com mais 80 municípios. Em 1990, deverá ser de 232 o total de municípios conveniados. Através do SUDS, foram destinados às prefeituras NCZ\$ 120. 191.344,88, em 1989. O total de recursos financeiros repassados ao SUDS pelo INAMPS, Ministério da Saúde e Governo do Estado somaram NCZ\$ 516.740.378,31.

10.3 Expansão dos Serviços

A administração estadual continua investindo em construção, ampliação e reformas de centros de saúde, hospitais e laboratórios, como forma de atender à demanda da população e à expansão dos serviços. À essas obras somam-se as de responsabilidade das prefeituras, executadas com recursos do SUDS.

O Programa de Instalação de Módulos Sanitários teve continuidade, em 1989, com a liberação de mais 8.300 unidades, além da assinatura de convênios com 90 novos municípios, totalizando 192 municípios beneficiados.

Na área odontológica, foi significativa a expansão dos serviços, contando o Estado, hoje, com 375 clínicas e 1.286 consultórios odontológicos. Pretende-se que nenhum município com mais de 15 mil habitantes deixe de contar com, pelo menos, uma clínica odontológica e que os municípios menores possam ter, pelo menos, um consultório convencional.

Além de outras construções previstas, merecem destaque a conclusão do Hospital Regional de Cascavel e as obras da Central de Apoio, iniciadas em 1989 e com conclusão prevista para 1990, em terreno do INAMPS (bairro Capanema, Curitiba). A Central consta de vários galpões para abrigar instalações do CEMEPAR, do almoxarifado e de outros órgãos de apoio, totalizando um área de 17.500m².

10.4 Projetos Especiais

Dentre os projetos desenvolvidos durante o ano de 1989, destacam-se: a Comissão Executiva da Ilha do Mel — CEIM (Projeto Saúde); o 2º Concurso de Frases e Desenhos Contra o Fumo; o Projeto de Fitoterapia do SUDS; a Fazenda Modelo Experimental; a Formação e Implementação de Comitês de Morte Materna; o Controle do Câncer de Pele; O Sistema Estadual de Hematologia e Hemoterapia; e a Investigação dos Efeitos Tóxicos do Baiacu no Litoral Paranaense.

11. JUSTIÇA, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Com a reforma administrativa realizada em janeiro de 1989, a Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social foi transformada na Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social — SEJA, mediante a incorporação da Secretaria da Justiça e do Sistema Penitenciário, bem como de alguns programas da antiga Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio. Sendo um dos objetivos da reforma assegurar maior ênfase ao aspecto social na atuação do Estado, a SEJA voltou suas atenções para o desenvolvimento social do Paraná.

Em 1989, a SEJA deu seqüência aos programas existentes e introduziu alguns programas e metodologias de trabalho, de modo a facilitar o processo de distribuição dos recursos. Houve um empenho muito especial com o propósito de garantir a apresentação de emendas à proposta orçamentária da União e, assim, canalizar maior volume de verbas para as diversas áreas de atuação da Secretaria.

Em consequência da ênfase especial dada aos sistemas de planejamento integrado e de informática, foi instituído o Projeto Agenda Itinerante, cujo objetivo principal é a interiorização da SEJA, nas praças-sede dos Núcleos Regionais.

Deve-se ressaltar que a SEJA tem 589 obras a serem acompanhadas, num total de 98.446 m², todas elas visando beneficiar a comunidade paranaense.

11.1 Sistema Penitenciário

Foram executadas, em 1989, diversas obras no Sistema Penitenciário, com recursos da Caixa Econômica Federal, compreendendo a construção de 1.820 m² e 23.300 metros lineares no setor de pecuária da Colônia Penal Agrícola. Deverá ser iniciada a ampliação do Hospital Penitenciário, cabendo estaque para dois projetos da Colônia Penal Agrícola: Fitoterapia e Gramma.

Para 1990, está prevista a construção de novo presídio em Piraquara, ampliando a capacidade da Penitenciária Central do Estado em mais de 450 internos. A obra encontra-se em fase final de licitação.

11.2 Ação Social

Através da Coordenadoria de Assistência Social e da Fundação de Ação Social do Paraná — FASPAR, responsáveis pela execução da Política de Assistência Social do Governo do Paraná, a SEJA aplicou aproximadamente

NCz\$ 50 milhões, desenvolvendo ações de caráter social.

Foram repassados NCz\$ 8.675.406,76 dentro do projeto de atendimento a creches, beneficiando 37.137 crianças.

A Secretaria atuou também no Programa de Atendimento em Meio Aberto, nos projetos RECRIANÇA, SETREM e Liberdade Assistida, atendendo diretamente a 64.986 pessoas.

No tocante ao atendimento de adultos, merecem destaque o projeto de Apoio ao Migrante/Itinerante e Residente e os programas voltados à terceira idade; Programa Conviver e Apoio às Unidades Asilares.

11.3 Desenvolvimento Comunitário

Muitos projetos foram desenvolvidos com os propósitos de organização e conscientização comunitária e de aumento da renda familiar, via geração de empregos.

No projeto Oficinas Comunitárias, foram beneficiadas diretamente 2.130 pessoas e indiretamente 10.630, tendo sido realizados 735 cursos profissionalizantes, visando à formação de mão-de-obra.

Com o projeto Microunidade de Produção objetivou-se propiciar condições de aumento de renda familiar, atingindo em 1989 a marca de 826 microunidades, implantadas em 199 municípios.

O Projeto Brigadas do Trabalho atuou no sentido de atender à demanda de mão-de-obra dos municípios, nas áreas urbana e rural.

Com o Programa Nosso, cujas rendas atingiram o montante de NCz\$ 27.413.015,00, foram atendidos 9.475 microindústrias e grupos de produção.

Em 1989, a SEJA viabilizou a construção de 161 Centros Comunitários, distribuídos em 106 municípios do Paraná, beneficiando diretamente uma população de 24.150 e, indiretamente, 168.000 paranaenses.

11.4 Projeto Galha Azul

É objetivo do Governo do Estado o fomento à organização comunitária, à formação e capacitação de recursos humanos para a formulação de projetos de desenvolvimento comunitário, coordenação de ações inerentes à educação e orientação do consumidor. Buscou-se o fortalecimento dos municípios paranaenses pelo envolvimento e participação de toda a comunidade, através da Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário e do Projeto Galha Azul, que conta com a participação do Banco do Estado do Paraná.

O Projeto Galha Azul atingiu, em 1989, a marca de 300 municípios integrados ao Projeto, atingindo uma população total de 2.700.000 paranaenses, repassando recursos da ordem de NCz\$ 20 milhões.

11.5 Relações no Trabalho

Na área de relações no trabalho, a SEJA prestou assessoria a 480 sindicatos do Estado, além de promover outras ações voltadas ao fortalecimento e ao aprimoramento sindical.

Merece destaque o projeto Universidade Popular do Trabalho — UPT, projeto pioneiro no Brasil, inaugurado em outubro de 1989, que preencheu uma lacuna existente no País, quanto à necessidade de formação da classe trabalhadora, particularmente no aspecto de aprimoramento e formação de quadros sindicais.

A SEJA desenvolveu ação intermediadora nos conflitos trabalhistas, cumprindo o objetivo de fortalecimento do movimento sindical fixado pelo Governo.

12. SEGURANÇA PÚBLICA

A complexa tarefa de produzir e distribuir serviços no campo da segurança pública obteve resultados satisfatórios no curso de 1989.

A Secretaria de Segurança Pública, através dos órgãos vinculados — Polícia Civil, Polícia Militar e DETRAN — manteve os quantitativos da incidência criminal sob controle, não se observando a crescente escalada de violência e de criminalidade que se espalha nos grandes centros urbanos do País.

12.1 Ampliação da Infra-estrutura

Dando continuidade ao fortalecimento e ampliação da infra-estrutura do sistema de segurança pública, o Governo do Estado iniciou inúmeras obras, concluindo diversas outras, aumentando e melhorando o equipamento policial.

Foram adquiridas 26 viaturas com recursos do FAS, 15 viaturas com recursos do FUNRESPOL e 30 com recursos do FUNRESTRAN; recebidas 88 viaturas do Ministério de Justiça, destinadas à Polícia Civil e Polícia Militar, com o objetivo de propiciar melhores condições operacionais a essas unidades.

No sentido de reciclar o homem policial, a administração estadual manteve-se atenta ao seu aprimoramento metódico e adequado à realidade conjuntural.

12.2 Outras Realizações

Por seu posicionamento geográfico, o Paraná tornou-se um pólo de convergência de interesses — obrigatório fluxo e refluxo de migrantes, inclusive malfeitores — assumindo este aspecto significativa importância na área policial, levando o Estado à constantes ações de prevenção delitiva.

Os esforços destinados à prevenção e repressão da atividade criminal, graças às operações conjugadas e coordenadas pela SESP, têm minimizado a prática do crime organizado, afastando suas rotas de influências para além das fronteiras do Estado. Paralelamente, essas ações têm representado um desestímulo ao porte ilegal de armas.

Quanto à atividade de polícia judiciária, nas informações qualificadas à Justiça Criminal, sobre crimes ocorridos, concorreu para a instauração de 26.754 inquéritos policiais, contribuindo decisivamente para a responsabilização penal de milhares de indiciados, com elaboração de 56.492 exames periciais, pelos órgãos da polícia.

Cabe mencionar, ainda, a constatação de 64.873 ocorrências atendidas pelo organismo policial, demonstrando um trabalho sistemático e próximo à comunidade, o que, progressivamente, consolida as ações e programas voltados ao atendimento dos anseios individuais e coletivos de maior segurança e tranquilidade.

13. HABITAÇÃO

Ao contrário do que ocorreu em 1987, quando o Paraná recebeu cumprimentos da Caixa Econômica Federal pelo seu desempenho no desenvolvimento do programa de construção de moradias e urbanização de lotes, os exercícios de 1988 e 1989 foram marcados pela manutenção de regras impostas pelo Governo Federal que impediram a contratação pelo setor público de financiamento para a produção de unidades habitacionais destinadas às famílias paraenses de baixa renda.

Apesar dos problemas de ordem institucional e financeira, o Governo do Estado não mediu esforços nas tentativas de captação de recursos de fontes alternativas, pleiteando-os junto a outros órgãos do Governo Federal — Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEHAC, Ministério do Interior — MINTER, Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, Legião Brasileira de Assistência — LBA e outros, bem como junto a entidades de outros países — Argentina, Itália, Suíça e outros, tendo-se como resultado apenas o compromisso do Governo Suíço no apoio à construção de 10 unidades habitacionais e a intenção do Governo Italiano de apoiar na construção de 40.000 moradias e fábricas de pré-moldados que funcionarão como escola de transferência de tecnologia.

13.1 Desempenho em 1989

Independentemente destas negociações, a COHAPAR executou, durante o ano de 1989, 6.706 habitações, através do Programa Convencional, Programa Mutirão, Programa FICAM, Programa de Lotes Urbanizados que somados à produção dos demais órgãos implementadores da Política de Habitação do Estado, perfazem 10.341 unidades executadas no exercício.

Tem-se ainda 8.483 unidades habitacionais em obras e outras 38.706 em projetos demonstrando um bom potencial futuro.

Nos programas desenvolvidos (Convencional, Mutirão, Lotes Urbanizados, FICAM) foram investidos recursos da ordem de NCz\$ 236.483.486,72, estando previsto o investimento de NCz\$ 126.296.444,16 nas unidades em obras.

Como o resultado da ação do governo nesta área, em comparação ao cenário nacional e, considerando-se os obstáculos, pode-se afirmar que novamente o Governo do Paraná atingiu um lugar de destaque.

13.2 Situação da COHAPAR

A COHAPAR situou-se, em 1989, segundo dados divulgados nos meios de comunicação, na 31ª colocação entre as 100 maiores empresas estatais do País, em 11º lugar entre as 100 maiores empresas do Sul, e em 5º lugar entre as Companhias de Habitação do País.

14. CULTURA

Para fazer face às proposições do Plano de Governo — relativas à descentralização das ações, e ao estímulo e apoio às atividades e bens culturais no Estado — foram repassados à Secretaria da Cultura, em 1989, recursos da ordem de Ncz\$ 30,5 milhões.

Com a necessidade de reforçar esse montante, o Governo buscou contatos no Ministério da Cultura e na área privada, pela utilização da Lei Sarney, com acréscimo de doações provenientes dos lucros das empresas estatais paraenses, propiciando uma parcela adicional de NCz\$ 1,45 milhão.

14.1 Patrimônio Cultural

A obtenção dos recursos mencionados foi compensadora, viabilizando a realização de inúmeras obras de conservação e restauração de bens tombados, destacando-se a Fazenda Capão Alto, em Castro, e a Fortaleza “Nossa Senhora dos Prazeres”.

Citam-se, ainda, trabalhos de divulgação e valorização do Patrimônio Cultural: preservação de bens naturais do Estado, a exemplo da Ilha do Superagui, na Serra do Mar, e da Gruta da Lancinha, em Rio Branco do Sul; conservação e preservação de áreas urbanas de interesse ecológico; cadastramento e fiscalização de sítios arqueológicos.

14.2 Pesquisa

Foram concluídas inúmeras pesquisas com vistas à produção de materiais e documentação no campo histórico e cultural, destacando-se, entre outras: Mapeamento da Baía de Paranaguá; Histórico do Prédio da SEEC; Símbolos do Paraná, Fandango, Cavalhadas e Congadas; Poesias de Laura Santos e Luiz Nogarolli.

14.3 Promoção Cultural

Na área de museus, e dando seqüência à política museológica contida no Plano de Governo, foram realizados alguns projetos importantes e prestada assessoria técnica a diversos municípios.

No mesmo sentido, foi dada continuidade ao trabalho de informação ampla e livre, através da Biblioteca Pública do Paraná, com destaque à inauguração de sucursais e aumento do acervo, com a incorporação de mais 20.000 livros.

Na área da dança, música e teatro, o ano de 1989 apresentou um ótimo desempenho, com realizações e montagens coroadas de sucesso, em Curitiba e no interior do Estado.

Recebe citação particular o prêmio do Projeto Barracão, da Fundação Teatro Guaíra, no I Encontro Internacional de Terapias Alternativas, na cidade de Cabo Frio, Rio de Janeiro.

Na área musical, a inovação da formação de um grupo de 20 músicos sem maestro — “Solistas do Teatro Guaíra” — representou um sucesso que veio somar-se ao da Orquestra Sinfônica do Paraná, que, em 1989, realizou mais uma temporada de êxitos em concertos matinais, noturnos e apresentações das óperas “Dom Giovanni”, de Mozart e “Tosca”, de Puccini.

Cabe registro especial à realização do Festival de Música de Londrina, ao Festival Regional da Canção, em Cascavel, e ao Festival do Teatro Amador, em Santo Antonio da Platina assim como à realização de mais de 20 cursos de artesanato, na região de Antonina, e cursos de teatro amador para grupos de amadores do Interior.

14.4 Literatura

Nesse campo, houve considerável movimento, em 1989, com a publicação de livros. O número de títulos somou onze. Dois livros foram co-editados.

Vale mencionar a institucionalização de certames literários, como o Concurso Nacional de Textos para Teatro — “Prêmio Maurício Távora” — e o Concurso “Helena Kolody”, de poesias. Prosseguiu também a realização do Concurso Nacional de Contos — Prêmio Paraná.

15. ESPORTE E TURISMO

Com a efetivação da reforma administrativa, em 1989, as funções referentes às atividades de Turismo foram absorvidas pela Fundação de Esportes, hoje, Fundação de Esporte e Turismo.

Estruturando-se técnica e administrativamente para ajustar-se à nova situação e para a consecução de seus objetivos, a Fundação direcionou seus esforços, no esporte, às atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras; e, no turismo, enfocando o aspecto de divulgação e promoção, aliados ao aperfeiçoamento da infra-estrutura, a fim de oferecer condições receptivas ao turismo no Estado.

15.1 Esporte

Nos processos de avaliação e planejamento das ações voltadas às atividades do esporte, ficou evidente a necessidade de maior participação da comunidade esportiva, com a descentralização do processo de tomada de decisões. Atendendo a esses objetivos, buscou-se, junto à iniciativa privada e órgãos federais, o apoio financeiro necessário para viabilização dos programas de atividades.

15.1.1 Programa de Atividades Esportivas Esporte Rendimento

Consciente da dinâmica e do potencial do atleta paranaense, a Fundação procurou desenvolver projetos que propiciem a descoberta de talentos esportivos, dando oportunidade de acesso aos modernos métodos de treinamento esportivo e promovendo a capacitação de recursos humanos e pesquisas, a fim de orientar a atividade física com base científica.

Dessa forma, dando ênfase às atividades que permitam a participação e a integração da comunidade paranaense, a Fundação de Esporte e Turismo deu continuidade a programas já implantados, observando-se, entretanto, o crescimento na participação dos municípios e de atletas na realização das seguintes atividades: Jogos Abertos do Paraná, Jogos Escolares do Paraná, Jogos Escolares Brasileiros; Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Abertos do Vale do Ivaí.

Em 1989, teve seqüência o desenvolvimento do Projeto Arbitragem, Projeto Pólos Esportivos, Projeto Paraná Olímpico, Projeto Frutos da Terra, Esporte Popular, Projeto Integração, em que ficou evidenciado o expressivo aumento na participação comunitária, assim como das municipalidades.

Projeto Centro de Excelência

Inaugurado em julho de 1989, o Centro de Excelência aproveitou as instalações do Ginásio Prof. Almir Nelson de Almeida (Tarumã), após uma reforma total, que devolveu à população paranaense este importante espaço esportivo, oferecendo, hoje, instalações modernas, e condições para que o Paraná volte a ser o palco de grandes eventos esportivos, a nível nacional e internacional, assim como propiciando treinamento esportivo especializado, apoio técnico e administrativo.

Foi implantado, em 1989, o Laboratório de Ciência do Movimento, como unidade do Centro de Excelência.

Centros Regionais Esportivos

Em cumprimento ao processo de descentralização esportiva, com o objetivo de estimular a participação dos municípios do Estado, assumindo as responsabilidades diante da realidade municipal e regional, foram instalados 09 Centros Regionais, nas cidades de Cascavel, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Umuarama, Paranavaí, Arapongas, Jacarezinho e Cornélio Procopio. A partir de Janeiro de 1990 os 13 Centros Regionais Esportivos deverão estar instalados.

Curso de Iniciação e Treinamento Esportivo

O projeto tem por objetivos capacitar recursos humanos da área esportiva do Estado e fornecer subsídios aos profissionais, no sentido de melhorar a qualidade de trabalho de iniciação e treinamento esportivo.

15.1.2 Programa de Atividades Recreativas — Lazer

Este programa teve seqüência, na medida em que a política estadual de esportes preconiza a importância de sentir a dimensão mais ampla da Educação Física ou Ciência do Movimento e suas atividades específicas.

Dentro desse enfoque, a Operação Verão e o Projeto Viva Mais o Verão têm proporcionado aos veranistas do litoral paranaense momentos de entretenimento saudável, com acréscimo de modalidades e de participantes.

15.2 Turismo

A planificação do setor turístico do Paraná exige o conhecimento de dados essenciais que permitam a avaliação das condições para o desenvolvimento do turismo e formulação de estratégias para promoção e divulgação. Neste sentido foram pesquisados e elaborados calendários, guias, roteiros turísticos e outras peças de divulgação e promoção do produto turístico.

15.2.1 Controle de Qualidade dos Empreendimentos Turísticos

A melhoria da qualidade do produto turístico paranaense é essencial

para apresentação de características de competitividade e de atração.

Nesse sentido, a Fundação, em conjunto com a Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, operacionaliza um sistema de Registro e Classificação de Empreendimentos Turísticos.

15.2.2 Promoção do Produto Turístico Paranaense

A movimentação turística interna no Estado tem ocupado, sistematicamente, o primeiro lugar, no que se refere ao número de hóspedes registrados nos estabelecimentos de hospedagem classificados segundo o local de residência permanente, por unidades da Federação.

Este dado é bastante significativo, demonstrando o potencial de mercado existente no Estado do Paraná.

Com o objetivo de divulgação junto à população paranaense, foi produzido, em conjunto com a Rede Paranaense de Televisão, um documentário sobre os novos pontos de turismo existentes no Paraná e que ainda estão inexplorados do ponto de vista turístico, como quedas d'água, parques, grutas, águas minerais e fazendas. O levantamento foi realizado em todas as regiões do Estado que apresentam atrações turísticas naturais, com o potencial a ser explorado.

15.2.3 Adequação de Pólos Turísticos

O Paraná cada vez mais assume características de Estado turístico, possuindo atrações a nível nacional e internacional — Cataratas do Iguaçu, Vila Velha, Serra do Mar, entre outras — constituindo-se, talvez, no Estado que mais foi beneficiado pela natureza.

No sentido de evitar as oscilações sazonais, e na tentativa de aumentar a taxa média de permanência dos turistas, o Governo do Estado concretiza uma antiga aspiração do povo paranaense através da criação da Companhia Foz do Iguaçu de Turismo S/A e do Centro de Convenções de Curitiba S/A.

16. ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, FINANÇAS E FOMENTO

Em 1989, as atenções continuaram voltadas para o acompanhamento da implementação da Reforma Tributária instituída pela Constituição Federal de 1988 e de todas as suas implicações na receita estadual.

Foi iniciada a instituição de sistema de acompanhamento do desempenho da receita e da despesa estaduais. Procedeu-se à avaliação do impacto financeiro do novo quadro tributário sobre a receita disponível do Estado. As estimativas serviram também como subsídios para a elaboração da proposta orçamentária do Estado para 1990, que incorporou as novas rubricas da receita.

Foi, ainda, dado suporte ao processo de negociação de itens da reforma pendentes de regulamentação pelo Congresso Nacional.

Na área de estudos, destaca-se o concernente ao impacto da reforma tributária na receita disponível de municípios selecionados do Estado (Indicadores das Finanças Municipais).

16.1 Campanha “Nota em Nota”

Mediante o Decreto nº 5365, de 17.07.89, foi instituída a Campanha “Nota em Nota”, visando estimular a emissão de notas fiscais, através da conscientização do comprador.

A Campanha se desenrolou em duas fases. Na primeira as expectativas e previsões foram superadas, posto que lançada para uma duração de três meses, esgotou-se em apenas 25 dias úteis (3,0 milhões de cupons) e a previsão da segunda é para três meses (8,0 milhões de cupons).

16.2 Assistência Técnica Tributária aos Municípios

O Projeto Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico Administrativo — CIATA foi iniciado, a nível nacional, em 1971 e, no Paraná, vem sendo aplicado desde 1975. Nesse período, aproximadamente 65% dos municípios brasileiros foram beneficiados, sendo que no Paraná a cobertura chega a 80% dos municípios (250). A previsão é de atender a mais 80 municípios, em 1990. No decorrer de 15 anos de experiência no Paraná, o CIATA passou por um processo de evolução permanente. O esforço conjunto entre o Governo do Estado e a Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, num trabalho permanente de avaliação, permitiu que o CIATA se desenvolvesse de forma rápida, de modo a atender a qualquer município, independente das características de cada um. Atualmente, o CIATA está na sua terceira

geração, denominada CIATA — MICRO.

O Projeto CIATA tem por objetivo básico dotar as prefeituras de uma legislação tributária compatível com as necessidades e com a potencialidade construtiva dos municípios.

16.3 Tributação, Arrecadação e Fiscalização

No que tange à tributação, destaca-se a elaboração do projeto do qual resultou a Lei nº 8933, instituidora do ICMS, à qual se seguiram os dispositivos legais complementares e regulamentares dos impostos estaduais (20 decretos, 15 instruções e 177 normas de procedimentos).

Cumriu-se uma sistemática orientação aos contribuintes quanto às inovações, e foi assegurado treinamento a 90% dos funcionários que atuam na fiscalização.

No plano federal, cabe destacar a atuação de apoio aos congressistas na elaboração da legislação complementar à Constituição, relativa à compensação financeira assegurada a estados e municípios, prevista no parágrafo 1º do inciso XI do artigo 20, os chamados “royalties”; ao Fundo de Participação dos Estados; e ao projeto do novo Código Tributário Nacional.

Quanto à área da arrecadação, ressalta-se o projeto “Mutirão de Cobrança da Dívida Ativa — Fase II”, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, executado em todas as delegacias regionais do Paraná. Foi dada prioridade à cobrança dos grandes devedores ativos.

Com o agravamento do processo inflacionário, a Secretaria da Fazenda tornou generalizada a redução dos prazos de recolhimento do ICMS, a fim de proteger a receita da corrosão inflacionária.

A partir de janeiro de 1989, foram estabelecidos convênios de cooperação fiscal entre a SEFA e 267 prefeituras do Estado, contribuindo para reduzir a evasão de receitas na comercialização.

Por outro lado, a fiscalização foi direcionada para identificar os fatores, as circunstâncias e as causas da sonegação fiscal.

Em janeiro de 1989, foi introduzido o sistema de controle gerencial FCF — Ficha de Controle Fiscal, similar ao modelo alemão. Com esse sistema o controle geral da fiscalização é centralizado, tornando a fiscalização im pessoal, programada, controlada e mais ágil.

16.4 Ação Normativa e Fiscalizadora

Os trabalhos de orientação metroológica, desenvolvidos pelo Instituto de Pesos e Medidas do Paraná — IPEM, têm por objetivo maior garantir em todo o Estado a fiscalização dos produtos pré-acondicionados de consumo básico da população. Paralelamente a estas ações fiscais, o IPEM promove a difusão da metrologia legal, visando à conscientização do produtor, do comerciante e do consumidor final e à equivalência implícita entre a quantidade e o preço, empregando a simbologia das unidades legais de medida. Em 1989, o IPEM aferiu 69.912 balanças, 9.497 taxímetros, 15.490 bombas medidoras, 877.709 mercadorias pré-medidas, entre outros serviços.

A Junta Comercial do Paraná — JUCEPAR implantou um moderno sistema de registro e controle dos processos protocolados, através de listagens que substituem o sistema de fichas em branco. Dando prosseguimento ao programa de interiorização e descentralização administrativa e objetivando garantir um melhor atendimento aos empresários do Estado, a JUCEPAR atingiu, no ano de 1989, quarenta e três escritórios devidamente instalados. Estes escritórios funcionam em regime de convênio com as Associações Comerciais e Industriais e com as Prefeituras Municipais, cabendo à Junta fornecer toda a estrutura técnica necessária ao seu bom funcionamento.

16.5 — Ação Social

As atividades do Serviço de Loteria do Estado do Paraná — SERLOPAR compreendem duas modalidades lotéricas: bilhetes lotéricos e Concurso de Prognósticos sobre Sorteios de Números — LOTOPAR. Em 1989, foram efetuadas 46 extrações lotéricas, com a emissão de 50.000 bilhetes cada uma. Paralelamente, foram realizados 46 concursos LOTOPAR. O resultado operacional líquido é destinado a entidades assistenciais, culturais e esportivas. Em 1989, a SERLOPAR repassou recursos financeiros para 36 prefeituras, PROVOPAR, diversas entidades esportivas amadoras e 50% do valor do salário mínimo a cada um dos 240 alunos em convênio (Frutos da Terra).

16.6 — Administração Bancária

A aprovação do Banco do Estado do Paraná S.A. pelo Banco Central do Brasil — BACEN como banco múltiplo se deu pela incorporação do Banestado S/A — Crédito, Financiamento e Investimentos, mediante a integralização da totalidade de seu patrimônio líquido e a extinção da empresa incorporada.

O projeto de expansão da rede de agências atingiu a marca de 36 novas agências inauguradas em 1989, sendo 25 em praças pioneiras, atendendo ao propósito de levar o atendimento bancário à totalidade dos municípios paranaenses. O Banestado passou a contar com uma rede de 346 agências.

Na área de automação, foram intensificados os esforços de modernização, implantando-se diversos serviços em computação eletrônica — até o final de atendimento — além de estarem instaladas 40 caixas pagadoras automáticas. Em 1989, foi implantada a interligação de todas as agências automatizadas do Banco.

Apesar das conhecidas perturbações da economia nacional, o Banco conseguiu, em 1989, um excelente resultado, remunerando satisfatoriamente o capital dos acionistas e alcançando aumento do valor patrimonial das ações.

Foram promovidos dois aumentos de capital — o primeiro em dinheiro e o segundo mediante bonificação — cifrando-se o capital do Banco em NCZ\$ 127.080.684,12.

O volume de depósitos à vista, em 31.12.89, assegurou ao Banestado a 7ª posição entre os maiores bancos do País.

O Banco destinou excedente de 230% de sua exigibilidade ao Crédito Rural, com destaque para o trigo, que praticamente triplicou a área financiada, passando de 42 mil hectares para 122 mil hectares, em 1989.

A Banestado S/A — Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foi líder de negociações de ações nas bolsas de valores do País. Também incrementou as negociações com ouro, através de sua subsidiária Banestado Corretora de Mercadorias. Por outro lado, atuou intensamente na administração de recursos flutuantes de todos os órgãos da administração direta e indireta, evitando que tais recursos fossem corroídos pela inflação.

A Banestado S/A — Crédito Imobiliário, como integrante do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE, apresentou bom desempenho, em 1989, apesar das expectativas e incertezas da conjuntura econômica brasileira. O saldo de aplicações imobiliárias atingiu, em 31.12.89, o montante de NCZ\$ 6.378 milhões, contemplando 33.893 mutuários com financiamentos habitacionais — contribuindo para a solução do problema social causado pelo déficit habitacional.

Foram canalizadas aplicações para empréstimos e financiamentos à população de baixa renda, através da construção de conjuntos habitacionais.

Os depósitos em cadernetas de poupança atingiram o significativo saldo de NCZ\$ 5.445 milhões, em 31.12.89, propiciando à Banestado S/A — Crédito Imobiliário participação de 19,52% no conjunto das entidades congêneres da região Sul, contra 18,5% em 1988. A empresa paranaense se destaca como o segundo maior agente financeiro, em volume de depósitos, na região Sul, apesar da elevada evasão para outros ativos financeiros. No “ranking” das entidades do SBPE permanece no 12º lugar, por saldo de depósito de poupança.

A Banestado Clube S.C., dando cumprimento à sua finalidade precípua de prestação de auxílio a entidades, campanhas e atividades de caráter assistencial, cultural e esportivo, beneficiou os setores mais carentes do Paraná, com donativos no valor de NCZ\$ 955.204,10, em apoio aos programas do PROVO-PAR.

O Banestado Leasing aplicou, em 1989, volume de 21.216.969 BTN's, apesar do cenário econômico nacional adverso.

Com o aumento realizado, o capital da Banestado Reflorestadora cifrou-se, em 30.11.89, em NCZ\$ 38.834.979,08. Já os seus maciços florestais, após reavaliação, alcançam 33.016,39 hectares, apresentando o expressivo valor de Ncz\$ 143 milhões.

Na área de Câmbio e Operações Especiais, a posição do Banestado no programa FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), do BNDES, evoluiu do 31º para o 15º lugar no “ranking” nacional. O FINAME beneficia indústrias e empresas prestadoras de serviços. As aplicações, no exercício, ascenderam a NCZ\$ 175 milhões, representando crescimento real de 356,56%. No PRODURB — Programa de Desenvolvimento Urbano foram investidos NCZ\$ 27 milhões (3.760,613 BTN's).

No segmento de Carteira de Câmbio, o Banestado movimentou recurso no montante de 161 milhões de dólares, representando importante contribuição para a manutenção do Paraná como importante corredor de exportação.

Em 1989, o Banestado reformulou sua participação no negócio de seguros, via ajustamento societário com os parceiros, Bamerindus e Colonia/Nors-ten. A medida unificou as seguradoras Rio Branco e Paraná, devendo situar a nova empresa entre as 29 maiores do “ranking” nacional.

No Banco Del Paraná S/A, em 1989, foi mantida e aperfeiçoada a filosofia de trabalho implantada em 1988, alcançando-se sensível melhoria nos resultados e mantendo a empresa entre os primeiros bancos do Paraguai. O Resultado Líquido cresceu 81% numa inflação anual de cerca de 25%. O aumento dos Depósitos Totais foi de 43%.

Na área social, destacou-se o Projeto Gralha Azul, desenvolvido pela Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social, com o apoio do Banestado e a participação das prefeituras. Foram aplicados mais de 8,5 milhões de cruzados novos em obras sociais escolhidas diretamente pelas comunidades paranaenses.

16.7 — Ações de Fomento

As aplicações através do Banco de Desenvolvimento do Paraná — BA-DEP, apresentaram um excelente desempenho, atingindo o montante repassado às empresas de NCZ\$ 1.516,8 milhões, a preços de dezembro.

O BADEP elaborou propostas para a criação de fundos de desenvolvimento nos municípios, cujo objetivo é somar esforços e recursos aos do Estado e de outras fontes — federais ou internacionais, de forma a apoiar iniciativas empresariais sob a ótica municipal. A proposta foi levada inicialmente a diversos municípios paranaenses, sugerindo-se que fizessem constar na Lei Orgânica Municipal ou Lei Ordinária.

O Banco deu início também, em 1989, à operacionalização do Programa de Estímulo aos Investimentos Produtivos — PROIN, que possibilitou atender, no ano passado, a 67 empresas de todo o Estado, com a liberação de valores equivalentes, em dezembro, a NCZ\$ 34,5 milhões.

As operações contratadas pelo BADEP, em 1989, somaram, a preços de dezembro, NZC\$ 1.657,7 milhões, e tiveram como destinatário quase que exclusivamente o setor privado, 96% dos recursos globais.

A maior demanda por recursos para investimentos registrou-se no setor de transformação industrial, 100,7% em comparação a 88; o setor primário obteve NCZ\$ 66,9 milhões de créditos contratados, 13% de expansão, enquanto que o setor terciário ficou NCZ\$ 71,5 milhões, num decréscimo de cerca de 80% em relação ao ano anterior.

Os recursos alocados pelo BADEP ao setor produtivo paranaense, atenderam em maior proporção a empreendimentos localizados no interior do Estado, que ficou com 65,5% do volume contratado.

Os contratos firmados entre o BADEP e os mutuários geraram 6.058 empregos diretos, distribuídos em 183 municípios paranaenses.

As principais atividades beneficiadas foram o complexo papelero, que absorveu 23,5% dos créditos, as indústrias de produtos alimentares 19,9%, o complexo metal mecânico 18,6% e o ramo têxtil 14,2%.

Coerente com sua experiência de entidades de fomento e permanen-

temente preocupado com o efeito da sua atividade, o BADEP procurou expandir sua ação na aplicação dos recursos oriundos do Finsocial/BNDES, com os quais atende, principalmente, aos pequenos agricultores localizados nas regiões mais carentes do Estado.

Os recursos do Finsocial foram também geridos pelo Banco para atender a carências nas áreas urbanas. Assim, com o desenvolvimento dos diversos programas com enfoque social, foram beneficiadas no total 14.384 famílias, ou seja, 71.900 paranaenses, com o comprometimento de NCZ\$ 66,1 milhões.

O setor terciário, que absorveu 4,3% dos créditos contratados, obteve a continuidade de apoio aos segmentos de transporte de cargas, de empreiteiras de obras e do setor hoteleiro.

O Banco deu seguimento ao financiamento da Usina de Segredo, apoiando a aquisição de máquinas e equipamentos junto ao FINAME.

Na área da infra-estrutura, um programa de grande impacto foi aprovado no final do ano. Trata-se do Programa de Telefonia Rural, com recursos do BNDES, cuja operacionalização deverá ter início em 1990. Este programa objetiva a implantação, dentro de um prazo de 4 anos, de 20 mil novos terminais telefônicos, no interior do Estado, o que significa praticamente duplicar o atendimento atual.

O BADEP, em atuação conjunta com a SEAB, empenhou-se, ainda, na consecução de recursos para implantação do Programa de Desenvolvimento da Citricultura no Paraná — PROCITROS — onde estão previstos inicialmente dois grandes projetos, através de cooperativas. Um deles será implantado pela CITROCOOP, que envolve a CÔCAMAR, a COPAGRA, a COTIA e o grupo Albertson Internacional e outro será implantado através da COROL. Os projetos serão realizados nas regiões Noroeste e Norte do Estado, respectivamente, e prevêem investimentos da ordem de US\$ 154,0 milhões, para uma capacidade de aproveitamento de 24 milhões de caixas de laranjas/ano, e permitirão a geração de 11.000 empregos, sendo 6.000 fixos e 5.000 de mão-de-obra volante.

Com a finalidade de atrair novos investimentos e tecnologia, o BADEP tem participado ativamente de programas de cooperação internacional, recebendo inúmeras missões de técnicos e empresários de diversos países.

A partir do mês de junho, o BADEP assumiu os compromissos do BRDE, em processo de liquidação extrajudicial pelo BACEN, através das liberações dos financiamentos já contratados e dando continuidade às análises e outras solicitações de crédito já protocoladas naquela entidade.

17. ADMINISTRAÇÃO GERAL

Considerando-se a situação existente e a filosofia que orienta a atual administração do Estado, pautada na austeridade, desburocratização e modernização da máquina pública, as ações desse setor foram desenvolvidas com a preocupação constante com a racionalização administrativa e utilização adequada dos recursos materiais e humanos.

17.1 Gerenciamento de Recursos Humanos

Significativas melhoras foram implantadas nessa área, com destaque para a descentralização da manutenção da folha de pagamento, a implantação automatizada de benefícios, implantação do Serviço de Atendimento aos Servidores Inativos do Estado e a tramitação do Sistema Histórico Funcional em banco de dados.

Foi, ainda, implantado o Programa de Realocação de Servidores, comandando toda a movimentação de pessoal de forma competente e com embasamento metodológico científico.

Procedeu-se à elaboração de estudos e levantamentos para fins de montagem de Plano de Carreira e implantação do Regime Jurídico Único de Trabalho, em fase de análise.

Na área de gerenciamento de recursos humanos, foi criada a Divisão de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, com atuação significativa na área de aperfeiçoamento e objetivando melhorar o desempenho do servidor, mediante o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades.

O Programa de Reabilitação Funcional possibilitou a resolução de inúmeras anormalidades funcionais e o decréscimo significativo do número de licenças na Capital, com considerável redução de custo.

Destaque especial deve ser dado para a elaboração e implantação de um projeto pioneiro, no âmbito do Serviço Público do País, o “Programa Orçamento Discriminado de Recursos Humanos”, importante para a valorização do servidor. Este programa se constitui num mecanismo eficaz ao gerenciamento dos recursos humanos, no que tange à sua quantificação e qualificação. Constitui-se basicamente em dimensionar e orçar, a nível da administração pública estadual, o número de servidores necessários ao funcionamento das unidades administrativas, considerando os programas e as atividades a serem mantidos ou desenvolvidos.

17.2 Previdência e Assistência aos Servidores

No sentido de corrigir distorções que vêm sendo registradas ao longo

dos 29 anos desde a criação do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, muitas alterações têm sido implantadas, com relevantes benefícios aos seus associados.

Entre essas medidas, citam-se a atualização do valor das pensões, sistema informatizado, desburocratização, a par da modernização dos serviços e do cadastramento dos segurados.

Segue-se a desconcentração dos níveis de decisão e atendimento, através de Rede de Postos Eletrônicos, na Capital e Interior; Centro Previdenciário de Maringá e Cascavel; novos credenciamentos de serviços médicos e hospitalares, com aumento de 40% de prestadores de serviços; instalação de centrais de informação; reequipamento.

Além disso, ampliou-se a abrangência social, através de programa de visitas domiciliares. Por outro lado, foram concluídas 4.200 unidades habitacionais, que beneficiaram 18.300 pessoas.

17.3 Administração Geral

Foi implantado, pela Coordenadoria de Patrimônio do Estado — CPE, através de processamento de dados, o Sistema de Controle de Bens Móveis, encontrando-se em fase de elaboração o Sistema de Controle de Bens Imóveis.

A Administração de Serviços tem por objetivo agilizar e tornar seguro o controle de processos que tramitam no Estado. Executado pela CAS — Coordenadoria de Administração de Serviços, o Sistema de Protocolo Integrado passou a abranger os seguintes órgãos: Fundação Esporte e Turismo do Paraná — FESTUR, 1ª e 2ª Delegacias Regionais da Receita do Estado — DDR e Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental — SUCEAM. Foram incluídos parcialmente os Postos de Saúde da SESA e os Núcleos Regionais da SEJA do Interior.

Foi reativada, através da CAS, a Creche Castelo do Bosque, que atende à 60 crianças.

Importante resultado alcançado neste setor foi o controle das despesas de custeio, por item e órgão. Esse controle permite conhecer onde os recursos poderão ser reduzidos, sem prejuízo para a administração; identificar os órgãos com despesas em excesso e evitar cortes lineares e aleatórios destas despesas.

Inúmeros estudos foram realizados na área de racionalização administrativa, de forma conjunta e articulada.

Esta área desenvolveu: estudos de organização e métodos; análise organizacional; análise de procedimentos; modernização de sistemas; análise de sistemas de informação; estudos de “lay-out”; adequação do ambiente de trabalho; análise funcional dos recursos humanos em relação aos objetivos e estrutura dos órgãos.

17.3.1 Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção — DECOM

Esta área, que anteriormente estava sob a responsabilidade de uma empresa pública, passou, na atual administração, a ser atendida por um Depar-

tamento, o DECOM.

Com isso, o setor apresentou redução de custos de até 25% por metro quadrado e maior precisão nos controles, através da informatização com sistemas integrados.

17.3.2 Departamento de Transporte Oficial — DETO

O setor que mais sentiu os reflexos da crise econômica foi o de transporte oficial (DETO), que procurou, entretanto, proporcionar agilidade no atendimento aos seus usuários e, concomitantemente, economia com a redução de procedimentos burocráticos.

A composição da frota oficial é, hoje, de 10.387 veículos, inferior ao número de veículos (12.365) que a formavam ao final de 1988.

17.3.3 Departamento de Imprensa Oficial do Estado — DIOE

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado, em 1989, conseguiu incrementar a sua produção em 28,15%, em relação aos períodos anteriores. Procurou adequar a prestação de seus serviços à modernização da máquina administrativa do Estado, tornando-os mais ágeis e eficientes. O DIOE deixou de competir com a empresa privada e passou a atender plenamente aos serviços do Estado.

Como consequência da melhoria de seus serviços, houve economia para os cofres públicos. A partir de 1990, o DIOE passará a fornecer formulários contínuos.

17.3.4 Departamento Estadual de Arquivo Público — DEAP

O Departamento teve grande parte de suas atividades voltadas à promoção de eventos, tais como: exposições, cursos e participação em projetos de pesquisa a nível nacional; divulgação do acervo histórico, através de edição e distribuição do Boletim do Arquivo do Paraná; e a implantação, restrita ao acervo documental do DEAP, da Tabela de Temporalidade de Documentos, em caráter experimental, e do Código de Identificação.

Não se pode deixar de relatar, também, o grave incêndio ocorrido em 27/09/89, o qual destruiu totalmente sua sede própria — construída e inaugurada em 1978 —, bem como todos os documentos distribuídos em 45 mil caixas padronizadas, abrangendo o acervo transferido pelas mais diversas Secretarias de Estado, além de equipamentos, material de expediente e mobiliário.

17.3.5 Departamento Estadual e Administração de Material — DEAM

O processo de compras é transparente. Através das Associações Comerciais das 81 maiores cidades do Estado, pode-se saber o que o DEAM comprou, de quem comprou e quanto pagou. O Programa de Interiorização de Compras permitiu a participação de fornecedores de todo o Estado, igualando as condi-

ções entre o fornecedor instalado na Capital e no Interior.

Merece destaque a implantação do Calendário de Compras, que proporcionou um decréscimo de aproximadamente 40% nos processos licitatórios e nas compras informais.

17.4 Companhia de Processamento de Dados — CELEPAR

A rede de Comunicação de Dados ultrapassa, no final do exercício de 1989, a casa dos mil equipamentos conectados ao sistema central, apresentando um crescimento da ordem de 50%, no período.

Mais de 20 municípios se encontram ligados ao sistema central.

Foi criada a Rede Estadual de Teleprocessamento Integrada para o Interior do Estado, sob a responsabilidade da SEAD e gerenciada pela CELEPAR, gerando uma economia na despesa de comunicação da ordem de 30%.

Os sistemas computacionais totalizaram 270, com um crescimento de 21%, abrangendo os serviços do BDE, BDG, SAE, DETRAN, Polícia Militar, Polícia Civil, Arrecadação do Estado, além de prestar atendimento a outros níveis de governo, através do IPTU, INAMPS e TRE.

18. COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

18.1 Planejamento

Dando continuidade à sua ação de assessoramento direto e apoio à Governadoria, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral — SEPL tem estado presente na condução de importantes questões relativas aos interesses do Estado. Entre outras, merece destaque a realização de estudos e acompanhamento das negociações do projeto FERROESTE, importante ligação da região Oeste ao Porto de Paranaguá, ponto de apoio ao corredor de exportação da produção agrícola. Igualmente, cabe citar o acompanhamento de negociações e estudos junto a organismos federais, em questões como a delimitação da área de projeção do Paraná no mar territorial brasileiro, regulamentação dos “royalties” sobre exploração de recursos naturais previstos na Constituição Federal, e o acompanhamento permanente dos interesses do Estado junto ao BIRD e ao BID.

Na área da cooperação internacional, a SEPL procurou aperfeiçoar o relacionamento junto com a Agência Brasileira de Cooperação — ABC, com acompanhamento e intermediação junto a governos estrangeiros, no âmbito do intercâmbio comercial e tecnológico.

Na área de informática e informações técnicas, o Conselho de Informática vem seguindo uma filosofia de trabalho dirigida prioritariamente aos usuários, componentes do Sistema Paranaense de Informática. Quanto às informações técnicas, as atividades desenvolvidas objetivaram a sistematização de dados e informações necessárias ao planejamento e acompanhamento das ações governamentais.

No âmbito da coordenação geral e articulação intersetorial, a SEPL tem executado ações no que se refere a estudos, projetos e desenvolvimento territorial, na coordenação e articulação com órgãos federais, com destaque para a coordenação das articulações entre o Estado do Paraná, Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, Organização dos Estados Americanos — OEA e ITAIPU Binacional, visando à obtenção de assistência técnica e à elaboração do Programa de Desenvolvimento do Oeste Paranaense — PRODOESTE.

Com a coordenação da SUDESUL, envolvendo os Governos do Paraná e Santa Catarina, estão sendo desenvolvidos estudos para elaboração do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Iguaçu, que objetiva promover a recuperação e proteção dos recursos hídricos da Bacia.

As recentes mudanças introduzidas pela Constituição Estadual definem

uma nova filosofia para elaboração orçamentária. Assim, a partir de 1990, o Poder Executivo terá que cumprir o art.133 da Constituição, o qual dispõe sobre o encaminhamento do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, que balizará e determinará todas as prioridades do Governo relativas ao orçamento-programa de 1991.

O novo processo orçamentário tem seu momento mais importante na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias “que se constituirá no instante da definição das prioridades relativas às ações da administração pública, bem como as alterações na legislação tributária, para o exercício financeiro subsequente, respeitando os objetivos e metas do plano plurianual”.

As atividades desenvolvidas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES se constituíram no cumprimento das finalidades básicas, fornecendo subsídios e apoio técnico ao Governo do Estado, nas áreas de pesquisas, estatísticas e treinamento.

Ênfase especial merece a manutenção e otimização do Banco de Dados do Estado — BDE, contemplando atualmente cerca de 7.300.000 informações.

18.2 Assessoramento

A Casa Civil, em cumprimento às suas atribuições, desenvolveu tarefas típicas de órgão de assessoramento logístico, político, jurídico e administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo, assim como tarefas de apoio a unidades e órgãos desprovidos de estrutura de apoio próprias, ou providas parcialmente, a saber: Gabinete do Vice-Governador, Assessor Especial de Governo, Gabinete do Governador, Casa Militar e Secretários Especiais e suas vinculadas (Esporte e Turismo; Política Habitacional; Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico).

As atividades do Gabinete do Chefe da Casa Civil e de direção e assessoramento superior compreendem as tarefas realizadas diretamente e aquelas realizadas através de órgãos como o Conselho Estadual da Condição Feminina, o Conselho Estadual da Juventude e os Escritórios de Representação do Estado (Brasília e Rio de Janeiro).

Além de uma ampla gama de serviços administrativos, cabem ser destacadas as atividades de assessoramento político do Poder Executivo e as de apoio técnico e jurídico ao Governador do Estado, assim como a implantação e manutenção de sistemas de informações, via processamento de dados (Sistema de Realizações Governamentais — SRG, Sistema de Acompanhamento de Obras — SAO, Cadastro Integrado de Autoridades — CIA e os Sistemas de Agenda e de Despachos do Governador e o Acompanhamento de Reivindicações).

Tarefas e atividades específicas, no âmbito da Casa Civil, foram realizadas por intermédio da Diretoria Geral e das Subchefias de Assuntos Técnicos (SAT), de Assuntos Especiais (SAE) e do Cerimonial (SCE).

Com respeito às atividades do Assessor Especial de Governo, há que se mencionar, além dos trabalhos específicos, a realização de estudos e pesquisas sobre assuntos gerais de governo e da administração estadual.

No âmbito da Casa Militar, destacam-se as tarefas executadas através

das Divisões de Operações e Segurança, de Apoio Operacional e de Transporte.

18.3 Procuradoria Geral do Estado

Órgão único de execução da advocacia do Estado, a Procuradoria Geral do Estado manteve, ao longo de 1989, a defesa dos interesses do Estado — seja na esfera judicial, seja na esfera extrajudicial. Tendo em vista a relevância para o Poder Público, podem ser ressaltadas:

- a coordenação das execuções do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP e do Banco do Estado do Paraná S.A. contra o grupo Attala;
- a coordenação da defesa da COPEL na licitação concernente à Usina Hidrelétrica de Segredo;
- a defesa do Conselho Estadual de Educação do Paraná, em ação que lhe moveram o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, objetivando atribuir-lhe a competência para fixar índices de reajuste de mensalidades escolares;
- a defesa do Estado na questão da Estrada do Colono.

Cabem, ainda, ser mencionados o prosseguimento do Projeto de Informatização da Procuradoria Geral do Estado — destinado a modernizar o órgão e permitir a otimização de sua eficácia — e a realização de mais um concurso para preenchimento de vagas no Quadro de Procuradores de Carreira.

18.4 Comunicação Social

Através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, o Governo do Estado tem promovido a divulgação sistemática, a nível nacional e internacional, quer como unidade federativa, quer como pólo de cultura e turismo dos mais importantes da região Sul, assim como a ampla divulgação das obras realizadas, para conhecimento da comunidade.

Em 1989, foram realizadas campanhas de caráter educativo, procurando orientar a população sobre seus direitos e deveres, com resultados positivos. A Secretaria também produziu e coordenou o programa “Bom dia Governador”, através do setor de radiodifusão.

Foi prestada assistência aos órgãos da administração pública estadual no relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira.

Deve também ser destacada a produção, no setor de TV e cinema, de documentários, matérias sobre as ações do Governo, distribuídas às emissoras de televisão da capital e interior do Estado, bem como o assessoramento à Provopar do Paraná na Campanha “Crianças Cegas”, para conscientização da população paranaense sobre o problema.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

**AGRICULTURA E
ABASTECIMENTO**

MICROBACIAS TRABALHADAS NO PROGRAMA DE MANEJO INTEGRADO DE SOLOS E ÁGUA, SEGUNDO OS NÚCLEOS REGIONAIS DA SEAB — 1985-89

NÚCLEOS REGIONAIS	1985				1986				1987				1988				1989 ⁽¹⁾			
	Micro-bacias	Área (ha)	Propriedades	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área (ha)	Propriedades	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área (ha)	Propriedades	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área (ha)	Propriedades	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área (ha)	Propriedades	Municípios Envolvidos
Campo Mourão	23	98.477	1.976	18	23	98.477	1.976	18	30	170.363	6.090	23	55	291.337	9.132	23	62	146.633,08	4.865	21
Casvel	97	157.389	6.692	17	97	157.389	6.692	17	138	447.475	13.405	16	16	149	496.928	15.045	17	57	214.267,88	6.716
Concelho Procopio	37	62.088	1.599	18	37	62.088	1.599	18	27	50.871	1.785	16	40	79.549	2.789	18	62	122.708,19	4.089	21
Cunhã	29	23.651	1.095	22	29	23.651	1.095	22	33	36.532	1.373	21	49	45.345	2.290	22	83	188.245,99	7.299	22
Francisco Beltrão	25	12.743	583	13	25	12.743	583	15	73	24.556	2.358	17	97	252.339	13.698	17	77	201.125,86	9.233	19
Guarapuava	12	15.668	409	6	20	21.873	681	6	26	44.680	1.594	08	35	98.537	2.040	8	55	95.862,41	2.937	10
Iraí	—	—	—	—	15	21.417	887	8	16	29.436	1.101	08	19	40.075	1.545	8	23	38.096,17	1.458	7
Ivaipora	14	28.410	419	14	17	47.349	1.751	15	05	14.620	774	15	25	143.237	6.718	16	60	190.339,11	7.691	22
Jacarezinho	8	6.338	371	8	8	6.338	371	7	10	22.752	984	08	36	37.217	2.041	25	46	70.903,20	4.314	33
Londina	22	15.709	411	18	29	22.111	520	18	36	62.341	1.880	17	77	105.962	2.721	15	44	85.089,97	2.334	14
Maringá	30	43.160	1.090	21	33	55.386	1.340	21	43	70.331	1.179	23	105	227.526	6.620	30	91	217.807,46	6.227	28
Paraguá	9	31.704	365	6	14	31.704	475	6	11	9.848	599	05	19	73.170	1.096	5	16	75.767,00	867	5
Paranaíba	30	124.884	1.392	25	30	124.884	1.407	25	30	129.060	1.798	19	45	171.807	2.457	20	56	200.239,96	3.460	29
Pão Branco	16	13.653	396	10	21	25.443	844	11	23	28.907	1.024	11	35	66.134	1.809	11	33	101.310,06	2.887	11
Ponto Grossa	37	15.688	605	15	39	46.018	1.706	10	32	52.246	1.594	12	82	131.373	4.159	13	90	196.640,34	4.900	15
Toledo	72	207.704	8.182	12	72	219.687	9.792	14	98	337.439	37.956	14	70	757.578	36.627	13	49	245.912,80	10.954	13
Umaraima	37	15.943	729	17	27	15.943	729	17	30	14.649	861	20	55	30.202	1.444	21	71	64.772,21	2.868	25
União da Vitória	20	34.459	993	12	11	25.738	1.004	10	07	14.893	536	07	24	73.298	1.701	10	18	48.118,00	1.263	9
TOTAL	498	907.678	27.207	252	547	1.030.458	33.091	258	688	2.000.999	77.001	258	1.017	3.121.614	113.812	292	997	2.503.847,69	84.707	313

FONTE: SEAB

Efetivamente no ano de 1989 o programa de Manejo e Conservação dos Solos desenvolveu ações em 1.150 microbacias hidrográficas, envolvendo 100.000 produtores numa área de 3.000.000 de hectares. Com a implantação do PARANÁ RURAL, as informações do quadro acima não estão completas em função da reformulação em 152 microbacias, cujos diagnósticos e planos de ação ainda estão sendo analisados pela Comissão Estadual de Manejo e Conservação do Solo.

PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, SEGUNDO OS NÚCLEOS REGIONAIS DA SEAB - 1989

REGIONAL	Incorporada	Melhorada	Total	Saneamento	Drenagem	Sistema	Aspersão	Irrig. Local	Pequeno	Médio	Grande	Total Projetos	Áreas	Orcada	Preservam	Otras Culturas
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
Aparazana	681,20	29,70	710,90	19,30	412,80	129,30	72,30	77,00	169	15	12	196	495,90	64,30	93,30	177,50
Campo Mourão	959,56	59,00	1.017,6	138,70	833,00	17,00	29,06	-	60	16	38	114	765,20	15,66	15,50	221,40
Caxaci	194,30	33,10	226,40	10,80	146,60	34,90	34,10	-	36	6	10	72	92,30	19,00	106,80	89,80
Concílio Próprio	1.472,70	334,00	1.806,70	214,00	1.499,80	75,10	16,00	1,80	325	38	37	400	1.537,90	8,40	170,70	89,70
Cunha	1.306,00	10,40	1.316,40	-	1.296,10	3,00	107,30	-	183	17	7	207	187,50	107,00	312,80	709,10
Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-
Guarapuava	609,90	-	609,90	-	586,90	-	23,00	-	29	4	11	44	259,10	3,00	75,00	272,80
Itaio	115,20	37,20	152,40	-	207,40	-	5,00	-	23	5	5	33	121,40	5,00	60,10	25,90
Jacarezinho	577,45	18,70	596,15	201,60	353,40	2,20	213,95	25,00	228	16	12	256	388,40	148,05	99,79	59,79
Londrina	563,70	112,50	676,20	74,90	409,00	19,40	163,90	9,00	82	20	27	129	406,00	38,20	73,10	138,90
Manga	491,70	91,20	582,90	165,70	347,20	48,50	21,50	-	101	8	4	113	362,90	8,80	4,00	207,20
Paranaguá	1.103,60	109,80	1.213,40	202,00	928,80	40,00	42,60	-	66	7	5	78	182,50	297,80	234,00	499,10
Paranavai	2.222,35	2.977,60	5.199,95	-	1.429,10	3.720,20	40,55	-	68	5	9	82	3.127,30	7,25	-	70,30
Povo Branco	24,80	7,00	31,80	-	24,80	-	-	7,00	4	1	1	5	24,80	-	-	7,00
Poção Grossa	1.790,80	308,80	2.099,60	-	2.054,70	29,50	15,40	-	40	11	37	88	829,60	70,90	4,50	1.194,60
Toldo	812,10	20,00	832,10	282,00	446,20	40,10	63,80	-	115	15	3	133	473,30	16,80	228,30	113,70
Umuarama	3.447,20	82,30	3.529,50	342,00	3.177,40	142,20	12,90	-	49	1	18	68	958,90	7,20	2.582,90	12,50
União da Vitória	2.065,10	81,90	2.146,60	4,80	2.141,80	-	-	-	42	14	27	83	586,80	-	406,90	1.199,80
Subtotal	18.491,76	4.311,80	22.803,56	1.355,80	15.655,00	4.311,40	861,56	119,80	1.640	199	362	2.101	12.705,10	828,46	4.284,00	5.029,00
INICIATIVA PRIVADA	5.231,08	-	5.231,08	-	1.733,30	16,90	3.460,83	20,05	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	23.722,84	4.311,80	28.034,64	1.355,80	17.688,30	4.328,30	4.322,39	139,85	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SEAB-DAGRI

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 1985-89

PRODUTO	UNIDADE	1985	1986	1987	1988 ⁽²⁾	1989 ⁽⁵⁾
Carne Bovina ⁽¹⁾	t	155.443	132.187	173.935	204.000	192.793
Carne Suína ⁽¹⁾	t	98.637	110.350	124.245	115.000	86.959
Carne Avícola ⁽¹⁾	t	233.221	260.000	297.854	292.000	325.114
Leite	1000 litros	979.564	1.030.743	1.059.774	1.080.000	1.150.000
Ovos	1000 dúzias	209.000	215.000	217.412	208.700	210.000
Mel	t	1.713	1.738	1.918	2.110	2.400
Lã	t	248	276	302	332	450
Ovos de Codorna	1000 dúzias	171	210	342	480	480
Cera de Abelha ⁽³⁾	t	93	88	74	81	92
Casulo do Bicho-da-Seda ⁽⁴⁾	t	5.507	5.968	5.778	6.829	7.216

FONTE: FIBGE/MA

NOTAS: (1) Referente a Abates com Inspeção Federal.

(2) Estimativa SEAB/DERAL.

(3) Associação Paranaense de Apicultores.

(4) EMATER/PR

(5) Estimativa SEAB/DERAL

**COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIGRANJEIROS, SEGUNDO AS UNIDADES DO
CEASA DO PARANÁ — 1987-89**

UNIDADES	1987	1988	1989
Ceasa de Curitiba	351.317,6	316.661,4	387.899,0
Ceasa de Maringá	124.878,9	114.282,8	143.714,0
Ceasa de Londrina	44.165,4	42.792,6	44.731,0
Ceasa de Foz do Iguaçu	26.324,4	25.133,6	31.529,0
Ceasa de Cascavel	15.244,8	15.184,5	14.484,0
TOTAL DAS UNIDADES	561.931,1	514.054,9	622.357,0
Merc. Produtor Morretes	1.546,4	1.301,4	955,0
Merc. Produtor Cerro Azul	1.207,6	1.115,3	1.852,0
Merc. Produtor Agudos do Sul	213,2	164,3	223,0
Merc. Produtor Alm. Tamandaré	1.258,2	715,6	397,0
Merc. Produtor Araucária	1.267,2	872,4	993,0
Merc. Produtor S. J. Pinhais	930,6	1.212,0	1.196,0
Merc. Produtor Tijucas do Sul	259,4	754,2	51,0
FEPAR/Ceasa	2.688,4	1.851,8	1.955,0
TOTAL MERCADOS PRODUTOR	9.371,0	7.987,0	7.622,0
Hortomercado S. Quitéria	6.913,2	10.241,5	11.359,0
Hortomercado Corn. Procópio	729,9	464,0	277,0
TOTAL HORTOMERCADOS	7.643,1	10.705,5	11.636,0
Varejão Capão Raso (3)	2.851,4	—	—
Varejão Capão da Imbuia (3)	2.698,6	—	—
Varejão Pinhais (3)	679,6	—	—
TOTAL VAREJÕES	6.229,6	—	—
TOTAL	585.174,8⁽²⁾	532.747,4	641.615,0

FONTE: DITEC-CEASA/PR

NOTAS: (01) Os Mercados do Produtor estão sendo administrados pelas Associações de Produtores e os Varejões pela Ceasa de Curitiba e Prefeitura Municipal.

(02) No total geral de 87 foram excluídas 1.778,5 toneladas referentes as feiras de Cascavel, Toledo, Hortomercado de Maringá e aos Varejões do Bacacheri e Vila Hauer que foram desativados durante o ano de 1987.

(03) Referente Varejão Capão Raso, Capão da Imbuia e Pinhais, a execução do referido programa passou a cargo da Prefeitura Municipal.

OBS.: Os Mercados do Produtor estão sendo administrados pelas Associações de Produtores e em Cerro Azul pela COPASA.

**EVOLUÇÃO DO REBANHO PECUÁRIO, SEGUNDO O TIPO DE REBANHO,
NO PARANÁ — 1985-89**

(Em Cabeças)

TIPO DE REBANHO	1985	1986	1987	1988
Bovino	8.538.179	8.563.315	8.582.536	8.472.318
Bubalino	59.528	65.555	83.251	87.764
Suíno	4.168.703	4.569.031	4.140.580	3.695.934
Aves (galináceos)	56.300.000	66.877.000	68.097.383	66.808.109
Asinino	1.865	2.032	2.035	1.971
Muar	120.782	118.091	118.217	118.295
Equino	426.937	441.160	444.259	445.855
Caprino	290.703	290.068	279.958	275.909
Ovino	279.741	304.690	316.765	340.701
Coelho	115.367	186.088	226.544	204.536
Codorna	28.703	37.733	53.689	56.534
Perus	89.856	94.097	99.682	95.611
Patos, Marrecos e Gansos	621.403	626.270	630.354	627.658

FONTE: FIBGE - Produção Pecuária Municipal

**ESTIMATIVA DA ÁREA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS CULTURAS
DE VERÃO, NO PARANÁ — 1988-89 e 1989-90**

PRODUÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90
Algodão	415.091	470.000	805.277	890.000/990.000
Amendoim	2.470	2.200	3.680	3.190/3.410
Arroz sequeiro	138.220	134.000	217.920	200.000/220.000
Arroz irrigado	22.240	18.000	88.450	75.000/85.000
Feijão (águas)	436.000	540.000	183.750	260.000/285.000
Mamona	5.600	4.400	7.885	5.000/6.200
Milho normal	1.870.000	1.935.000	4.680.000	4.850.000/5.350.000
Soja	2.402.000	2.280.000	5.060.000	4.700.000/5.100.000
Fumo	25.200	21.900	46.620	38.000/40.000
Cana	164.500	170.000	11.700.000/12.600.000	12.400.000/13.000.000
Mandioca	83.500	112.000	1.680.560	2.300.000/2.500.000
Rami	7.950	7.045	8.700	14.600/15.800
Batata (águas)	23.630	25.400	291.330	385.000/420.000
Cebola	4.500	5.000	23.112	38.500/38.800
TOTAL	5.600.901	5.724.945		

FONTE: SEAB/DERAL, jan/90.

TRANSPORTES

EVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO NO ESTADO DO PARANÁ — 1985-1989 (km)

ANO	NÃO PAVIMENTADA					PAVIMENTADA					
	Planejada (A)	Em Obras de Implant. (B)	Leito Natural	Implantada	TOTAL (C)	Em Obras de Paviment. (D)	Pav. Pista Simples	Em Obras Duplic.	Duplicada	TOTAL (E)	TOTAL ABCDE
1985	5.583,20	30,40	109.437,20	21.858,10	131.295,30	468,00	10.258,40	58,00	259,10	10.575,50	147.952,40
1986	3.566,10	49,20	104.622,80	24.282,00	128.904,80	1.697,60	10.906,60	103,80	371,75	11.382,15	145.599,85
1987	3.552,10	—	104.622,80	24.218,40	128.841,20	1.425,10	11.233,90	175,00	371,75	11.781,45	145.599,85
1988	3.502,00	—	104.622,80	24.082,10	128.704,90	992,00	11.797,89	166,00	448,85	12.412,74	145.611,64
1989	3.486,00	—	104.622,80	23.999,30	128.622,10	819,40	12.065,89	166,00	452,25	12.684,14	145.611,64

FONTE: CPPT/SETR

OBS.: Inclui rodovias federais, estaduais e municipais.

SISTEMA RODOVIÁRIO NO ESTADO DO PARANÁ — EXTENSÕES TOTAIS — 1989 (km)

SITUAÇÃO REDE	NÃO PAVIMENTADA					PAVIMENTADA					
	Planejada (A)	Em Obras de Implant. (B)	Leito Natural	Implantada	TOTAL (C)	Em Obras de Paviment. (D)	Pav. Pista Simples	Em Obras Duplic.	Duplicada	TOTAL (E)	TOTAL ABCDE
Federal	911,00	—	52,70	82,80	135,50	107,20	2.554,60	116,70	313,80	2.985,10	4.138,80
Est. Transiória	—	—	145,80	216,30	362,10	211,70	1.174,50	—	1,90	1.176,40	1.750,20
Estadual	2.575,00	—	136,40	1.461,10	1.597,50	499,00	7.984,49	49,30	89,10	8.122,89	12.794,39
Acessos	—	—	2,30	23,30	25,60	—	175,70	—	—	175,70	201,30
Urb. Estaduais	—	—	2,00	1,50	3,50	1,50	97,60	—	47,45	145,05	150,05
Municipal	—	—	104.283,60	22.214,30	126.497,90	—	79,00	—	—	79,00	126.576,90
TOTAL	3.486,00	—	104.622,80	23.999,30	128.622,10	819,40	12.065,89	166,00	452,25	12.684,14	145.611,64

FONTE: CPPT/SETR

**EVOLUÇÃO DA REDE DE CONSERVAÇÃO A CARGO DO DER-PR
(RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS DELEGADAS)
1985-1989**

ANO	(km)			
	Pavimentada	Revestimento Primário	Leito Natural	TOTAL
1985	9.455,3	2.652,4	1.235,7	13.343,4
1986	9.623,1	3.278,6	990,8	13.892,5
1987	10.807,1	2.908,2	600,9	14.316,2
1988	11.416,6	2.204,5	698,4	14.319,5
1989*	11.567,6	2.119,4	632,5	14.319,5

FONTE: DER/SETR

(*) — Valores estimados.

**REDE ROVODIÁRIA DE CONSERVAÇÃO A CARGO DO DER-PR
SEGUNDO O TIPO DE RODOVIA — 1989(*)**

JURISDIÇÃO	(km)			
	Pavimentada	Rev. Primário	Leito Natural	Total
Federal Delegada	2.141,7	83,4	—	2.225,1
Estadual	9.425,9	2.036,0	632,5	12.094,4
TOTAL	11.567,6	2.119,4	632,5	14.319,5

FONTE: DER/SETR

(*) — Valores estimados.

**OBRAS E PROJETOS EXECUTADOS PELO DER, POR TIPO
DE SERVIÇO NO PARANÁ — 1985-89**

SERVIÇO	(km)					
	1985	1986	1987	1988	1989	
					Concluído	Em Andamento
Terraplenagem e Pavimentação (km)	256,81	662,74	1.125,48	1.093,40	816,60	1.190,04
Restauração e Rejuvenescimento de Pavimento (km)	490,41	412,87	897,19	753,54	334,05	148,67
Revestimento Primário (km)	3.620,07	5.325,05	4.971,58	5.578,58	4.173,62	—
Obras de Arte Especiais (m)	4.927,76	5.547,24	3.109,85	2.583,37	1.716,95	3.602,10
Constr. de Prédios Públicos (m ²)	2.020,50	1.736,44	—	1.309,54	228,60	228,60
Projetos Finais de Engenharia						
Terrapl. e Pavimentação (km)	1.993,00	1.508,45	1.712,77	3.726,60	597,42	1.249,35
Restauração (km)	217,00	232,30	466,16	62,90	103,90	217,19
Obras-de-Arte Especiais (m)	2.416,10	515,00	2.785,00	3.224,00	40,00	130,00

FONTE: DER/SETR

**TOTAL DE PROJETOS EXECUTADOS PELO DER/PR, POR TIPO DE SERVIÇO
NO ESTADO DO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	1989		1988	1987	1986	1985
	Em Andamento	Concluídos				
Projetos Finais de Engenharia						
Terraplenagem e Pavimentação	1.249,35	597,42	3.726,60	1.712,77	1.508,45	1.993,00
Projetos Finais de Engenharia						
Restaurações	217,19	103,90	62,90	466,16	232,30	217,00
Projetos de Obras-de-Arte-Especiais (m)	130,00	40,00	3.224,00	2.785,00	515,00	2.416,10

FONTE: DER/SETR

**OBRAS CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO PELO DER/PR
POR TIPO DE SERVIÇO 1989**

Tipo Obra	Programa	1989	
		Concluídas	Em Andamento
PAVIMENTAÇÃO	PROGRAMA NORMAL	84,93	913,52
	Rodovias Alimentadoras	97,12	—
	Rodovias Vicinais	68,70	—
	Rodovias Rurais	565,85	276,52
	TOTAL	816,60	1.190,04
RESTAURAÇÃO	PROGRAMA NORMAL	55,38	148,67
	Rodovias Alimentadoras	278,67	—
	TOTAL	334,05	148,67
REVESTIMENTO PRIMÁRIO	PROGRAMA NORMAL	4.173,62	—
	TOTAL	4.173,62	—
OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS (m)	PROGRAMA NORMAL	1.375,35	3.602,10
	Rodovias Alimentadoras	341,60	—
	TOTAL	1.716,95	3.602,10

FONTE: DER/SETR

VALOR PROCESSADO PELO DER POR PROJETO/ATIVIDADE 1985-1989

(NCz\$ 1,00)

PROJETO/ATIVIDADE	1985	1986	1987	1988	1989(*)
Construção de Rodovias P/N	87.768	855.165	3.975.477	32.068.371	1.124.926
Rodovias Alimentadoras Bid III	254.028	1.156.180	3.208.777	18.879.544	153.342.328
Rodovias Vicinais BNDES	153.401	486.985	853.148	2.043.534	—
Estradas Rurais CEF	—	—	—	12.142.753	64.428.385
Programa — Pirmic	—	—	—	—	858.886
Adequação de Estradas Municipais	—	—	—	—	67.380.406
Manutenção do DSTC	—	—	—	—	71.032.445
Serviço de Administração Geral	95.631	282.941	765.987	5.314.101	68.762.437
Dívida Pública (Interna e Externa)	30.691	90.386	1.153.588	5.813.734	24.642.006
Conservação de Rodovias	47.739	139.892	473.266	2.081.821	3.731.215
Apoio Rodoviário a Municípios	4.158	18.985	182.166	764.513	1.808.938
Estradas Coletoras Pró-Rural	51.722	71.111	46.348	269.141	2.459.253
Segurança Tráfego e Combate Erosão	50.623	16.138	22.867	316.777	11.985.138
Programa de Ação Municipal Pram	—	—	—	68.858	458.055
TOTAL	775.761	3.117.783	10.681.624	79.763.147	472.014.418

FONTE: DER-SETR

(*) — Valores sujeitos a alterações.

PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1989

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Ampere	Contorno de Ampere	,60
Arapoti	Variante no km 226	,50
Cambira	Acesso a Cambira	7,00
Grandes Rios	PR-082 — Grandes Rios (PR-451) — Ribeirão Bonito	8,90
Guaira	Avenida Tamandaré	1,03
Indianópolis	PR-082 — Interseção (Indianópolis)	,60
Laranjeiras do Sul	PRT-158 — Laranjeiras do Sul — Marquinho	40,00
Luiziana	BR-487 — Trevo de Luiziana	,50
Maringá	Acesso a CEASA	1,00
Palmeira	Acesso a Colônia Witmarsun	3,30
Piraquara	PR-415 — Rio Atuba — Vila Maria Antonieta	4,50
Ponta Grossa	PR-151 — Ponta Grossa — Carambeí (duplicação)	17,00
TOTAL		84,93

FONTE: DER/SETR

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS
ALIMENTADORAS, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Alt. do Paraná/Campina da Lagoa	PR-364 — Campina da Lagoa — Altamira do Paraná	31,10
Almirante Tamandaré/ Colombo	Entr. PR-092 (Almirante Tamandaré) — Entr. PR-417 (Colombo)	7,02
Francisco Alves/Palotina	Francisco Alves — Rio Piquiri	13,50
Francisco Alves/Palotina	Rio Piquiri — Palotina	12,50
Marmeleiro	PR-180 — Marmeleiro — Divisa Paraná/Sta. Catarina	33,00
TOTAL		97,12

FONTE: DER/SETR

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS,
POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Chopinzinho (PP)	Chopinzinho — Bugre	13,90
Pérola do Oeste (PP)	PR-583 — Bela Vista	8,30
Realeza (PP)	PR-182 — Barra do Sarandi	8,40
Salto do Lontra (PP)	PR-281 — Sede da Luz	2,40
Salto do Lontra (PP)	PR-281 — São Domingos	3,80
Santo Antonio do Sudoeste (PP)	PR-481 — Pinhal — São Bento	15,90
São Jorge do Oeste (PP)	São Jorge do Oeste — Iolópolis	8,80
Vitorino (PP)	PR-482 — São Braz	7,20
TOTAL		68,70

FONTE: DER/SETR

(PP) — Pavimentação poliédrica.

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA, DE
RODOVIAS RURAIS, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Almirante Tamandaré	PR-092 — Juruqui	5,00
Alto Piquiri	Baixada Paulistana	6,10
Alto Piquiri	Alto Piquiri — Fazenda Volpato	7,10
Alto Piquiri	Fazenda Volpato — Baixada	6,00
Altônia	Altônia — Jardim Paredão	9,96
Ampére	Ampére — Bom Princípio **	2,90
Araucária	BR-476 — Boa Vista	5,20
Assaí	Cebolão — Pau D'Alho *	6,70
Assis Chateaubriand	Ramal Acaua — Terra Nova Piquiri	6,45
Astorga	Astorga — Santa Zélia	6,00
Balsa Nova	Balsa Nova — Bugre	10,60
Balsa Nova	Bugre — BR-277	5,00
Bela Vista do Paraíso	Bela Vista do Paraíso — Cardoso	12,00
Cafelândia	Cafelândia — Córrego Campina	8,75
Cambé	BR-369 — Bratislava	3,80
Campina Grande do Sul	Campina Grande do Sul — Mandassaia	4,20
Campo Bonito	Campo Bonito — BR-277	10,00
Campo Largo	Ferraria — BR-277	7,90
Cascavel	Cascavel — Rio Andrade	10,10
Centenário do Sul	Rio Centenário — Divisa Mirasselva	7,49
Centenário do Sul	Centenário do Sul — Rio Centenário	5,41
Céu Azul	BR-277 — Vila União	8,00
Colombo	Acesso a São João	5,00
Corbélia	Ouro Verde — Anahy	10,05
Cornélio Procópio	Aeroporto — Água Limpa	5,40
Cornélio Procópio	PR-160 — Bairro Arapuã	3,60
Corumbataí do Sul	Corumbataí do Sul — Bairro dos Borges	9,10
Corumbataí do Sul	Fazenda Margarida — Corumbataí do Sul	9,70
Enéas Marques	Alto Pinhal — Pinhalzinho **	4,90
Formosa do Oeste	Formosa do Oeste — Consolata	6,20
Foz do Iguaçu	Avenida Mário Filho	5,40
Grandes Rios	Ribeirão Bonito — Rio das Antas	7,80
Grandes Rios	Rio das Antas — Rio Limeira	9,80
Imbituva	Imbituva — Jockey Club	2,00
Indianópolis	Indianópolis — Venda do Bispo	4,40
Irati	Irati — Rio Corrente	10,00
Irati	Rio Corrente — Rio Preto	5,60
Jardim Alegre	Jardim Alegre — Barra Preta	8,00
Londrina	PR-445 — Selva	2,07
Londrina	PR-445 — Colônia Coroados	10,00
Lupionópolis	Lupionópolis — Maira	7,81
Mandirituba	BR-116 — Colônia dos Matos	7,60
Marechal Cândido Rondon	Margarida — São Roque	10,00
Maria Helena	Maria Helena — Vila Ipiranga	10,00
Marmeleiro	BR-373 — Mandurim **	5,00
Matelândia	Vila Esmeralda — Ramilândia	8,30

continua

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA, DE
RODOVIAS RURAIS, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação
		EXTENSÃO km
Matelândia	BR-277 — Vila Esmeralda	10,00
Matinhos	Betaras — Jardim Monções	6,39
Medianeira	PR-495 — Mara Lucia	3,20
Mirassolva	Divisa Centenário do Sul — Mirassolva	6,40
Nova Aurora	Palmital — Marajó	8,00
Nova Tebas	PR-460 — Nova Tebas **	5,80
Palmeira	BR-277 — Pulgas — Colônia Quero Quero	5,20
Paranavaí	BR-376 — Piracema	2,77
Pérola	Bairro do Lontra — (Sete de Setembro) — Pindorama	3,60
Pinhão	Pinhão — Pinhãozinho	10,60
Piraí do Sul	PR-151 — Boa Vista da Vassoura	8,00
Ponta Grossa	Ponta Grossa — Botuquara	8,40
Ponta Grossa	Passo dos Pupos — Mina Prudente	8,90
Ponta Grossa	Botuquara — Passo dos Pupos	7,50
Ponta Grossa	Mina Prudente — Biscaia	5,90
Prudentópolis	BR-373 — Trevo	8,40
Rosário do Ivaí	Rio Limeira — Rosário do Ivaí	9,00
Santa Helena	Santa Terezinha — São Roque	2,08
Santa Terezinha de Itaipu	BR-277 — São Vendelino — São Pedro	8,10
São João	PR-281 — Ouro Verde **	3,00
São João do Ivaí	Rio da Bulha — Alto Alegre	10,10
São João do Ivaí	Mangueirão — Godoy Moreira	9,70
São João do Ivaí	Alto Alegre — Mangueirão	7,70
São João do Ivaí	São João do Ivaí — Rio da Bulha	6,70
São Jorge do Oeste	São Jorge do Oeste — São Geraldo **	2,40
São José dos Pinhais	BR-376 — Colônia Murici	1,40
Tapira	Gleba IV — Santa Felicidade	8,10
Terra Roxa	Vila São Benedito — Alto Alegre	5,90
Terra Roxa	PR-364 — Vila São Benedito	4,50
Toledo	Toledo — Nova Concórdia	8,92
Tupãssi	Tupãssi — Palmitolândia	10,50
Umuarama	Vila Alta — Escola Tomé de Souza	8,50
Umuarama	Bairro Curva Seca — Bairro São Vicente	8,00
Uniflor	PR-463 — Bairro Guarani	5,00
Uraí	Uraí — Cruzeiro do Norte	8,40
Verê	PR-475 — Alto Alegre **	2,00
Vitorino	Vitorino — São Valentin **	4,40
TOTAL		565,85

FONTE: DER/SETR

(*) — Trecho Laboratório-Escola.

(**) — Pavimentação Poliédrica.

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA NORMAL POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Abatiá	Estrada da 002-Sede — Rib. Mor. Azul	3,00
Abatiá	Estrada da 201-PR/431 — Rib. Grande	5,10
Abatiá	Estrada da 418-PR/436 — Rib. Grande	4,00
Abatiá	Estrada da 403- da 002 — Entr. da 402	6,80
Abatiá	Estrada da 433-PR/436 — Rib. Grande	5,10
Abatiá	Estrada Pau D'Álho	3,90
Abatiá	Estrada Água das Pedras	2,10
Adrianópolis	Estrada Varginha — Sete Barras	13,00
Almirante Tamandaré	Estrada Loteam. B. Vista — Bom Pastor	12,00
Altamira do Paraná	Estrada RT-302	7,10
Altamira do Paraná	Estrada RT-616	6,50
Altamira do Paraná	Estrada RT-408	8,20
Altamira do Paraná	Estrada RT-410	6,60
Altamira do Paraná	Estrada PR-364 — Santa Luzia	9,00
Alto Paraná	Estrada Paulo Nicoletti	1,00
Alto Paraná	Estrada Peroba	1,50
Alto Paraná	Estrada Mandassaia	1,00
Alto Paraná	Estrada Santa Terezinha	1,00
Alto Paraná	Estrada Santa Mônica	1,00
Alto Paraná	Estrada Santo André	1,00
Alto Piquiri	Estrada Brasilândia — Ercilândia	29,00
Alvorada do Sul	Estrada DH 004-DH 102	12,00
Ampére	Acesso a Santa Izabel — PR-182	8,50
Ampére	Estrada São Salvador — Vila Bonita	3,00
Ampére	Estrada Boa Vista — Rio Ampére	4,60
Ampére	Divisa Francisco Beltrão — PR-182	8,00
Ampére	Ampére — Bom Princípio	6,50
Antonina	Porto — Ponta da Pita e Transversal	7,00
Antonina	R. Cedro — P. das Mocas — Est. Ferro	3,00
Apucarana	Diversos Trechos Municipais	24,30
Arapongas	Estrada DP 207/DP 209/DP 210	21,40
Araruna	Estrada Lavourinha — São Geraldo	8,40
Araucária	Estr. Campestrinho/Campinas	2,05
Assaí	Estrada DV/201	13,80
Assis Chateaubriand	T. Nova — R. Piquiri — Encant. Oeste	4,07
Astorga	Estrada Jaboticabal — Paranaguá	8,50
Balsa Nova	Estrada Bicudo — Estrada Nova	4,00
Balsa Nova	Estrada Fazenda Thalia	10,00
Balsa Nova	Estrada Balsa Nova — Mineiros	8,00
Bandeirantes	Estrada EA 405 Entrada EA101 — EA305	2,40
Bandeirantes	Estrada EA 406 — R. Cinzas — A. Caiame	2,80
Bandeirantes	Estrada EA 101 — Entrada BR/369 — R. Pero	2,70
Barracão	Estrada São Roque — Estrada São João	1,00
Barracão	Estrada Linha Nova — BR/373	2,50
Barracão	Estrada Vista Alegre — BR/373	8,10
Barracão	Estrada Vista Alegre — Vila Pele	1,20

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA NORMAL POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação
		EXTENSÃO km
Barracão	Estrada Linha Lara — L.R. Barbosa	5,10
Barracão	BR-373 — Linha Barreiro	7,10
Bituruna	Bituruna — Empocado	12,00
Bituruna	PR-170 — Fazenda Schwegler	6,00
Bituruna	Empocado — Santo Antonio	14,00
Bituruna	Santo Antonio — Saltinho	15,00
Bituruna	Estrada Linha Bracatinga	6,00
Boa Esperança	Estrada Água do Norte	3,50
Boa Esperança	Estrada Água da Olaria	2,80
Boa Esperança	Estrada Pinheiro	1,50
Boa Vista da Aparecida	Estrada São Sebastião — Flor da Serra	12,59
Bocaiúva do Sul	Carijós — Poço Preto	15,00
Bom Sucesso	Diversos Trechos Municipais	63,00
Cafeara	Estrada EK003 — Estrada EK004	9,00
Cafelândia	Estrada R/Iguaçu — Palmitópolis	12,41
Califórnia	Diversos Trechos Municipais	23,00
Cambará	Estrada EM-001-002-005-403	34,00
Cambé	Rodovia Municipal — EN-001-419 e 516	11,00
Cambira	Estr. Itacolomy/Bela Vista	6,00
Campina da Lagoa	Estrada Velha Campina da Lagoa — Mamborê	22,90
Campina Grande do Sul	Estrada Japonês	6,00
Campina Grande do Sul	Estrada Campestre	3,00
Campina Grande do Sul	Estrada de Represa	4,00
Campina Grande do Sul	Sede-Posto Chopim	3,50
Campina Grande do Sul	Sede-Posto Gralha Azul	6,00
Campina Grande do Sul	Sede-Mondassai Taquari	26,00
Campo Bonito	Diversos Trechos Municipais	13,14
Campo do Tenente	Sede — Santana	2,00
Campo do Tenente	BR-116 — Estrada do Lajeado	7,00
Campo do Tenente	Sede — Cascavel	5,00
Campo do Tenente	Sede — Buriti	3,00
Campo do Tenente	Sede — Serrinha	6,00
Campo Largo	Estrada do Sindicato	14,00
Campo Largo	Estrada Caiva — São Silvestre	16,00
Campo Largo	Estrada Itambezinho	10,00
Campo Largo	Estrada Rio Dentro — S. Silvestre	12,00
Campo Mourão	Estrada Velha de Farol — Rua Santa Catarina	16,30
Campo Mourão	Estrada Velha de Farol	7,60
Campo Mourão	Estrada J. Aeroporto — E. Tropical	6,50
Cândido de Abreu	Cândido de Abreu — Rio Branco (Lote 2)	18,50
Capanema	Estrada Cristo Rei — Alto Faraday	10,10
Capanema	Estrada Cristo Rei — Boa Vista	12,00
Capanema	Estrada Cristo Rei — Santa Marta	6,00
Capanema	Estrada Cristo Rei — L. Rio Grande	4,00
Capanema	Estrada Cristo Rei — Linha Barra	3,50
Capanema	Acessos Diversos	4,00
Carlópolis	Diversos Trechos Municipais	13,80
Cascavel	Estrada J. Taborda — R. Diamante	5,46

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA NORMAL POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1989**

continuação

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Catanduvas	Diversos	19,14
Centenário do Sul	Estrada FD-105	3,00
Centenário do Sul	Estrada FD-208	3,00
Centenário do Sul	Estrada FD-306	2,30
Cerro Azul	Estrada do Mato Preto	16,00
Cerro Azul	Estrada do IAPAR	5,00
Cerro Azul	Estrada da Barra Bonita	8,00
Chopininho	Diversos Trechos Municipais	11,50
Cianorte	Estrada Sertãozinho	3,50
Cianorte	Estrada Filo Dentrao	9,00
Cidade Gaúcha	Diversos Trechos de Rodovias Municipais	9,00
Colombo	Estrada Loteam. Atuba — L. Guaraituba	20,80
Colorado	FM-006 e FM-207	13,00
Congonhinhas	Estrada FN002-FN315-FN308	16,90
Contenda	Estrada São Pedro — Santo Antonio	3,00
Contenda	Estrada São Pedro — Estrada Cardoso	10,00
Contenda	Estrada São Pedro — Laranjeiras	8,50
Contenda	Estrada São Pedro	,50
Coronel Vivida	Diversos	15,70
Corumbataí do Sul	Perímetro Urbano	12,60
Cruz Machado	Rio do Banho — Ind. Procopiak	20,00
Cruzeiro do Sul	Estrada Picadão — Terra Roxa — Mestre	44,00
Diamante do Oeste	Diversos Trechos Municipais	20,08
Dois Vizinhos	Estrada Chopim Dois-B. do Chopim	6,70
Dois Vizinhos	Estrada Cerro Azul — Salto Candas	5,00
Dois Vizinhos	Estrada São Luiz — Boa Esperança	12,50
Dois Vizinhos	Estrada Cruz. Iguaçu — Pedra de Ouro	7,60
Dois Vizinhos	Estrada Boa Esperança — Cerro Azul	3,50
Dois Vizinhos	Estrada Boa Esperança — S. L. Iguaçu	8,80
Dois Vizinhos	Estrada de S. Canoas — Linha Vachim	6,00
Dois Vizinhos	Estrada de S. Canoas — Salto Caxias	2,50
Dois Vizinhos	Estrada São Luiz — Ibiaca	3,90
Dois Vizinhos	Estrada S. Canoas — Alto Erveira	9,50
Doutor Camargo	Estrada 405-302-406	10,30
Enéas Marques	Estrada Cristo Rei — Estrada Arroio	5,50
Enéas Marques	PR-281 — Barra Bonita	13,50
Enéas Marques	PR-180 — Rio Areia	7,50
Enéas Marques	PR-180 — Pinhalzinho	5,00
Engenheiro Beltrão	Sertãozinho — Estrada Saltinho	6,00
Engenheiro Beltrão	PR-082 — Gleba Oito	3,40
Fênix	PR-082 — Ouro Verde — Vila Rica	3,40
Fênix	PR-082 — Cantinho do Céu	11,90
Fênix	Fênix — Estrada Rio Ivaí	5,00
General Carneiro	BR-153 — Indústria Ramada	13,00
General Carneiro	PR-170 — Km 20 — General Carneiro	21,50
General Carneiro	Diversos	8,00
General Carneiro	BR-153 — Campina do Tigre	2,10
Goioerê	Estrada V. Branca — Santa Luzia — Portos	24,30

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA NORMAL POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação
		EXTENSÃO km
Guaraci	Estrada Santa Rita	1,80
Guaraci	Estrada Água do Bage	,80
Guaraniaçú	Estrada Santa Luzia	15,37
Guaraqueçaba	Estrada Itaqui — Estrada P. Chata	1,50
Guaratuba	Diversos Trechos Municipais	26,30
Ibaiti	Diversos Trechos Municipais	34,50
Ibaiti	Estrada Água da Limeira	9,00
Icaraima	Estrada Vila Rica — Estrada Jundiá	21,00
Icaraima	Estrada Nove	6,50
Icaraima	Estrada Velha — Ivate — Estrada Paulista	16,50
Imbituva	BR-376 — Campina	6,00
Imbituva	Apiaba — Bela Vista	18,00
Inácio Martins	Inácio Martins — Dallago	9,00
Indianópolis	Estrada São Manoel	15,00
Indianópolis	Estrada São Tomé	3,00
Indianópolis	Estrada Santa Rita	2,80
Indianópolis	Estrada Botafogo	2,50
Indianópolis	Estrada Divisora	4,00
Indianópolis	Estrada Água Clara	5,00
Indianópolis	Estrada Prainha	1,40
Ipiranga	Pinhão — Colônia Scheifer	2,00
Ipiranga	Lustosa Mineiro — Divisa Ivaí	1,00
Ipiranga	Ipiranga — Santana	8,00
Iporá	Estrada Carvalho — Jangada — Clark	25,00
Irati	Mato Queimado	1,20
Irati	Gonçalves — Jr — Itapara — Monjolo	16,00
Irati	Estrada Col. G. Junior — V. Grande	4,20
Irati	Estrada Campina — Estrada Água Quente	3,30
Irati	Estrada Col. G. Junior — Estrada Itapara	6,80
Irati	Irati — Estrada Col. Gonçalves Junior	10,20
Irati	Estrada Poços — S. Lourenço — Rio Baio	11,10
Iretama	Estrada A. da Anta — Caribu — PR-462	39,70
Itapejara do Oeste	Diversos Trechos Municipais	4,60
Ivaí	Estrada São Roque — Rio dos Índios	8,00
Jaboti	Diversos	14,00
Jaguapitã	Estrada HT-404, HT-419, HT-424, HT-503	9,60
Jaguariaíva	Bairro São Luiz (Sede — Fim Bairro)	8,00
Jaguariaíva	Vila Pedrina	8,00
Japira	Rodovia Municipal — RM-001-403 e 612	10,00
Japura	Diversos Trechos Municipais	10,00
Jardim Alegre	PROT-466 — Fazenda Santana	3,00
Jardim Alegre	Água Sarandi — PROT-466	18,00
Jardim Alegre	PROT-466 — Água dos Patos	5,00
Jataizinho	Estrada IC 310 — Estrada IC 753	13,20
Jataizinho	Estrada IC 202	9,00
Jesuítas	Diversos	20,22
Joaquim Távora	Estrada N-105-PR-218-Div. Quatiguá	12,10
Jundiá do Sul	Estrada IE-103	4,50

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA NORMAL POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1989**

		continuação
MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Jundiá do Sul	Aterro da Ponte s/ Ribeirão Cantos	1,93
Jundiá do Sul	Estrada IE-407	3,50
Jundiá do Sul	Estrada IE-006	2,80
Jundiá do Sul	Estrada IE-002	3,00
Kaloré	Kaloré — Jussara	16,60
Lapa	Estrada Divisa Rio Negro	8,90
Laranjeiras do Sul	BR-277 — Piquiri — BR-277 — Vila Guarai	60,00
Leópolis	Estrada IJ 404 (Bairro Arapuã)	16,00
Lobato	Estrada Toberava	4,60
Lobato	Estrada Paramirin	5,20
Lobato	Estrada Sergipano	2,90
Lobato	Estrada Igrajá	6,40
Lobato	Estrada Usina	4,40
Lobato	Estrada Água do Trigo	59,60
Lobato	Estrada Volmarino	7,40
Lobato	Estrada Silague	6,00
Lobato	Estrada Pau Dio — Casa Popular	3,70
Lobato	Estrada Santa Terezinha	8,80
Lunardelli	Estrada do Barreiro	7,20
Lunardelli	Estrada dos Cordeiros	4,50
Lunardelli	Estrada do Álcool	4,20
Lunardelli	Estrada Ribeirão Guareta	2,80
Lunardelli	Estrada do 22	9,00
Lupionópolis	Estradas IM 001-IM 408	10,70
Lupionópolis	Estrada IM 201	2,50
Mandaguari	Diversos Trechos Municipais	56,00
Mandirituba	Estrada Rio Grande	2,00
Mangueirinha	Honório Serpa — Fazenda Chopim	15,20
Manoel Ribas	PR-466 — Estrada Salete — PR-466	29,00
Maria Helena	Maria Helena — Estrada Carboneira	9,00
Maria Helena	Maria Helena — Estrada Colorado	2,00
Maria Helena	Maria Helena — Estrada Alto Alegre	5,00
Maria Helena	Maria Helena — Estrada Três Placas	12,00
Marialva	Rodovia Municipal N. 503-603-608-605-602	14,50
Marilândia do Sul	Estrada Nova Moreira	20,00
Marilândia do Sul	Estrada Sutil	8,00
Marilândia do Sul	Estrada 700	6,00
Marilândia do Sul	Estrada Carqueja	13,00
Marilândia do Sul	Estrada Fazenda Panone	18,00
Marilena	PR-577 — Marilena	10,00
Marilena	Marilena — Porto São José	11,00
Marilena	Estrada 4 Marcos	8,00
Mariluz	Estrada Uberaba — Estrada Goioerê	18,00
Mariópolis	Diversos	15,70
Marmeleiro	Estrada V. Balestrim — Bom Jesus	15,70
Marmeleiro	Estrada São Mateus — Barra Bonita	5,60
Marmeleiro	Estrada Pocinho — Linha Félix	5,60
Marmeleiro	Estrada São Mateus — Santo Antonio	2,10

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA NORMAL POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1989**

		continuação
MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Matinhos	Estrada Matinhos — Estrada Cabaraquara	25,30
Medianeira	Estrada Linha Bananeira — Ouro Verde	9,98
Mirador	Perímetro Urbano	,30
Mirador	Estrada Mirador — 4 Marcos	18,00
Mirasselva	Estrada 301	2,50
Morretes	Estrada Rio do Poço-Pau-Oco	13,00
Morretes	Sede — América de Cima	8,00
Nova América da Colina	Estrada JQ 205-311-328-329	20,40
Nova Tebas	PR-460-Km 130 Nova Tebas	5,00
Nova Tebas	PR-460 Km 127 — Ent. Nova Tebas	1,40
Nova Tebas	Nova Tebas — Alvorada	15,20
Nova Tebas	Alvorada — Linha Mil Alqueires	8,00
Nova Tebas	PR-460 — Km 25	,70
Ortigueira	Estrada Banhadão — Lageado Bonito	10,20
Ouro Verde	Diversos	17,67
Paçandu	Estrada Santo Antonio — Estrada do Conde	25,00
Palmas	Entroncamento — Estrada Zugmann — Sincol	30,00
Palmas	Estrada Zugmann — Sincol	21,00
Palmital	Estrada Laranjal — Rio Branco	35,00
Palotina	Estrada Maripá — Aparecidinha	10,76
Paraíso do Norte	Estrada Ponto Paraíso	4,50
Paraíso do Norte	Barra Verde — PR-466	1,50
Paraíso do Norte	Estrada de Alto Paraíso	2,50
Paraíso do Norte	Rio Suruqua — PR-466	1,50
Paranavaí	Estrada 005 — Piracema — Entroncamento 001	26,60
Paranavaí	Avenida Horizonte — Entroncamento BR-376	3,00
Paranavaí	Sede — Entroncamento PRT-158	4,00
Paula Freitas	Sede Formiga — Rio Soldado	6,00
Paula Freitas	Diversos	24,00
Paulo Frontin	Estrada Gonçalves — Jr. — C. de Abreu	9,50
Peabiru	PR-317 — Córrego do Lambari	12,25
Pérola do Oeste	Estrada Gaúcha	10,40
Pérola do Oeste	PR-163 — Mundo Novo	8,50
Pérola do Oeste	Acessos	,80
Pérola do Oeste	Vila Progresso — PR-163	7,70
Pinhalão	Estrada KP 511	2,50
Pinhalão	Estrada KP 107	2,00
Pinhalão	Estrada KP 304	3,00
Pinhalão	Estrada KP 206	3,50
Pinhão	Estrada Pinhão — Lagoão — D. Pinheiros	18,70
Piraquara	Avenida Maringá	1,00
Porto Vitória	PR-446	24,00
Porto Vitória	Estrada da Serra — Linha São Miguel	3,00
Pranchita	Estrada Santa Lúcia — Vista Gaúcha	10,00
Pranchita	Estrada Vista Gaúcha — Canzianópolis	8,00
Pranchita	Estrada São João — São José	12,00
Pranchita	Estrada Boa Vista — Santa Lúcia	6,00
Pranchita	Estrada Vista Alegre — PRT-163	7,00

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA NORMAL POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação
		EXTENSÃO km
Primeiro de Maio	Estrada LL 107-108-203-302	15,90
Prudentópolis	Prudentópolis — Jaciaba	13,90
Quatro Barras	Ribeirão do Tigre — Estrada Graciosa	9,00
Quatro Barras	Estrada da Graciosa — Palmitalzinho	6,00
Querência do Norte	Estrada Sede Porto Basílio	1,00
Querência do Norte	Estrada Água do Patrão	2,00
Querência do Norte	Estrada Cerâmica (Icatu)	4,00
Quinta do Sol	Estrada Irapuã — R. Mourão — Ivailandi	10,00
Quitandinha	Mosquito — Doce Grande	3,00
Quitandinha	Doce Grande — Rio Várzea	8,00
Quitandinha	Doce Grande — Doce Fino	6,00
Quitandinha	Doce Fino — Pangaré	8,00
Realeza	Diversos	33,00
Rebouças	Rebouças — Bugio — Rib. Conceição	11,30
Renascença	Estrada Canela — Rio Forquia	4,80
Renascença	Estrada PRT-280 — Baulândia	6,00
Reserva	PR-239 — Barra Bonita	6,30
Reserva	Estrada Reserva — Estrada Val	9,80
Reserva	Estrada Reserva — Estrada P. Preto	4,00
Reserva	PR-239 — C. Belas — Serra do Machado	4,05
Ribeirão Claro	Estrada LZ. 414 — Repr. Cesp. — R. Rossi	2,90
Ribeirão Claro	Estrada 007 — Entroncamento PR-151 — P. Gil	2,20
Ribeirão do Pinhal	Diversos	26,40
Ribeirão do Pinhal	Estrada Água da Limeira	6,10
Rio Azul	Rio Azul — Lajeado	2,00
Rio Azul	Porto Soares — Vila Nova	6,80
Rio Azul	Rio Azul — Taquari	8,00
Rio Azul	Rio Azul — Faxinal dos Paula	2,00
Rio Azul	Marumbi Ribeiros — Areia Branca	6,00
Rio Bom	Estrada do Cruzeiro	10,00
Rio Bom	Estrada Cemitério	2,00
Rio Bom	Estrada 90 Alqueires	6,00
Rio Bom	Estrada Campeiro	8,00
Rio Branco do Sul	Sede — Sta. Cruz do Vuturunu	10,00
Rio Branco do Sul	Estrada do Canelão	8,23
Rio Branco do Sul	PR-092 — Estrada Assungui	30,00
Rio Branco do Sul	Estrada Santa Cruz — Estrada IFAM	8,00
Rio Branco do Sul	Estrada Santa Cruz do Vuturuva	24,00
Rio Branco do Sul	Estrada Açungui — São Pedro	14,00
Rio Negro	Estrada Laj. Vieiras — Laj. das Mortes	11,00
Roncador	Lig. PR-462 — Estrada B. Vista — Glebas	16,30
Rosário do Ivaí	Diversos Trechos Municipais	16,00
Salgado Filho	Salgado Filho — Linha Piedade	5,00
Salgado Filho	PR-182 — Estrada Pres. Vargas	4,50
Salgado Filho	Acessos	3,00
Salgado Filho	Linha Concórdia — L. Tiradentes	10,00
Salto do Itararé	Sede — Bairro Corredeira	5,00
Salto do Itararé	Bairro Machados — Bairro Palmital	5,00

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA NORMAL POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação
		EXTENSÃO km
Salto do Itararé	Estrada Marimbondo — Serra Capeses	7,00
Santa Amélia	Estrada MX 001-MX 302-MX 602	10,20
Santa Cecília do Pavão	Diversos Trechos Municipais	4,50
Santa Cruz do Monte Castelo	Sede — Ivaina — Santa Esmeralda	30,00
Santa Izabel do Oeste	Estrada Gaúcha — V. Alegre — S. J. Tadeu	33,70
Santa Mariana	Estrada NH 407 — Quinzópolis	9,90
Santa Mariana	Estrada Água do Arara	5,00
Santana do Itararé	Bairro Serrinha — Bairro Campinas	7,00
Santana do Itararé	Localidades da PR-151	6,00
Sto. Antonio do Sudoeste	Diversos	15,00
São Jerônimo da Serra	Estrada NO 500-NO 501-NO 004	8,40
São Jerônimo da Serra	Diversos Trechos Municipais	20,40
São João	Nova Lurdes — Linha Kalinki	12,70
São João do Ivaí	Diversos Trechos Municipais	30,50
São Jorge do Ivaí	Estrada Barroso e Itamaraty	11,00
São Jorge do Oeste	Diversos	2,90
São José da Boa Vista	PR-151-Estr. W. Braz — S. Itararé	7,00
São José da Boa Vista	Sede — Estrada Rio Itararé	12,00
São José dos Pinhais	Estrada Colônia Murici	5,00
São José dos Pinhais	Estrada Cotia	20,00
São José dos Pinhais	Estrada Cachoeira — C. Ponto Grosso — Papand.	14,00
São José dos Pinhais	Estrada Colônia Marcelino	14,50
São Mateus do Sul	Aliança Velha — BR-476	18,00
São Mateus do Sul	Divisa — Mato Grosso	12,00
São Pedro do Ivaí	Estrada dos Palmitos	6,00
São Pedro do Ivaí	Estrada Lafaiete	2,20
São Pedro do Ivaí	Estrada Jacira Boa	2,50
São Pedro do Ivaí	Estrada J. Menino	,50
São Pedro do Ivaí	Estrada Santa Lúcia	4,50
São Pedro do Ivaí	Estrada Jussira	10,00
São Pedro do Paraná	PR-557 — Porto Cristo Rei	3,00
São Pedro do Paraná	Estrada Porto S. José — Div. Marilena	2,60
São Sebastião da Amoreira	Bairro Cabiuna	17,90
São Tomé	Estrada Copacabana	1,90
São Tomé	Estrada Cachoeira	4,50
São Tomé	Estrada Aparecida	6,20
São Tomé	Estrada Farinheira	2,00
São Tomé	Estrada Boa Sorte	5,70
Sapopema	Estrada Rio Lambari — Rio Tibagi	52,00
Sertaneja	Estrada Tangará	3,70
Sertaneja	Estrada Esperança	2,70
Sertanópolis	Estrada OH 417 — OH 419	19,50
Sertanópolis	Estrada OH 514	6,50
Tapejara	Estrada Serrinha — Estrada Brasitália	50,00
Tapira	Estrada Igrejinha	3,50
Tapira	PR-576 — Estrada Linha Seca	7,50
Tapira	Estrada Graciosa — Estrada Água Fria	6,00
Tapira	Estrada Santa Felicidade	5,00

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA NORMAL POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação
		EXTENSÃO km
Teixeira Soares	BR-277 — Serra dos Canudos	2,80
Teixeira Soares	Estrada Colon. S. Lourenço — Assungui	8,20
Teixeira Soares	Estrada Assungui — Estrada Balão	8,20
Teixeira Soares	BR-277 — Assungui	9,80
Teixeira Soares	Estrada Avencal — Bituva — Campinas	6,90
Teixeira Soares	PR-438 — Estrada Fernando Pinheiro	3,10
Teixeira Soares	PR-438 — Estrada Tioto	3,80
Telêmaco Borba	Estrada Campina do Juca	15,00
Telêmaco Borba	Estrada Santa Fé	5,00
Telêmaco Borba	Estrada Areia Preta	10,00
Terra Rica	Estrada Rio Paranapanema — PR-180	2,00
Terra Rica	Estrada Júlio dos Santos	6,00
Terra Rica	Estrada da Barragem	3,10
Terra Rica	Trecho da PR-180	,50
Terra Roxa	Estrada Santa Rita — Planalto — Peroba	1,18
Terra Roxa	Estrada Vila Copacabana — Vila Adriana	8,56
Tibagi	Estrada Faxinal — Amparo	5,35
Tibagi	Estrada Faxinal — Capivari	4,00
Toledo	Estrada Luz Marina — Cerro Lola	19,67
Tomazina	Ruas C. A. Vieira — Tupinamba	,43
Tomazina	Diversos Trechos Municipais	13,90
Três Barras do Paraná	Diversos	14,54
Tuneiras do Oeste	Tuneiras do Oeste — T. Perobas — Goioerê	13,00
Tupássí	Tupássí — Jotaesse — Brasiliana	7,96
Turvo	Vila Rio Pedrinho — Rio Ivaí	24,00
Umuarama	Estrada São Tomé	15,00
União da Vitória	S. Antonio — Aparecida	21,50
União da Vitória	Estrada Serra Taquaral	1,50
União da Vitória	Estrada Linha Guabiroba	8,00
Uniflor	Estr. 001-301-501 — Matadouro-508	27,50
Uraí	Estrada PF 23, PF 29, PF 32	20,50
Verê	Estrada Alto Verê — Linha Belle	8,03
Verê	Estrada Verezinho — Verê	13,50
Verê	Estrada Linha Belle — Estrada do Cerne	7,00
Verê	Estrada União Barra — B. do Santana	18,50
Xambrê	Estrada Figueira	5,00
TOTAL		4.173,62

FONTE: DER/SETR

**RESTAURAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA
E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Ampére	PR-182 — Ampére-Realeza	6,80
Cafelândia	PR-574 — Cafelândia — BR-369	2,91
Campo do Tenente	PR-427 — Campo do Tenente	1,50
Congonhinhas	PR-435 — Rio do Peixe — Congonhinhas (RC)	13,00
Conselheiro Mairink	Acesso a BR-153 — Conselheiro Mairink (RC)	2,20
Curitiba	Avenida das Torres (RE)	9,10
Janiópolis	PR-469 — Janiópolis-Boa Esperança	1,10
Jesuítas	PR-239 — Jesuítas — Assis Chateaubriand (LA)	,22
Jesuítas	PR-317 — Jesuítas — Formosa do Oeste	5,00
Jesuítas	PR-317 — Jesuítas — Rio Piquiri	3,70
Ortigueira	BR-376 — Mauá — Ortigueira (RC)	,20
Palotina	PR-182 — Toledo — Palotina (LA)	,39
São João do Triunfo	PR-151 — São João do Triunfo — Palmeira (RC)	3,00
São José dos Pinhais	Avenida Rui Barbosa	5,20
São Mateus do Sul	PR-092 — Contorno de São Mateus do Sul (RC)	,90
Vera Cruz do Oeste	PR-585 — Santa Quitéria — Vera Cruz do Oeste (LA)	,16
TOTAL		55,38

FONTE: DER/SETR
(LA) — Lama asfáltica
(RC) — Recapeamento
(RE) — Restauração

**RESTAURAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS
ALIMENTADORAS, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Alto Piquiri	PR-486 — Rio Piquiri — Entr. PR-323 (LA)	44,00
Campo Largo	PR-423 — Entr. BR-277 — Araucária	26,10
Doutor Camargo	PR-323 — Água Boa — Rio Bertioga	29,38
Janiópolis	PR-468 — Boa Esperança — BR-369 (LA)	20,00
Mariluz	PR-180 — Entr. PR-468 — Goioerê	22,90
Palmas	PRT-280 — Palmas — Pato Branco Lote 1	40,23
Palmas	PRT-280 — Palmas — Pato Branco (Lote 2)	42,30
Ponta Grossa	PR-151 — Ponta Grossa — Palmeira	35,26
São João do Caiuá	PR-476 — São João do Caiuá — PR-464 (LA)	18,50
TOTAL		278,67

FONTE: DER/SETR
(LA) — Lama asfáltica

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR
OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO (m)
Adrianópolis	Vigas p/ o Rio Caracinha	7,50
Almirante Tamandaré	Placa sobre o Rio Passaúna	6,00
Antonio Olinto	Bueiro Celular no Ribeirão Vermelho	3,36
Arapongas	Viaduto sobre a PR-218	50,00
Barracão	Vigas para o Rio Pinhalito	12,00
Cambé	Ponte sobre o Rio Ribeirão Vermelho	40,00
Campo Largo	Ponte sobre o Passaúna	40,00
Campo Mourão	Ponte sobre o Rio Claro	45,00
Cantagalo	Ponte sobre o Rio do Cobre	110,00
Castro	Ponte sobre o Rio Iapó	90,00
Chopininho	Vigas p/ o Rio Chopininho	30,00
Cidada Gaúcha	Ponte sobre o Rio Itaoca	40,00
Corbélia	Ponte sobre o Rio dos Porcos	30,00
Corumbataí do Sul	Vigas p/ o Rio Anta	10,00
Formosa do Oeste	Vigas pré-moldadas — Ponte sobre o Rio Jesuítas	30,00
Ibaiti	Ponte sobre Água Clara	95,00
Ibiporã	Viaduto na Interseção I-03 na BR-369 (Contorno de Ibiporã)	35,00
Ivaiporã	Vigas pré-moldadas — Ponte sobre o Rio Corumbataí	28,00
Leópolis	Ponte sobre o Rio Congonhas	50,00
Mandaguari	Viaduto sobre a RFFSA (alargamento)	42,00
Mandaguari	Passagem Inferior Interseção I-05 (Ramo A)	35,01
Mandaguari	Viaduto sobre a RFFSA (alargamento)	52,10
Marechal Cândido Rondon	Ponte sobre o Rio Marrecos	35,00
Maria Helena	Ponte sobre o Rio Piava	30,00
Marialva	Viaduto sobre a RFFSA (alargamento)	78,00
Marialva	Viaduto ferroviário — BR-376	27,63
Matelândia	Vigas para o Rio Silva Jardim	27,00
Paçandú	Ponte sobre o Rio Bandeirantes	30,00
Ponta Grossa	Viaduto sobre a RFFSA	80,00
Ponta Grossa	Alargamento Viaduto s/RFFSA	28,00
Ribeirão Claro	Vigas pré-moldadas — Ponte sobre o Rio Timburi	10,00
Rolândia	Viaduto sobre a BR-369	37,00
Rondon	Bueiro celular no Rio Rato	2,30
Santa Izabel do Oeste	Vigas para o Rio Facão	12,00
São Miguel do Iguçu	Bueiro celular no Arroio do Pinto	6,45
Sarandi	Obra de arte especial — Interseção I-03 na BR-376	32,00
Terra Boa	Vigas pré-moldadas — Ponte sobre o Rio São Mateus	13,00
Tomazina	Ponte sobre o Rio das Cinzas	35,00
Vera Cruz do Oeste	Vigas pré-moldadas — Ponte sobre o Rio Água Madeira	11,00
TOTAL		1.375,35

FONTE: DER/SETR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS
ALIMENTADORAS, POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO
PARANÁ — 1989**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULOS	EXTENSÃO (m)
Francisco Alves/Palotina	Ponte sobre o Rio Piquiri	341,60
TOTAL		341,60

FONTE: DER/SETR

**DESAPROPRIAÇÕES
INDENIZAÇÕES AMIGÁVEIS E DOAÇÕES NO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	1989
Escrituras Indenizadas (n°)	438	270	95	427	114
Escrituras Doadas (n°)	1257	2192	944	1431	482
Área Total Indenizada (m ²)	5656179.96	9942082.51	5631843.48	4771793.61	1232369.10
Área Obtida por Doação (m ²)	14467561.11	25613992.68	16844687.95	11288736.53	4659168.31
Valor da Área Indenizada (NCz\$ 1,00)	2467.30	27271.50	32050.18	138152.32	1365837.29
Valor das Benfeitorias (NCz\$ 1,00)	2176.20	20583.30	22956.70	38954.21	110911.39
Total das Indenizações (NCz\$ 1,00)	4643.60	47854.80	55006.88	177106.53	1476748.68
Valor das Doações (NCz\$ 1,00)	14005.10	99283.40	139751.36	234640.48	1244079.28

FONTE: DER/SETR

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO PARANÁ — 1985-89

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	1989*
Movimento de Passageiros (10 ⁶)	114	129	144	137	137
Linhas em operação (n°)	763	760	781	817	912
Frota de Veículos (n°)	2.519	2.596	2.655	2.656	2.606
Empresas Concessionárias (n°)	54	54	53	53	51

FONTE: DER/SETR

(*) — Estimativa

ATIVIDADES DAS CENTRAIS DE FRETES NO PARANÁ — 1985-89

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	1989*
Motoristas atendidos (n°)	39.856	27.196	37.133	62.043	62.668
Comissionamentos (n°)	40.150	27.223	37.147	33.696	34.012
Tonelagem comissionada (1.000 t)	785	571	808	697	705
Pecurso total evitado (1.000 km)	5.979	5.711	6.681	6.063	6.120
Combustível economizado (1.000 l)	2.392	1.632	2.227	2.021	2.040

FONTE: DSTC/DER

(*) — Estimativa

**MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ
E ANTONINA, SEGUNDO OS ANOS — 1985-89**

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS					
(1.000 t)					
Porto de Paranaguá					
ANOS	Carga Geral	Granéis Sólidos	Granéis Líquidos	Porto de Antonina	TOTAL
1985	1.027	8.116	3.671	210	13.024
1986	1.000	7.734	3.170	166	12.070
1987	962	9.095	3.303	196	13.556
1988	1.246	8.323	3.173	62	12.804
1989	1.546	10.022	2.992	67	14.627

FONTE: APPA-SETR

OBS.: A movimentação do Porto de Antonina a partir de 1986, é constituída de Granéis Sólidos.

**MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM TONELADAS, PELO PORTO DE
ANTONINA — 1985-89**

MERCADORIAS	1985	1986	1987	1988	1989
LONGO CURSO					
Fertilizantes (imp.)	—	1.338	6.783	2.916	12.785
CABOTAGEM					
Minérios (imp.)	—	28.359	14.880	—	44.535
Carvão (imp.)	208.489	136.671	174.499	53.184	5.997
Diversos (exp.)	1.570	—	—	—	—
Fertilizantes (imp.)	—	—	—	6.194	3.517
TOTAL	210.059	166.368	196.162	62.294	66.834

FONTE: APPA/SETR

RECEITA CAMBIAL — 1985-89
(US\$ 1.000)

MERCADORIAS	1985	1986	1987	1988	1989
CARGA GERAL	887.302	665.768	573.097	1.006.744	1.142.945
Algodão	25.592	13.824	69.455	5.719	73.326
Café em grão	347.732	236.102	91.469	258.361	242.060
Café solúvel	1.310	168	—	1.410	1.613
Congelados	151.334	132.132	123.147	195.522	168.797
Madeira	73.367	71.463	86.711	161.836	117.646
Outras	287.967	212.079	202.315	383.896	539.503
GRANÉIS SÓLIDOS	1.053.650	880.031	1.118.243	1.469.956	1.483.991
Farelos	602.388	747.014	867.213	1.243.211	1.079.851
Milho em grão	6.711	—	150	—	—
Soja em grão	442.506	131.221	250.282	226.158	403.724
Trigo mourisco	2.045	1.796	598	587	416
GRANÉIS LÍQUIDOS	544.233	278.406	307.324	290.319	284.766
Derivados de petróleo	258.649	243.171	216.097	214.851	106.252
Óleos Vegetais	285.584	35.235	91.227	75.468	178.514
TOTAL	2.485.185	1.824.205	1.998.664	2.767.019	2.911.702

FONTE: APPA/SETR

VALOR DAS MERCADORIAS POR TONELADA — 1985-89
(US\$)

MERCADORIAS	1985	1986	1987	1988	1989
Café	2.837	5.932	1.753	2.273	1.567
Café solúvel	5.157	—	—	3.398	1.653
Milho	106	—	150	—	—
Soja	224	176	194	262	254
Farelos	130	176	173	238	186
Algodão	726	486	966	715	837
Madeira	494	455	490	757	432
Óleos vegetais	634	255	197	298	417
Congelados	913	1.023	902	1.118	1.165
Trigo mourisco	202	138	80	115	152
Derivados de petróleo	210	265	250	250	250
Outras	732	586	532	604	793

FONTE: APPA/SETR

OBS.: Exceto soja paraguaia.

EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELO PORTO DE PARANAGUÁ, SEGUNDO
O TIPO DE CARGA — 1985-89

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO (t)				
	1985	1986	1987	1988	1989
CARGA GERAL	865.710	716.413	818.114	1.145.014	1.333.605
Café em grão	122.561	39.804	52.174	113.642	154.452
Madeira	148.491	156.922	176.969	213.915	272.192
Algodão	35.269	28.455	71.883	8.003	87.563
Café Solúvel	254	—	—	415	976
Congelados	165.720	129.147	136.582	174.961	144.876
Têxteis	7.653	4.468	3.442	2.975	4.158
Cerâmicas	34.478	43.820	31.354	36.887	45.674
Papel	115.181	172.988	157.848	327.974	342.233
Diversas	236.103	140.809	187.862	266.242	281.481
GRANÉIS SÓLIDOS	7.079.064	5.390.521	6.918.723	6.651.517	8.240.518
Milho em grão	63.604	—	1.000	—	—
Soja em grão	2.372.140	1.131.839	1.888.728	1.414.067	2.418.648
Farelos	4.633.214	4.245.702	5.021.506	5.230.494	5.812.203
Trigo Mourisco	10.106	12.980	7.489	5.111	2.731
Feijão	—	—	—	1.845	1.503
Minérios	—	—	—	—	5.433
GRANÉIS LÍQUIDOS	1.684.469	1.055.483	1.327.742	1.112.736	853.456
Óleos Vegetais	450.338	137.914	463.346	253.327	428.443
Derivados de Petróleo	1.234.131	917.569	864.396	859.409	425.013
TOTAL	9.629.243	7.162.417	9.064.579	8.909.267	10.427.579

FONTE: APPA/SETR

(*) — A soja exportada engloba a movimentação do Paraguai:

1985 — 395.890 t

1986 — 384.123 t

1987 — 600.537 t

1988 — 550.647 t

1989 — 827.675 t

**IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E
ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1985-89**

TIPO DE CARGA	IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO (t)				
	1985	1986	1987	1988	1989
CARGA GERAL	150.725	275.738	132.108	87.138	193.459
Carga Containerizada	11.250	11.616	22.845	26.918	54.949
Diversas	139.475	264.122	109.263	60.220	138.510
GRANÉIS SÓLIDOS	250.241	942.802	731.274	432.414	612.056
Cevada	—	—	10.242	48.703	63.488
Fertilizantes	151.689	210.876	339.997	374.080	453.468
Milho em grão	52.496	399.043	169.192	—	18.344
Minérios	14.559	42.208	22.411	2.421	7.178
Soja em Grão	31.497	127.627	135.530	7.210	—
Arroz	—	163.048	—	—	—
Sal	—	—	53.902	—	69.578
GRANÉIS LÍQUIDOS	36.991	87.764	93.797	74.850	99.664
Derivados de petróleo	36.991	423	8.647	3.441	70.347
Produtos químicos	—	65.491	85.150	64.429	20.660
Óleos vegetais	—	21.850	—	6.980	—
Diversas	—	—	—	—	8.657
TOTAL	437.957	1.306.304	957.179	594.402	905.179

FONTE: APPA/SETR

**EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ
E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1985-89**

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM (t)				
	1985	1986	1987	1988	1989
CARGA GERAL	5.069	4.143	4.143	6.685	9.787
Café em grão	—	597	—	—	—
Diversas	5.069	3.546	4.143	6.685	9.787
GRANÉIS SÓLIDOS	535.274	1.246.276	1.234.919	1.004.243	1.035.777
Milho	126.764	49.189	310.380	113.752	70.914
Farelos	78.015	77.207	50.895	15.148	1.200
Minérios	15.088	20.580	—	15.046	107.254
Trigo em Grão	315.407	1.099.300	873.644	860.297	856.409
GRANÉIS LÍQUIDOS	1.799.624	1.994.377	1.711.007	1.949.856	1.954.429
Óleos vegetais	18.915	42.275	22.100	24.000	19.000
Deriv. do petróleo	1.477.349	1.654.870	1.439.726	1.717.708	1.755.746
G.L.P.	31.532	29.070	8.772	—	17.802
Combust. p/ navios	190.860	182.005	155.393	134.050	71.875
Água p/ navios	80.968	86.157	85.016	74.098	90.006
TOTAL	2.339.967	3.244.796	2.950.069	2.960.784	2.999.993

FONTE: APPA/SETR

**IMPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ
E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1985-89**

TIPO DE CARGA	IMPORTAÇÕES POR CABOTAGEM (t)				
	1985	1986	1987	1988	1989
CARGA GERAL	7.018	3.654	7.233	7.124	9.772
Diversas	7.018	3.654	7.233	7.124	9.772
GRANÉIS SÓLIDOS	459.989	320.878	406.205	297.049	200.237
Carvão	208.489	136.671	174.499	53.184	5.997
Fertilizantes	41.565	28.261	37.339	29.853	19.407
Milho	2.088	—	—	—	—
Minérios	—	28.359	45.700	57.027	59.295
Sal	207.847	127.587	148.667	156.985	115.538
GRANÉIS LÍQUIDOS	149.734	32.161	170.640	35.901	84.493
Deriv. de petróleo	141.118	26.048	168.398	31.924	54.221
G. L. P.	8.616	6.113	2.242	—	11.606
Prod. químicos	—	—	—	3.977	18.666
TOTAL	616.741	356.693	584.078	340.074	294.502

FONTE: APPA-SETR

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PROGRAMA DE MELHORAMENTOS — 1989**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR CONTRATUAL (BTN)	SITUAÇÃO
Manutenção preventiva e corretiva de guindastes (1ª fase)	1.671.542,20	concluída
Manutenção preventiva e corretiva de guindastes (2ª fase)	1.165.491,86	em andamento
Manutenção preventiva e corretiva do corredor de exportação	2.341.271,13	concluída
Reforma da rede de ilum. parque de triagem (2ª fase)	26.993,68	concluído
Reforma de 04 locomotivas	641.378,70	concluído
Reforma do guindaste Lorain	192.228,40	concluída
Reequipamento do Porto	4.681.110,00	em andamento
Complementação da Adutora do Porto	50.131,11	concluída
Pavimentação da Avenida Portuária	603.482,96	em andamento
Pavimentação das Vias Operacionais	776.862,81	em andamento
Reformas e manutenções diversas	319.109,15	em andamento

FONTE: APPA/SETR

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PLANO DE EXPANSÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ — 1989
PORTOBRÁS/BNDES/GOVERNO DO ESTADO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR CONTRATUAL 1.000 US\$	SITUAÇÃO
TERMINAL DE CONTAINERS		
— Dragagem e aterro hidráulico	14.379,81	em andamento
— Cais 160m mais dique	9.883,74	em andamento
— Pátio 210.000 m ²	47.174,09	em andamento
CORREDOR DE EXPORTAÇÃO		
— 02 Silos horizontais (*)	21.295,00	em andamento
PROJETOS E FISCALIZAÇÃO		
	4.183,22	em andamento

FONTE: APPA/SETR

(*) — Investimento da iniciativa privada.

ENERGIA

REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO DO SISTEMA COPEL — 1985-89

ANOS	REDES DE DISTRIBUIÇÃO		LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO (km)		TOTAL
	Número de Postes Instalados em redes	Número de Transformadores	Distribuição	Transmissão	
1985	597.103	130.881	66.761,0	4.952	71.713,4
1986	612.612	156.871	82.454,0	5.048	87.501,8
1987	632.379	185.528	96.734,0	5.193	101.926,5
1988	650.119	207.835	107.268,0	5.454	112.721,9
1989	665.103	219.469	111.654,0	5.615	117.269,0

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) Inclui transformadores de linhas rurais e também equipamentos de propriedades de terceiros atendidos pelo sistema da COPEL.

CONSUMO GLOBAL DE ENERGIA PRIMÁRIA NO PARANÁ

FONTES	1985		1986		1987		1988		1.000 tEP
		%		%		%		%	
Petróleo	3.233	37,8	3.552	38,9	3.761	38,8	3.842	38,5	
Energia Hidráulica	2.453	28,7	2.488	27,2	2.766	28,5	2.964	29,7	
Lenha	1.598	18,7	1.672	18,3	1.714	17,7	1.724	17,3	
Produtos da Cana	923	10,8	1.053	11,5	1.056	10,9	1.004	10,0	
Carvão Mineral	285	3,3	309	3,4	328	3,4	378	3,8	
Xisto	46	0,5	48	0,6	46	0,5	49	0,5	
Outras	18	0,2	20	0,2	17	0,2	24	0,2	
TOTAL	8.556	100,0	9.142	100,0	9.688	100,0	9.985	100,0	
Cr. Crescimento ano anterior		9,3	—	6,8	—	6,0	—	—	3,1

FONTE: Balanço energético do Paraná — 1980/1988

**DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO O BALANÇO
DE ENERGIA ELÉTRICA, PELO SISTEMA COPEL — 1985-89**

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Geração Própria	5.042	4.878	7.254	6.244	7.383
Interc. Líquido	3.125	3.398	1.913	3.582	2.795
Energia Requerida	8.167	8.276	9.167	9.826	10.178
Distribuição Direta	7.485	7.626	8.226	8.872	9.204
Concessionárias	166	178	201	215	226
Ande	—	—	—	—	—
Perdas e Diferenças	516	472	740	739	748

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

2) Intercâmbio Líquido = Energia Recebida-Energia Suprida

**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO
AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1985-89**

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Residencial	1.608	1.685	1.909	2.065	2.234
Industrial	3.500	3.547	3.627	3.927	4.006
Comercial	1.059	1.016	1.113	1.170	1.226
Rural	448	522	614	657	656
Poderes Públicos	182	186	205	219	223
Iluminação Pública	413	392	457	507	525
Serviços Públicos	243	251	272	295	303
Próprio	32	27	29	32	31
TOTAL	7.485	7.626	8.226	8.872	9.204

SPE/DPRM/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

**CONSUMO INDUSTRIAL DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO OS RAMOS
DE ATIVIDADE — 1985-89**

RAMOS DE ATIVIDADE	CONSUMO INDUSTRIAL (GWh)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Indústrias Extrativas de Produtos Minerais	41,0	32,8	29,5	26,8	48,1
Indústrias de Transforma- ção	3.374,7	3.414,1	3.477,9	3.790,7	3.865,2
Minerais Não-Metálicos	323,7	365,8	400,5	420,6	445,1
Metalurgia	219,1	212,4	242,7	254,2	267,4
Mecânica	87,0	94,7	80,8	88,5	107,5
Materiais Elétricos e de Co- municação	49,4	38,9	42,6	47,0	48,7
Construção e Montagem de Transporte	28,2	49,9	55,4	68,8	75,3
Madeira	159,9	170,8	188,7	180,4	175,1
Mobiliário	36,1	39,6	39,3	40,4	39,4
Papel e Papelão	653,6	719,5	796,8	886,3	870,2
Couro, Peles e Produtos Derivados	11,9	12,4	13,8	17,6	21,7
Química	621,3	528,9	483,2	560,2	543,4
Têxtil	95,6	104,5	135,0	147,4	170,0
Vestuários, Calçados e Ar- tefatos de Tecidos	6,4	8,2	10,7	10,6	11,6
Produtos Alimentares	863,6	846,2	757,5	819,1	819,6
Bebidas	65,1	63,6	57,8	62,5	66,8
Editorial e Gráfica	7,6	8,5	9,4	10,3	12,8
Diversas	53,5	43,0	46,7	53,5	52,6
Borracha	9,4	11,5	13,3	14,4	15,7
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	2,5	2,1	2,0	2,1	2,6
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	2,3	1,3	1,3	1,2	1,3
Matérias Plásticas	69,6	82,7	88,9	93,5	107,1
Fumo	8,9	9,6	11,5	12,1	11,3
Indústrias de Construção Civil	84,9	100,1	119,6	109,8	92,3
TOTAL	3.500,6	3.547,0	3.627,0	3.927,3	4.005,6

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

**NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL,
SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1985-89**

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1985	1986	1987	1988	1989
Residencial	1.123.738	1.187.467	1.243.060	1.309.706	1.387.521
Industrial	18.006	21.851	22.988	24.148	26.224
Comercial	134.274	142.987	149.345	154.916	163.056
Rural	148.226	178.717	204.996	223.502	229.992
Poderes Públicos	13.635	15.787	17.380	18.924	19.487
Iluminação Pública	976	1.005	1.015	1.025	1.017
Serviços Públicos	1.346	1.490	1.598	1.743	1.826
Próprio	1.078	1.131	1.171	1.240	1.275
TOTAL	1.441.279	1.550.435	1.641.553	1.735.204	1.830.398

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, NO PARANÁ — 1985-89

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Disponibilidade de Energia					
Elétrica	19.505	27.361	39.644	37.980	46.803
Geração Bruta no Estado	19.240	27.267	39.561	37.859	46.724
COPEL	5.042	4.878	7.254	6.244	7.383
ELETROSUL	8.259	8.753	10.930	8.850	11.571
ITAIPU	3.164	10.926	17.903	19.254	23.615
CESP	2.084	1.901	2.691	2.687	3.285
Força e Luz Cel. Vivida	2	3	3	3	3
Autoprodutores	689	806	780	821	867
Recebimentos	265	94	83	121	79
Requisitos de Energia					
Elétrica no Estado	8.885	9.073	9.973	10.680	11.084
Distribuição Direta	8.349	8.577	9.190	9.912	10.310
Concessionárias	7.692	7.846	8.465	9.123	9.471
Autoprodutores	657	731	725	789	839
Perdas e Diferenças Internas	536	496	783	768	774
Fornecimento para outros Estados e Exterior	10.620	18.288	29.671	27.300	35.719

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) Foi considerada como geração bruta no Estado a metade da energia elétrica gerada em rios limítrofes — Paraná e Paranapanema, explorados respectivamente, pela Itaipu Binacional e pela Companhia Energética de São Paulo — CESP.

2) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 KWh (quilowatt-hora).

**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, NAS ÁREAS URBANA E RURAL,
SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1985-89**

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Residencial	1.665	1.742	1.970	2.131	2.305
Industrial	4.224	4.345	4.426	4.812	4.943
Comercial	1.083	1.041	1.140	1.199	1.256
Poderes Públicos	185	190	210	224	228
Iluminação Pública	426	404	472	523	542
Serviços Públicos	250	259	281	304	312
Próprio	61	67	67	53	53
Subtotal-Urbano	7.894	8.048	8.566	9.246	9.640
Rural	455	529	624	666	670
TOTAL	8.349	8.577	9.190	9.912	10.310

SPE/DRMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

2) Inclusive autoprodutores.

**NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO AS
CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1985-89**

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1985	1986	1987	1988	1989
Residencial	1.160.358	1.226.376	1.283.301	1.352.531	1.432.780
Industrial	18.538	22.414	23.592	24.765	26.844
Comercial	137.975	147.003	153.382	159.021	167.241
Rural	149.948	180.612	207.010	225.616	232.101
Poderes Públicos	14.046	16.204	17.829	19.394	19.962
Iluminação Pública	990	1.019	1.029	1.040	1.029
Serviços Públicos	1.371	1.515	1.627	1.775	1.862
Próprio	1.101	1.154	1.198	1.266	1.302
TOTAL	1.484.327	1.596.297	1.688.968	1.785.408	1.883.121

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

1) Inclusive autoprodutores.

EDUCAÇÃO

MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 2: GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	1984	6.396	133.132	61	38.248	177.837	—	245	58	389	692	6.396	133.377	119	38.637
1985	7.010	135.357	58	38.743	181.168	—	318	—	466	784	7.010	135.675	58	39.209	181.952
1986	6.179	140.701	92	40.588	187.560	—	216	40	465	721	6.179	140.917	132	41.053	188.281
1987	6.060	134.727	149	44.945	185.881	—	215	39	618	872	6.060	134.942	188	45.563	186.753
1988	6.071	150.230	147	43.480	199.928	—	415	50	585	1.050	6.071	150.645	197	44.065	200.978

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2: GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	1984	2	364	1	179	546	—	2	1	3	6	2	366	2	182
1985	2	381	1	181	565	—	3	1	4	8	2	384	2	185	573
1986	3	389	1	178	571	—	2	1	5	8	3	391	2	183	579
1987	3	399	1	176	579	—	2	1	7	10	3	401	2	183	589
1988	3	410	1	169	583	—	3	1	6	10	3	413	2	175	593

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

MATRÍCULA INICIAL DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL						
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal				
1984	30.988	27.095	16.002	9.533	740	1.532	355	12.160	40.521	27.835	17.534	49.199	135.089
1985	23.471	30.853	20.775	6.397	1.211	2.246	277	10.131	29.868	32.064	23.021	55.371	140.324
1986	1.824	34.314	42.649	585	1.355	8.666	359	10.965	2.409	35.669	51.315	62.858	152.251
1987	832	36.185	45.026	303	1.569	9.355	421	11.648	1.135	37.754	54.381	68.409	161.679
1988	1.069	39.889	48.946	285	1.814	9.202	414	11.715	1.354	41.703	58.148	64.305	165.510

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL						
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal				
1984	781	549	251	399	29	68	10	506	1.180	578	319	548	2.625
1985	654	620	354	298	47	97	11	453	952	667	451	612	2.682
1986	40	666	935	25	59	395	13	492	65	725	1.330	648	2.768
1987	18	714	953	13	63	437	14	527	31	777	1.390	689	2.887
1988	21	754	992	13	72	426	15	526	34	826	1.418	687	2.965

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL							
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	
	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total
1984	568	838.309	205.687	136.995	1.181.559	539	62.991	309.121	7.208	379.859	1.107	901.300	514.808	144.203	1.561.418					
1985	532	846.948	207.032	141.704	1.196.216	564	62.413	294.430	6.647	364.054	1.096	909.361	501.462	148.351	1.560.270					
1986	347	871.646	215.505	144.317	1.231.815	650	66.313	289.823	6.181	362.967	997	937.959	505.328	150.498	1.594.782					
1987	207	862.996	225.771	151.052	1.240.026	603	64.616	271.359	5.038	341.616	810	927.612	497.130	156.090	1.581.642					
1988	109	908.455	242.531	149.562	1.300.657	670	67.415	258.054	4.094	330.233	779	975.870	500.585	153.656	1.630.890					

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL							
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	
	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total
1984	1	1.579	739	353	2.672	11	1.196	8.286	85	9.578	12	2.775	9.025	438	12.250					
1985	1	1.604	783	363	2.751	11	1.174	8.163	86	9.434	12	2.778	8.946	449	12.185					
1986	1	1.623	788	375	2.787	13	1.190	8.166	82	9.451	14	2.813	8.954	457	12.238					
1987	1	1.647	822	379	2.849	14	1.169	8.116	79	9.378	15	2.816	8.938	458	12.227					
1988	1	1.660	860	395	2.916	14	1.166	8.042	49	9.271	15	2.826	8.902	444	12.187					

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR.

TAXA DE REPETÊNCIA DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - PARANÁ - 1984-88

ANO	ZONA URBANA					ZONA RURAL					TOTAL				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1984	5,46	20,50	20,45	8,56	19,10	31,91	19,72	24,16	18,30	23,33	18,34	20,45	22,66	9,05	20,12
1985	11,09	19,48	19,20	8,13	18,08	20,21	18,62	22,07	18,44	21,41	15,78	19,42	20,88	8,39	18,86
1986	16,43	18,52	17,66	7,83	17,12	32,15	16,26	20,68	16,70	19,83	29,68	18,36	19,39	8,19	17,73
1987	9,66	18,97	18,34	7,84	17,50	33,83	16,06	20,44	15,96	19,57	27,65	18,77	19,49	8,10	17,95
1988	8,26	19,62	18,22	7,51	17,96	30,75	16,77	20,40	16,32	19,63	27,60	19,42	19,35	7,75	18,30

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

TAXA DE REPROVAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - PARANÁ - 1984-88

ANO	ZONA URBANA					ZONA RURAL					TOTAL				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1984	15,13	22,02	22,05	11,89	20,71	30,19	20,93	25,42	18,96	24,59	21,44	21,95	24,03	12,20	21,65
1985	16,51	20,21	20,19	11,02	18,99	40,88	17,57	22,94	19,82	22,03	27,65	20,03	21,77	11,37	19,69
1986	8,92	21,24	21,23	10,86	19,84	42,44	17,73	22,69	18,45	21,80	29,11	21,00	22,05	11,14	20,29
1987	11,98	21,60	20,59	10,43	19,88	32,79	17,85	22,24	18,86	21,40	26,37	21,35	21,46	10,67	20,21
1988	—	18,86	19,00	9,89	17,14	35,70	16,29	21,00	16,00	19,84	28,00	18,68	19,93	10,05	18,18

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

TAXA DE REPROVAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL								
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal						
	Particular	Particular	Total	Particular	Particular	Total	Particular	Particular	Total						
1984	0,78	17,57	23,53	8,88	14,58	14,58	5,74	5,66	4,85	5,24	0,78	17,54	14,42	8,84	14,54
1985	16,60	13,73	2,17	8,30	12,32	12,32	4,71	—	11,31	8,73	16,60	13,70	2,17	8,34	12,30
1986	7,29	13,73	3,26	9,75	12,66	12,66	5,14	8,00	6,54	6,20	7,29	13,72	4,27	9,72	12,63
1987	8,63	14,35	30,47	10,28	13,23	13,23	4,23	—	5,37	4,81	8,63	14,33	24,07	10,22	13,18
1988	9,36	12,20	20,31	9,96	11,93	11,93	7,82	4,44	8,30	7,92	11,52	16,11	16,18	9,94	11,61

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A partir de 1985 os dados dos cursos não serião não constam deste quadro.

TAXA DE REPETÊNCIA DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL								
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal						
	Particular	Particular	Total	Particular	Particular	Total	Particular	Particular	Total						
1984	0,52	11,49	8,20	4,00	9,49	9,49	2,04	6,90	1,80	2,31	0,52	11,48	7,56	3,98	9,46
1985	0,41	12,11	5,17	4,07	9,94	9,94	7,86	—	1,07	3,83	0,41	12,10	—	4,03	9,91
1986	1,13	10,67	—	3,96	8,89	8,89	4,63	—	5,16	4,72	1,13	10,66	—	3,97	8,88
1987	0,40	10,19	0,67	4,95	8,60	8,60	5,58	—	2,27	2,98	0,40	10,18	0,53	4,91	8,57
1988	0,41	11,25	7,48	4,28	9,40	9,40	2,41	4,00	1,71	2,10	0,41	11,23	6,60	4,25	9,37

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

**MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO SUPLETIVO DE 2º GRAU – FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE POR ZONA
E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – PARANÁ – 1983-87**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal		Total
													Municipal	Particular	
1983	—	—	127	21.075	21.202	—	—	—	—	—	—	—	127	21.075	21.202
1984	—	—	238	21.035	21.273	—	—	—	—	—	—	—	238	21.035	21.273
1985	—	—	137	19.929	20.066	—	—	—	—	—	—	—	137	19.929	20.066
1986	—	—	320	21.716	22.157	—	—	—	—	—	—	320	21.716	22.157	
1987	—	—	320	21.764	22.205	—	—	—	—	—	—	320	21.764	22.205	

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPLETIVO DE 2º GRAU – FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE
POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — 1983-87**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal		Total
													Municipal	Particular	
1983	—	—	1	100	101	—	—	—	—	—	—	—	1	100	101
1984	—	—	2	100	102	—	—	—	—	—	—	—	2	100	102
1985	—	—	1	90	91	—	—	—	—	—	—	—	1	90	91
1986	—	—	6	104	111	—	—	—	—	—	—	6	104	111	
1987	—	—	6	106	113	—	—	—	—	—	—	6	106	113	

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

**MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO SUPLETIVO DE 1º GRAU — FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE POR ZONA
E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1983-87**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL					
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	Federal		Federal		Federal		Federal		Federal		Federal							
1983	—	25.076	605	27.396	53.077	—	212	33	38	283	—	25.288	638	27.434	53.360			
1984	—	27.201	754	26.062	54.017	—	116	19	36	171	—	27.317	773	26.098	54.188			
1985	—	25.935	762	23.052	49.749	—	117	—	39	156	—	26.052	762	23.091	49.905			
1986	—	30.067	1.157	21.658	52.882	—	121	—	—	121	—	30.188	1.157	21.658	53.003			
1987	—	30.990	1.371	20.945	53.306	—	112	—	—	112	—	31.102	1.371	20.945	53.418			

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPLETIVO DE 1º GRAU — FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE
POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1983-87**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL					
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	Federal		Federal		Federal		Federal		Federal		Federal							
1983	—	149	5	114	268	—	2	1	1	4	—	151	6	115	272			
1984	—	132	3	115	250	—	2	1	1	4	—	134	4	116	254			
1985	—	127	4	100	231	—	2	—	1	3	—	129	4	101	234			
1986	—	148	4	103	255	—	1	—	—	1	—	149	4	103	256			
1987	—	147	4	102	253	—	1	—	—	1	—	148	4	102	254			

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

MATRÍCULA INICIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – CLASSE ESPECIAL POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – PARANÁ – 1984-88

ANO	ZONA URBANA				ZONA RURAL				TOTAL					
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1984	—	1.745	424	173	2.342	—	—	—	—	—	1.745	424	173	2.342
1985	—	1.962	398	180	2.540	—	—	14	—	14	—	—	—	2.554
1986	—	2.580	400	316	3.296	—	8	12	—	20	—	—	—	3.316
1987	—	3.557	467	273	4.297	—	8	9	—	17	—	—	—	4.314
1988	—	4.055	458	344	4.857	—	27	22	—	49	—	—	—	4.906

FONTES: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – CLASSE ESPECIAL POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – PARANÁ – 1984-88

ANO	ZONA URBANA				ZONA RURAL				TOTAL						
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1984	—	121	26	6	153	—	—	—	—	—	—	—	—	36	153
1985	—	146	34	7	187	—	—	1	—	1	—	—	—	35	188
1986	—	152	40	9	201	—	2	2	—	4	—	—	—	42	205
1987	—	367	50	14	431	—	2	2	—	4	—	—	—	52	433
1988	—	406	58	11	475	—	6	3	—	9	—	—	—	61	484

FONTES: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

MATRÍCULA INICIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL — INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL			
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	
	Total	Particular	Total	Particular	Total	Particular	Total	Particular	Total	
1984	—	165	251	6.078	—	—	—	165	251	6.078
1985	—	322	258	6.654	—	—	—	322	258	6.654
1986	—	325	526	7.372	—	—	—	325	526	7.372
1987	—	427	544	7.454	—	160	160	427	544	7.614
1988	—	377	490	8.686	—	264	264	377	490	8.950

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL — INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL			
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	
	Total	Particular	Total	Particular	Total	Particular	Total	Particular	Total	
1984	—	2	5	103	—	—	—	2	5	103
1985	—	3	6	106	—	—	—	3	6	106
1986	—	3	12	112	—	—	—	3	12	112
1987	—	4	13	124	—	1	1	4	13	125
1988	—	4	9	132	—	2	2	4	9	134

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

**MOVIMENTO ESCOLAR DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA, ALUNOS APROVADOS E REPROVADOS, TRANSFERÊNCIAS
EXPEDIDAS, ABANDONO E MATRÍCULA TOTAL – PARANÁ – 1984-88**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total
1984	776.116	202.685	125.356	162.395	1.266.552	235.613	76.822	52.237	53.240	417.912	1.011.729	279.507	177.593	215.635	1.684.464
1985	809.901	189.811	118.044	154.876	1.272.632	236.381	66.769	45.064	48.102	396.316	1.046.282	256.580	163.108	202.978	1.668.948
1986	819.552	202.900	129.425	164.586	1.316.463	232.965	64.948	49.183	46.889	393.985	1.052.317	267.848	178.608	211.475	1.710.448
1987	840.296	208.532	127.566	155.137	1.331.531	224.918	61.255	44.808	45.420	376.401	1.065.214	269.787	172.374	200.557	1.707.932
1988	902.488	194.896	148.348	163.143	1.408.875	220.827	54.654	45.250	43.559	364.290	1.123.315	249.550	193.598	206.702	1.773.165

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 2º GRAU, POR SÉRIE – PARANÁ – 1984-88

ANO	SÉRIES				NÃO SERIADO	TOTAL	CONCLUÍTES
	1:	2:	3:	4:			
1984	87.109	52.756	36.554	2.110	—	178.529	32.877
1985	86.405	50.774	37.003	1.000	6.770	181.952	32.910
1986	88.906	54.846	37.877	885	5.767	188.281	32.562
1987	86.314	54.469	39.195	1.091	5.684	186.753	33.484
1988	96.981	57.173	39.813	1.127	5.884	200.978	34.657

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: A partir de 1985 os dados dos cursos não seriado estão incluídos na coluna NÃO SERIADO.

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU POR SÉRIE — REDE ESTADUAL — PARANÁ — 1984-88

ANO	SÉRIES								TOTAL	CONCLUINTE
	1:	2:	3:	4:	5:	6:	7:	8:		
1984	163.959	120.056	105.306	88.807	168.632	112.966	81.782	59.792	901.300	43.145
1985	157.956	122.973	108.431	90.046	169.164	115.791	82.502	62.498	909.361	46.090
1986	157.508	123.847	111.769	94.627	179.639	120.973	85.705	63.891	937.959	46.615
1987	151.175	120.484	110.084	94.879	180.152	121.601	86.014	63.223	927.612	46.868
1988	154.185	122.998	112.271	97.809	197.747	130.119	92.783	67.958	975.870	51.060

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU POR SÉRIE — PARANÁ — 1984-88

ANO	SÉRIES								TOTAL	CONCLUINTE
	1:	2:	3:	4:	5:	6:	7:	8:		
1984	388.197	268.851	225.483	183.395	195.371	132.692	96.573	70.856	1.561.418	52.775
1985	369.207	271.971	230.985	184.741	195.595	135.548	97.796	74.427	1.560.270	56.599
1986	365.616	272.671	238.038	195.235	205.349	140.243	101.132	76.498	1.594.782	57.743
1987	352.682	266.926	235.981	197.928	207.855	142.207	101.752	76.311	1.581.642	58.421
1988	352.649	270.971	238.331	201.640	226.429	151.002	108.824	81.044	1.630.890	62.606

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 2º GRAU POR SÉRIE — REDE ESTADUAL — 1984-88

ANO	SÉRIES			NÃO SERIADO	TOTAL	CONCLUÍTES
	1:	2:	3:			
1984	69.255	39.161	24.001	960	—	19.664
1985	69.869	39.322	25.644	840	—	22.280
1986	70.875	42.318	27.024	700	—	22.624
1987	65.874	40.884	27.320	864	—	23.122
1988	77.983	43.332	28.411	919	—	24.430

FONTES: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

**MOVIMENTO ESCOLAR DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA, ALUNOS APROVADOS E REPROVADOS, TRANSFERÊNCIAS
EXPEDIDAS, ABANDONO E MATRÍCULA TOTAL — PARANÁ — 1984-88**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL					
	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matr. Fin. Não Ser.	Matr. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matr. Fin. Não Ser.	Matr. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matr. Fin. Não Ser.	Matr. Total
1984	112.338	19.176	10.700	42.060	—	184.274	561	31	77	46	—	715	112.899	19.207	10.777	42.106	—	184.989
1985	112.059	15.748	11.302	42.007	6.670	187.786	596	57	82	82	—	817	112.655	15.805	11.384	42.089	6.670	188.603
1986	120.260	16.566	12.945	45.962	5.767	195.502	575	38	69	80	—	762	114.835	16.606	13.014	46.042	5.767	196.344
1987	115.050	17.540	13.448	43.431	4.873	194.342	673	34	118	78	—	903	115.723	17.574	13.566	43.509	4.873	195.245
1988	125.827	16.566	13.842	47.244	5.769	209.248	767	66	107	152	—	1.092	126.594	16.632	13.949	47.396	5.769	210.340

FONTES: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A partir de 1985 os dados dos cursos não seriado estão incluídos na coluna Matrícula Final — Não Seriado.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE 2º GRAU
EXPANSÃO DA REDE ESTADUAL E PARTICULAR DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU

CURSOS	1988		1989		TOTAL
	Estadual	Particular	Estadual	Particular	
Magistério	252	042	016	—	
Contabilidade	215	058	003	—	
Educ. Geral	251	051	060	—	
Téc. Agrícola	009	007	—	—	
Téc. Florestal	001	—	—	—	
Outros Cursos	266	074	007	—	

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE 2º GRAU
EXPANSÃO DA REDE ESTADUAL E PARTICULAR DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU

MATRÍCULAS	1988		Total
	Estadual	Particular	
Magistério	31.649	5.574	37.223
Contabilidade	49.904	7.484	57.388
Educ. Geral	36.333	22.779	59.112
Téc. Agrícola	1.434	658	2.092
Téc. Florestal	165	—	165
Outros Cursos	44.749	12.927	57.676
			213.656

SAÚDE

**NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL,
NO PARANÁ — 1985-89**

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE CONSULTAS				
	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Menor de 1 ano	177.093	167.452	158.245	152.409	147.363
1 a 4 anos	259.550	231.839	220.258	220.984	211.643
5 a 14 anos	251.031	225.384	224.019	237.269	229.111
15 e mais anos	900.639	857.037	884.772	963.647	946.577
Gestantes	137.413	132.612	125.676	120.165	105.975
Puérperas	12.503	13.467	13.465	11.927	11.615
TOTAL	1.738.229	1.627.891	1.626.435	1.706.401	1.652.284

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados preliminares.

**ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADA PELOS HOSPITAIS DA
FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, NO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR				
	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Internamentos	24.213	23.381	24.027	26.271	27.523
Saídas ⁽¹⁾	24.494	23.325	22.887	25.132	27.144
Pacientes/Dia/Ano	469.279	432.293	490.115	530.107	385.485
Taxa de Ocupação	57,0	53,2	55,6	64,1	71,0
Consultas Médicas	80.675	96.800	98.010	102.010	128.326
Exames Radiológicos	14.564	40.015	49.744	58.424	64.273
Atend. Odontológicos	7.701	6.987	5.697	4.625	8.317
Cirurgias	2.281	1.819	2.000	1.967	2.274
Ações Obstétricas	4.316	4.858	4.930	5.020	5.036
Eletrodiagnósticos	1.119	1.213	1.358	1.402	911
Exames de Laboratório	97.871	122.784	125.767	144.778	(2)
Ações de Serviço Social	53.812	66.763	45.284	64.366	73.159

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: (01) Estão incluídos os pacientes remanescentes do ano anterior.

(02) Dados compilados pelo LACEN.

(*) Dados Preliminares.

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM, SEGUNDO O GRUPO
POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1985-89**

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM				
	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Menor de 1 ano	380.945	577.113	647.239	632.101	650.013
1 a 4 anos	479.212	710.086	868.969	832.000	833.786
5 a 14 anos	432.518	570.464	670.642	696.989	723.243
15 e mais anos	1.187.200	1.790.316	2.182.573	2.725.839	2.709.773
Gestantes	261.479	335.822	359.835	330.404	324.781
Puérperas	31.608	59.459	85.128	68.990	80.546
TOTAL	3.211.165⁽²⁾	4.755.574⁽²⁾	5.768.634⁽³⁾	5.286.323⁽⁴⁾	5.322.143⁽⁵⁾

FONTE: FCMR/SESA

(01) Inclui 438.203 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

(02) Inclui 712.314 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

(03) Inclui 954.248 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

(04) Inclui 1.158.276 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

(05) Inclui 2.298.815 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

(*) Dados Preliminares.

**NÚMERO DE CONSULTAS DE ENGERMAGEM, SEGUNDO O
GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1985-89**

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE CONSULTAS DE ENGERMAGEM, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1985-89				
	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Menor de 1 ano	10.806	9.036	7.327	6.434	6.177
1 a 4 anos	12.098	7.083	6.774	6.179	5.964
5 a 14 anos	10.777	7.100	6.774	5.341	6.969
15 e mais anos	27.150	19.370	22.972	23.664	32.571
Gestantes	8.334	8.139	6.228	4.090	4.353
Puérperas	1.097	896	795	1.338	881
TOTAL	70.262	51.624	50.870	47.046	56.915

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados Preliminares.

**ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRESTADA, SEGUNDO O GRUPO
POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1985-89**

GRUPO POPULACIONAL	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA				
	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Aplicação do Fluor (crianças)	1.034.246	1.129.469	1.213.588	1.314.872	
Escolares e Pré-Escolares					
Gestantes e Outros	292.660	568.284	721.193	737.890	

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: Em virtude de mudança de metodologia na coleta de dados, os escolares e pré-escolares e gestantes e outros foram agrupados num só grupo.

(*) Dados preliminares.

(1) Dados de 1989 ainda não consolidados.

**NÚMERO DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO SERVIÇO
DE SAÚDE MENTAL, NO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS				
	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Consultas Médico-Psiquiá- tricas	49.685	45.904	45.688	43.920	33.782
Consultas Psicológicas	50.924	53.085	59.324	40.121	31.781
Atendimento Preventivo — Individual e em Grupo	30.313	27.765	29.644	16.459	—
Pacientes com encaminha- mento hospitalar	1.836	2.548	1.678	1.478	—
Pacientes com encaminha- mento ambulatorial para controle	14.423	15.277	16.225	14.325	—
Pacientes com alta	1.207	724	1.129	969	—
Consulta Pedagógica ⁽¹⁾	—	—	—	511	968

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: (01) Serviço implantado em 2 Centros de Saúde, a partir do 2º semestre de 1988.

(*) Dados preliminares.

**NÚMERO DE MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE,
NO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Unidades Distribuídas	54.968.775	61.544.767	89.129.650	111.811.120	129.893.299

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: (1) Do total de medicamentos distribuídos, 35% foram produzidos pelo laboratório próprio.

(*) Dados preliminares.

**COBERTURA VACINAL DE ROTINA EM CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO,
SEGUNDO O TIPO DE DOENÇA, NO PARANÁ — 1985-89**

TIPO DE DOENÇA	1985	COBERTURA VACINAL (%)			(*)1989
		1986	1987	1988	
Contra a Tuberculose (BCG)	95,9	90,9	94,9	95,5	99,9
Contra a Difteria, Tétano e Coqueluche (Tríplice) ⁽¹⁾	76,9	80,5	80,9	81,5	85,5
Contra o Sarampo	80,4	87,1	88,7	83,7	87,0
Contra Pólio ⁽¹⁾	74,1	79,6	81,1	83,1	85,6

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: (1) Refere-se à terceira dose.

(*) Dados preliminares.

**COBERTURA VACINAL NOS DIAS NACIONAIS CONTRA A POLIOMIELITE EM
CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS, SEGUNDO AS FASES, NO PARANÁ — 1985-89**

FASES	1985	COBERTURA VACINAL (%)			1989
		1986	1987	1988	
1ª Fase	88,8	90,6	88,0	86,7	93,7
2ª Fase	87,4	78,6	93,6	89,5	95,6

FONTE: FCMR/SESA

**NÚMERO DE EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS, SEGUNDO O TIPO,
NO PARANÁ — 1985-89**

TIPOS DE EXAMES	NÚMERO DE EXAMES				
	1985	1986	1987	1988	1989
Exames Físico-Químicos, Microbiológicos e Microscópicos, para Análises Fiscais e Controle de Alimentos	10.426	9.341	7.234	5.099	9.162
Exames Microbiológicos para o Diagnóstico, Controle e Tratamento das Doenças Infecto Contagiosas	35.486	34.219	61.610	23.662	26.667
Exames Cito e Histopatológicos	11.884	15.412	8.922	10.387	6.151
Exames Imunológicos (**)	31.136	20.601	13.383	13.028	15.398
Exames de Análises Clínicas	466.779	471.904	493.226	627.694	983.000
Exames Viroológicos			1.287	2.128	2.672
Exames Toxicológicos				59	428
TOTAL	555.711	551.477	584.375	679.870	1.036.899

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados Preliminares

(**) — 1988, inclui AIDS

**NÚMERO DE INVESTIGAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS REALIZADAS,
NO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Investigações Realizadas	10.804	23.488	14.810	6.823	5.900

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados preliminares.

**NÚMERO DE SINTOMÁTICOS, COMUNICANTES E PACIENTES PORTADORES
DE TUBERCULOSE, CONTROLADOS PELO SERVIÇO DE PNEUMOLOGIA
SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Sintomáticos Respiratórios					
Examinados	19.149	16.146	14.110	11.956	12.915
Comunicantes Examinados	10.846	8.277	8.011	9.173	8.575
Casos de Tuberculose Diagnosticados e Tratados	3.355	3.525	3.062	3.115	2.612
Casos de Tuberculose que Receberam Alta por Cura	2.239	1.716	2.339	2.136	—

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados preliminares.

**NÚMERO DE PACIENTES PORTADORES DE HANSENÍASE, CONTROLADOS
PELO SERVIÇO DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Doentes Controlados	13.499	13.695	14.018	14.815	15.168
Pacientes Submetidos às Técnicas de Prevenção de Incapacidades Físicas	10.353	4.626	5.888	3.613	3.267

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados preliminares.

**NÚMERO DE AMOSTRAS COLETADAS EM ANIMAIS SUSPEITOS DE RAIVA
PELO SERVIÇO DE ZONÓSES, NO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Amostras coletadas em animais suspeitos	—	—	—	—	—
Percentual de amostras po- sitivas	—	—	—	—	—
Amostras coletadas em ani- mais domésticos e silvestres suspeitos	1.796	1.280	1.329	1.404	1.744
Percentual de amostras po- sitivas	8,6	6,0	10,4	6,6	8,0

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados preliminares.

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO CENTRO DE INFORMAÇÃO
TOXICOLÓGICA, NO PARANÁ — 1985-88**

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Atendimentos Prestados às Solicitações de Todo o Es- tado	2.183	2.467	4.080	2.412	2.449

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

(*) — Dados preliminares.

**NÚMERO DE INSPEÇÕES REALIZADAS PELO SERVIÇO DE HIGIENE
E CONTROLE DE ALIMENTOS, NO PARANÁ — 1985-88**

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Inspeções em Estabelecimentos Comerciais e Industriais	52.952	87.924	152.261	121.474	136.023

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: Até 1984, incluem estabelecimentos prestadores de serviços; em 1985, somente estabelecimentos de alimentos.

(*) — Dados preliminares.

**NÚMERO DE REFORMAS EM UNIDADES DE SAÚDE, SEGUNDO O TIPO DE
UNIDADE, NO PARANÁ — 1985-89**

TIPO DE UNIDADE	NÚMERO DE REFORMAS				
	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Centros de Saúde	68	11	45	56	17
Escritórios Distritais	3	—	—	—	—
Laboratórios	—	—	—	1	—
Hospitais	2	17	6	11	14
Centro Social Rural Adaptado para Hospital	—	—	—	4	6
Postos de Saúde	7	42	14	15	—
PAM	—	—	—	—	1

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

(*) — Dados preliminares.

**NÚMERO DE CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES, SANITÁRIAS, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE,
NO PARANÁ — 1985-89**

TIPO DE UNIDADE	1985		1986		1987		1988		(*)1989	
	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)
Postos de Saúde Construídos	186	10.240	114	6.599	135	8.025	55	2.804	33	1.802
Postos de Saúde Ampliados	3	179	—	—	4	193	3	292	3	187
Centros de Saúde Construídos	17	3.545	15	3.028	16	3.368	12	2.950	6	1.482
Centros de Saúde Ampliados	16	593	1	107	34	1.532	32	7.247	20	2.777
Hospitais Construídos (1)	1	778	2	1.556	3	1.589	4	1.876	5	88.942
Hospitais Ampliados	1	73	1	264	2	303	4	6.168	6	1.731
CSR Construídos/Ampliados(2)	28	5.345	16	3.138	—	—	1	306	2	496
Laboratórios Construídos	—	—	—	—	—	—	—	218	2	718
Esc. Dist. Ampliado/Construído	1	80	—	—	—	—	1	450	1	1.200

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

(*) — Dados Preliminares.

(1) — Incluiu uma Unidade Mista com área de 225m².

(2) — Até 1986 somente construção, a partir de 1987 apenas ampliação.

**INTOXICAÇÕES POR AGROTÓXICOS NOTIFICADAS AO CENTRO DE
INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA, NO PARANÁ — 1985-89**

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Número de Casos	1.119	585	567	421	411
Número de Óbitos	106	65	39	42	46
Coef. de Incidência (por 100.000 habs.)	13,3	6,7	6,3	4,5	4,4
Coef. de Mortalidade (por 100.000 habs.)	1,3	,7	,4	,4	,5
Coef. de Letalidade (%)	9,5	11,1	6,9	9,9	11,1

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados Preliminares.

**OUTROS ACIDENTES TOXICOLÓGICOS NOTIFICADOS AO CENTRO DE
INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA, NO PARANÁ — 1987-89**

DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	(*)1989
Medicamentos	208	191	180
Picada de Aracnídeo	316	500	523
Picada de Ofídio	997	983	960
Plantas Tóxicas	23	26	24
Outros Produtos ⁽¹⁾	249	263	317

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: (01) Inclui produtos químico-industriais, pesticida doméstico, raticidas, domissanitários, cosméticos e outros produtos.

(*) Dados preliminares.

**COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DAS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO
COMPULSÓRIA, NO PARANÁ — 1985-89**

DOENÇAS	1985	1986	1987	1988	(*)1989
Poliomielite	,1	,1	,0	,0	,0
Doença Meningocócica	,9	1,1	1,0	1,4	1,6
Meningite de Outras Etiol.	8,8	10,1	10,3	8,5	16,1
Meningite de Etiol. não Específica.	7,4	8,5	9,1	8,5	9,5
Difteria	1,6	1,1	,7	,4	,3
Tétano	2,2	1,7	1,9	1,6	,9
Coqueluche	21,1	19,9	13,2	4,7	7,3
Sarampo	60,8	126,9	108,7	5,7	3,6
Hepatite	67,7	47,1	46,0	51,4	62,9
Leptospirose	,2	,6	,6	,6	,2
Febre Tifóide	,1	,3	,1	,1	,1
Raiva Humana	1,7	,9	1,6	—	—
Tuberculose	41,6	43,2	37,4	33,7	21,1
Hanseníase	15,7	8,6	11,2	15,4	13,9
Aids	,1	,2	,2	,6	,5

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados Preliminares.

ALGUNS INDICADORES DE SAÚDE, PARANÁ — 1982-87

ANO	Coefficiente de mortalidade de infantil por 1.000 nascidos vivos	Mortalidade proporcional (% por grupo etário 0 — 1	50 e +	Coefficiente de mortalidade de doença transmissível por 100.000 habitantes	Coefficiente de mortalidade de materna por 1.000 nascidos vivos	Coefficiente de natalidade geral por 1.000 habitantes	Coefficiente de fecundidade de por 1.000 mulheres 15 a 49 anos
1982	41,60	20,30	51,56	41,10	0,79	27,77	109,92
1983	42,63	17,82	54,78	37,73	0,95	23,73	96,16
1984	43,69	16,60	56,17	41,64	1,05	21,25	86,00
1985	39,07	15,67	57,70	33,72	0,85	21,67	85,82
1986	36,98	15,08	58,97	33,20	0,79	21,51	87,61
1987	35,27	14,09	59,98	28,04	0,83	20,01	76,01

FONTE: AIT/GPC/FCMR-SESA

**ADMINISTRAÇÃO
FAZENDÁRIA**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA, NO PARANÁ — 1988-89

Valores Correntes — NCz\$ 1,00

RECEITAS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
	Realizada em 1988	Prevista em 1989 (NCz\$ 1,00)	Variação Percentual B/A	(*) Realizada em 1989 (Cz\$ 1,00)	Variação Percentual C/A	C/B
	A	B		C		
ICM — ICMS	203.482.071	992.842.123	487,93	3.262.537.218	1.603,35	328,61
ITBI — ITCMD	3.253.300	13.055.000	401,28	19.133.865	588,14	146,56
IPVA	1.600.631	10.444.000	652,49	21.674.636	1.534,13	207,53
Taxas	2.855.125	12.694.473	444,62	19.568.392	685,38	154,15
Outras Receitas Correntes ⁽¹⁾	30.122.708	91.813.353	304,80	213.988.845	710,39	233,07
Transferências Federais	38.403.438	156.210.087	406,76	513.645.401	1.337,50	328,82
Operações de Crédito	44.397.871	677.709.682	1.526,45	227.943.712	513,41	33,63
				47.290.383	—	—
TOTAL	324.115.144	1.954.768.718	603,11	4.325.782.452	1.334,64	221,29

FONTE: CAFE-SEFA

NOTA: (1) Este item inclui Receita Patrimonial, Agropecuária, de Serviços, Outras Receitas Correntes, Alienação de Bens e Amortização de Empréstimos aos Municípios. Estas receitas só poderão ser detalhadas por ocasião da elaboração do Balanço Geral do Estado.

(*) — Dados provisórios.

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS, PARA O ESTADO DO PARANÁ — 1988-89

Valores Correntes — NCz\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS					
	Receita Executada em 1988	Receita Orçamentária Prevista em 1989 (NCz\$ 1,00)	Variação Percentual B/A	(*) Receita Orçamentária Executada em 1989 (NCz\$ 1,00)	Variação Percentual C/A	C/B
Fundo de Participação dos Estados	18.985.939	76.838.000	404,7	314.897.573	1.658,58	409,82
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.307.687	25.065.600	472,3	115.112.837	2.168,79	459,25
Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos						
Fundo Rodoviário Nacional	3.675.820	14.920.000	405,9	5.900.964	160,53	39,55
Adicional	441.044	1.782.940	404,2	699.473	158,59	39,23
Salário Educação	4.352.662	11.563.000	265,7	55.661.684	1.278,80	481,38
Imposto sobre Serviços de Transporte	1.418.263	6.639.400	468,1	3.559.557	250,98	53,61
Imposto Único sobre Energia Elétrica	2.836.453	14.723.727	519,1	6.927.866	244,24	47,05
Imposto Único sobre Minerais	761.472	2.439.420	320,4	1.083.244	142,26	44,21
Outras Transferências da União	624.098	2.238.000	358,6	9.802.203	1.570,62	437,99
TOTAL	38.403.438	156.210.087	406,8	513.645.401	1.337,50	328,82

FONTE: CAFE-SEFA

COMPORTAMENTO HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL, NO PARANÁ — 1985-89
Valores Correntes — NCz\$ 1,00

ANOS	A		COMPOSIÇÃO DA RECEITA (NCz\$ 1,00)						TOTAL Valor
	Valor	%	Tributária Valor	%	Outras Valor	%	Operações de Crédito Valor	%	
1985	3.878.188	63,9	313.787	5,2	1.241.891	20,4	638.500	10,5	6.072.366
1986	12.126.267	70,9	589.722	3,4	2.571.572	15,1	1.809.559	10,6	17.097.120
1987	31.824.672	63,2	2.602.866	5,2	10.360.408	20,5	5.593.564	11,1	50.381.510
1988	211.191.127	65,2	30.122.708	9,3	44.397.871	13,7	38.403.438	11,8	324.115.144
1989*	3.370.204.494	77,9	215.550.191	5,0	227.943.712	5,3	513.645.401	11,9	4.327.343.798

FONTE: CAFÉ-SEFA

(*) — Dados Provisórios

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO AS ÁREAS E OS ÓRGÃOS, NO PARANÁ — 1988-89

ÁREAS E ÓRGÃOS	Realizada em 1988 (A)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 1989			Total (B)	Variação B/A
		Pessoal	Desp. Corrente	Capital		
INSTITUCIONAL	166.029	1.167.661	915.865	332.852	2.416.398	1.455,4
ALE	4.661	59.751	8.580	—	68.331	1.466,0
TC	2.167	25.627	1.226	302	27.155	1.253,1
TJ	11.068	158.315	4.792	1.975	165.082	1.491,5
TA	781	11.838	493	76	12.407	1.588,6
GOV	26.743	305.564	18.288	13.665	337.517	1.262,1
SEPL	1.152	10.481	2.030	26	12.537	1.088,3
SEFA	9.210	65.165	62.239	12.953	140.357	1.524,0
SEAD	5.542	10.991	58.946	3.026	72.963	1.316,5
AGE/SEPL	—	—	—	—	—	—
AGE/SEFA	102.210	507.441	729.041	300.829	1.537.311	1.504,1
SECS	1.997	2.952	29.033	31.985	31.985	1.601,7
PGE	498	9.556	1.197	—	10.753	2.159,2
SOCIAL	103.816	1.042.333	183.582	78.175	1.304.090	1.256,2
PGJ	2.536	58.255	434	32	58.721	2.315,5
SEEC	1.518	12.043	6.087	117	18.247	1.202,0
SEED	66.227	581.046	126.294	54.818	762.158	1.150,8
SESA	7.213	121.579	14.221	2.740	138.540	1.920,7
SESP	21.739	232.338	19.785	17.182	269.305	1.238,8
SEJA	4.583	37.072	16.761	3.286	57.119	1.246,3
ECONÔMICA	58.264	192.968	130.785	273.362	597.115	1.024,8
SETR	33.503	47.939	79.601	15.455	320.192	955,7
SEAB	11.217	129.222	42.079	61.021	186.756	1.664,9
SEDU	11.996	12.984	7.938	81.943	683,1	683,1
SEIC	1.548	2.823	1.167	4.234	8.224	531,3
TOTAL	328.109	2.402.982	1.230.232	684.389	4.317.603	1.315,9

FONTE: CAPE/SEFA

- NOTAS: (1) Despesa paga COR 315 de 31/12/89
 (2) Não inclui Resíduos Passivos 1988/89
 (3) Os valores da SEJU e SETA (extintas), estão incorporados na SEJA.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INTERNAS E EXTERNAS, NO PARANÁ — 1989
Valores Correntes — NCz\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS (INGRESSADAS ATÉ 31/06/89)
INTERNA	464.450	211.325
Vinculada	181.666	63.403
Não Vinculadas	282.784	147.922
EXTERNA	213.260	16.618
Vinculadas	73.560	16.618
Não Vinculadas	139.700	—
TOTAL	677.710	227.943
Antecipação da Receita Orçamentária		535.234
TOTAL	677.710	763.177

Fonte: CAFE/SEFA

OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS E CONTRATADAS, NO PARANÁ — 1989

Valores Correntes — Cz\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	Realizadas no Exercício	Contratadas no Exercício	Exercícios Anteriores
DÍVIDA INTERNA	211.325	147.922	63.403
Aviso 09	147.922	147.922	—
FAS/SESP	739	—	739
FAS/SEDU	575	—	575
FAS/HC Londrina	994	—	994
FAS/SEJU	925	—	925
CEF/PPS	887	—	887
CURA/Litoral/Municípios	5.311	—	5.311
CEF/Rodovias Rurais	41.966	—	41.966
PIRMIC	7.386	—	7.386
CEF/PRODURB/DER	3.692	—	3.692
CEF/FAE	928	—	928
DÍVIDA EXTERNA	16.618	4.173	12.445
BID III	5.712	—	5.712
BIRD Paraná Rural	4.173	4.173	—
BIRD/PRAM	6.733	—	6.733
TOTAL	227.943	152.095	75.848
Antecipação de Receita Orçamentária	535.234	535.234	
TOTAL GERAL	763.177	687.329	75.848

FONTE: CAFE/SEFA

SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA PÚBLICA, NO ESTADO DO PARANÁ — 1988-89

DISCRIMINAÇÃO	SALDO DEVEDOR EM 31/12			EVOLUÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA			
	31/12/88 Moeda Original em 1.000	Equivalente em Cz\$ 1.000	Moeda Original em 1.000	31/12/89 Moeda Original em 1.000	Equivalente em Cz\$ 1.000	Moeda Original em 1.000	%
DÍVIDA INTERNA							
Cz\$ ⁽¹⁾	35	35	120	120	120		243
OTN	19.531	93.567	25.010	25.010	1.786.666		28
US\$	311.836	235.919	333.926	3.792.734	3.792.734		7
UPC	4.192	13.444	7.546	7.546	293.465		80
TOTAL		342.965			5.874.985		
DÍVIDA EXTERNA							
US\$	258.901	195.872	241.527	241.527	2.743.774		(6,7)
DM	86.700	36.893	81.107	81.107	551.594		(6,4)
Sw.Fr.	69.152	34.774	65.958	65.958	493.221		(4,8)
YEN	21.555.909	130.413	21.098.426	21.098.426	1.693.191		(2,1)
FL	23.765	8.956	22.982	22.982	138.352		(3,4)
Libra	9.499	12.929	9.403	9.403	174.016		(1,0)
TOTAL		419.837			765.103		

FONTE: CAFE-SEFA

NOTA: (01) Não considerado Cz\$ 21.477.778 — Antecipação Receita Orçamentária

BANESTADO

BANESTADO S/A — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1985-89

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (NCz\$ 1.000)											
	1985		1986		1987		1988		1989			
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Receitas	3.049	6.520	2.715	2.725	19.869	29.523	110.665	538.551	1.204.516	1.204.516	12.012.293	12.012.293
Operacionais	3.047	6.506	2.696	2.700	19.834	29.451	110.429	537.002	1.203.245	1.203.245	12.005.946	12.005.946
Não Operacionais	2	14	19	25	35	72	236	549	1.271	1.271	6.347	6.347
Despesas	2.936	6.295	2.656	2.530	19.309	28.660	110.845	531.179	1.162.555	1.162.555	11.567.318	11.567.318
Operacionais	2.936	6.293	2.653	2.524	19.299	28.626	110.808	528.574	1.159.842	1.159.842	11.562.079	11.562.079
Não Operacionais	—	2	3	6	10	34	37	2.439	2.713	2.713	5.239	5.239
Correção Monetária	(12)	(30)	(55)	(60)	(104)	(107)	672	4.605	5.293	5.293	27.760	27.760
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica	—	—	—	—	(2)	(13)	33	—	391	391	—	—
Imposto de Renda	—	—	—	—	(44)	(142)	248	(1.441)	(14.733)	(14.733)	(133.645)	(133.645)
Resultado do Semestre	101	195	4	135	410	602	773	10.536	32.912	32.912	339.090	339.090
Resultado do Exercício	—	296	—	139	—	1.012	—	11.309	—	—	372.002	372.002

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — INFORMÁTICA
 (EX-BANESTADO S/A — PROCESSAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS)
EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1985-89

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Capital	39	41	161	550	4.500
Patrimônio Líquido	118	112	605	4.763	80.003
Receita	318	293	897	8.253	169.740
Despesa	321	276	941	10.897	177.020
Correção Monetária	12	1	80	2.148	24.670
Resultado	9	18	36	(496)	(7.280)

FONTE: BANESTADO

BANCO DEL PARANÁ S/A — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1985-89

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Capital	26	71	93	1.200	17.822
Patrimônio Líquido	14	41	65	1.274	27.679
Depósitos	169	602	922	12.842	464.238
Empréstimos	109	35	388	7.106	180.689
Receita	34	125	166	3.469	86.720
Despesa	42	123	161	3.148	80.478
Resultado	(8)	1	4	321	6.241

FONTE: BANESTADO

NOTA: As taxas utilizadas para a conversão do guarani em cruzeiros (1985, cruzados (1986-88) e cruzados novos (1989) foram as seguintes:

1985 — 15,9070

1986 — 0,092446

1987 — 9,65

1988 — 0,75

1989 — 50,50

BANESTADO S/A — APLICAÇÕES TOTAIS — 1985-89

DISCRIMINAÇÃO	APLICAÇÕES TOTAIS (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Agropecuária	802	2.125	4.150	29.042	385.519
Indústria	725	1.419	8.131	139.039	2.467.900
Comércio	295	1.554	2.566	13.925	133.664
Instituições Financeiras	—	4	4	527	4.638
Outras Atividades	390	1.223	2.597	21.783	191.181
Pessoa Física	297	561	1.051	10.291	271.847
Operações Especiais	7.416	5.538	32.047	413.882	7.802.943
Demais Operações do Setor Público	—	—	—	—	—
Adiantamentos a Depositantes	19	19	124	531	11.540
Desconto de Títulos	1.456	—	3.007	21.194	121.854
Crédito em Liquidação	577	326	711	12.279	252.897
Rendas de Crédito em Liq. a Apropriar	(189)	(118)	(261)	(4.072)	(92.598)
Rendas a Apropriar de Operações de Crédito	(105)	(103)	(186)	(2.974)	(21.855)
Provisão para Crédito em Liq. Duvidosa	(387)	(208)	(633)	(9.613)	(188.498)
TOTAL	11.296	12.340	53.308	645.879	11.341.032

FONTE: BANESTADO

BANESTADO CLUBE S/C — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1985-89

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Donativos	7	13	40	306	2.725
Fundo Social	—	—	—	—	—
Patrimônio Líquido	8	6	10	8	9.290
Receita	16	19	65	485	16.436
Despesa	10	17	62	476	7.646
Saldo	6	2	3	9	9.290

FONTE: BANESTADO

1989: Dados Provisórios.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO BANESTADO S/A — CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS — 1985-89

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Capital	66	96	162	1.500	74.000
Patrimônio Líquido	244	217	1.658	18.197	507.113
Títulos e Valores Mobiliários	90	126	47.678	290.276	7.649.938
Receita	504	448	35.643	344.819	(10.531.725)
Despesa	317	335	33.694	325.895	9.849.664
Correção Monetária	(146)	(59)	(682)	(13.375)	(297.494)
Resultado (antes do IR)	41	54	1.267	5.547	384.567

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — INDICADORES — 1985-89

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	INDICADORES (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Capital Social	455	769	1.947	8.911	113.229
Patrimônio Líquido	1.486	1.460	7.672	78.402	1.727.925
Depósitos Totais	4.380	8.648	27.278	274.133	4.479.638
Empréstimos Totais	11.296	12.340	53.363	645.879	11.253.762
Financiamentos Rurais	802	2.125	4.150	29.042	385.519
Financiamentos à Exportação	1.325	1.166	1.260	27.136	474.628
Financiamentos à Importação	41	101	—	27.853	42.356

FONTE: BANESTADO

BANESTADO LEASING S/A — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1985-89

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Capital	10	20	29	232	7.710
Patrimônio Líquido	41	51	387	5.069	122.631
Arrendamento a Receber	254	484	1.674	31.189	607.089
Receita	153	181	806	8.179	146.888
Despesa	174	233	1.277	17.575	341.928
Correção Monetária	35	61	740	9.997	272.609
Resultado	14	9	269	601	77.569

FONTE: BANESTADO

BENS ARRENDADOS PELO BANESTADO LEASING S/A, SEGUNDO O TIPO DE BENS, NO PARANÁ — 1985-89

DISCRIMINAÇÃO TIPO DE BENS	(NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Equipamentos em Geral	53	116	278	13.333	220.697
Veículos e Afins	33	149	218	18.008	344.362
TOTAL	86	265	496	31.341	565.059

FONTE: BANESTADO

BANESTADO LEASING S/A — ARRENDAMENTO MERCANTIL — 1985-89

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	ARRENDAMENTO MERCANTIL (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Serviços	16	328	646	16.378	405.714
Indústria	26	491	397	6.674	75.083
Comércio	18	242	400	6.210	108.132
Prefeitura	—	—	1	—	—
Outros	27	20	230	1.928	18.161
TOTAL	87	1.081	1.674	31.190	607.090

FONTE: BANESTADO

**PROJETOS DE REFLORESTAMENTO DO BANESTADO S/A –
REFLORESTADORA – 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	PROJETOS DE REFLORESTAMENTO				
	1985	1986	1987	1988	1989
Áreas Reflorestadas no Exercício (ha)	1.389	694	1.389	—	—
Áreas Reflorestadas Acumuladas (ha)	36.989	36.989	37.683	39.072	39.072
Áreas Plantadas no Exercício (ha)	3.472	1.735	3.472	—	—
Árvores Plantadas Acumuladas (ha)	118.822	120.557	124.029	124.029	124.029

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A – REFLORESTADORA – EXECUÇÃO FINANCEIRA – 1985-89
Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Capital	14	26	39	177	11.538
Patrimônio Líquido	24	11	(25)	(891)	149.424
Receita	10	10	25	440	9.142
Despesa	23	31	211	3.361	33.066
Correção Monetária	7	6	114	2.270	50.305
Resultado	(6)	(15)	(72)	(656)	26.381

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A – CORRETORA DE SEGUROS – EXECUÇÃO FINANCEIRA
1985-89

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Capital	3	5	9	97	1.180
Patrimônio Líquido	14	20	85	928	19.939
Receitas Técnicas Líquidas	12	35	110	746	10.580
Receitas Financeiras e Eventuais	18	7	95	1.458	19.551
Despesas Operacionais	5	6	84	834	10.825
Correção Monetária	(8)	(1)	(49)	(828)	(7.652)
Resultado Antes do IR	17	35	72	542	11.654

FONTE: BANESTADO

1989: Dados Provisórios.

**BANESTADO S/A — CRÉDITO IMOBILIÁRIO — EXECUÇÃO
FINANCEIRA 1985-89**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (NCz\$ 1.000)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Capital Social	80	139	331	1.181	10.866
Patrimônio Líquido	288	302	1.283	13.050	218.039
Depósitos de Poupança	5.039	3.529	25.286	382.362	5.442.519
Letras Imobiliárias	25	7	2	4	3
Recursos do BNH/CEF	1.212	1.602	8.237	122.238	2.127.750
Aplicações Imobiliárias	5.573	5.303	16.587	331.708	6.090.087
Receita	5.109	572	31.389	461.421	7.967.501
Despesa	4.999	664	30.544	542.680	7.801.834
Correção Monetária	(101)	—	(753)	(7.318)	(135.911)
Resultado	9	(92)	92	1.423	14.879

FONTE: BANESTADO

COMPOSIÇÃO DA REDE DE AGÊNCIAS DO BANESTADO S/A — 1985-89

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE AGÊNCIAS				
	1985	1986	1987	1988	1989
Agências no Paraná	287	286	287	288	322
Agências em Outros Estados	22	22	20	22	24
Total de Agências	309	308	307	310	346
Agências Pioneiras	41	47	42	57	83
Postos Especiais de Prestação de Serviços	68	140	196	221	221
Caixas Avançadas	58	—	—	—	—
Postos Avançados de Crédito Rural	6	2	1	1	1
Municípios Atendidos no Paraná	250	252	252	270	289

FONTE: BANESTADO

BADEP

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, AOS SETORES TERCIÁRIO E PÚBLICO, SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1985-89

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89 (Em NCz\$ 1.000,00, valores constantes)

DISCRIMINAÇÃO	1985		1986		1987		1988		1989	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sector Terciário	73.349,00	100,0	215.297,00	100,0	288.648,62	100,0	291.766,87	100,0	71.529,29	100,0
Inversões Fixas	18.520,00	25,2	165.169,90	76,7	255.728,56	88,6	190.515,51	65,3	59.210,86	82,8
Capital de Giro	54.829,00	74,8	49.945,71	23,2	3.730,45	1,3	90.610,46	31,1	12.318,43	17,2
Saneamento Financeiro	,00	0	181,39	,1	29.189,61	10,1	10.640,90	3,6	,00	,0
Sector Público	19.070,70	100,0	20.993,70	100,0	1.204,00	100,0	327.420,40	100,0	66.428,24	100,0
Inversões Fixas	5.092,53	26,8	20.993,70	100,0	1.204,00	100,0	327.420,40	100,0	66.428,24	100,0
Capital de Giro	13.390,38	70,2	,00	0	,00	0	,00	0	,00	0
Saneamento Financeiro	587,79	3,0	,00	0	,00	0	,00	0	,00	0
TOTAL	92.419,70	100,0	236.290,70	100,0	289.852,62	100,0	619.187,27	100,0	137.957,53	100,0

FONTE: APL-BADEP

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1985-89

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89 (Em NCz\$ 1.000,00, valores constantes)

DISCRIMINAÇÃO	1985		1986		1987		1988		1989	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	205.365,18	26,7	628.926,51	52,5	540.818,91	58,3	577.552,92	75,7	1.169.361,96	80,6
Capital de Giro	202.993,04	26,5	450.618,39	37,7	301.104,11	32,5	158.789,98	20,8	269.198,85	18,5
Saneamento Financeiro	358.290,14	46,8	117.125,80	9,8	85.187,31	9,2	27.090,76	3,5	14.326,20	,9
TOTAL	766.648,36	100,0	1.196.670,70	100,0	927.110,33	100,0	763.433,66	100,0	1.452.887,01	100,0

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, AO SETOR PRIMÁRIO,
SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1985-89**

(Em NCz\$ 1.000,00, valores constantes)

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89

DISCRIMINAÇÃO	1985		1986		1987		1988		1989	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	5.183,65	65,20	30.221,10	89,50	22.175,24	72,20	69.540,27	99,90	66.406,09	99,30
Capital de Giro	2.768,59	34,80	3.555,31	10,50	8.539,46	27,80	69,67	,10	451,99	,70
Saneamento Financeiro	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL	7.952,24	100,0	33.776,41	100,0	30.714,70	100,0	69.609,94	100,0	66.858,08	100,0

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, SEGUNDO A FINALIDADE,
NO PARANÁ — 1985-89**

(Em NCz\$ 1.000,00, valores constantes)

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89

DISCRIMINAÇÃO	1985		1986		1987		1988		1989	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	234.161,36	27,00	845.311,21	57,60	819.926,71	65,70	1.165.029,10	80,22	1.361.407,15	82,13
Capital de Giro	273.981,01	31,60	504.119,41	34,40	313.374,02	25,10	249.470,11	17,18	281.969,27	17,01
Saneamento Financeiro	358.877,93	41,40	117.307,19	8,00	114.376,92	9,20	37.731,66	2,60	14.326,20	,86
TOTAL	867.020,30	100,0	1.466.737,81	100,0	1.247.677,65	100,0	1.452.230,87	100,0	1.657.702,62	100,0

FONTE: APL-BADEP

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1985-89

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89	1985				1986				1987				1988				1989			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
SETORES DE ATIVIDADE																				
Setor Privado	847.949,60	97,80	1.445.744,11	98,57	1.246.473,65	99,90	1.124.810,47	77,50	1.591.274,38	96,00										
Setor Primário	7.952,24	,92	33.776,41	2,30	30.714,70	2,50	69.609,94	4,80	66.858,08	4,00										
Setor Secundário	766.648,36	88,42	1.196.670,70	81,59	927.110,33	74,30	763.433,66	52,60	1.452.887,01	87,60										
Setor Terciário	73.349,00	8,46	215.297,00	14,68	288.648,62	23,10	291.766,87	20,10	71.529,29	4,40										
Setor Público	19.070,70	2,20	20.993,70	1,43	1.204,00	,10	327.420,40	22,50	66.428,24	4,00										
TOTAL	867.020,30	100,0	1.466.737,81	100,0	1.247.677,65	100,0	1.452.230,87	100,0	1.657.702,62	100,0										

FONTE: APL-BADEP

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, NO PARANÁ — 1985-89

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89	1985				1986				1987				1988				1989			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
INVESTIMENTOS TOTAIS																				
Anos	Fixo/Misto	Giro	San. Financ.	Total	Financiamentos e Prest. Garantias	Empregos Gerados	ICM Gerado													
1985	308.639,83	362.320,53	358.438,14	1.029.398,50	867.020,30	3.545	256.607,41													
1986	1.190.245,71	759.386,24	115.690,91	2.065.322,86	1.466.737,81	8.271	240.611,66													
1987	1.064.520,89	390.237,81	118.097,56	1.572.856,26	1.247.677,65	7.163	727.082,36													
1988	2.016.168,17	431.491,80	65.338,83	2.512.998,80	1.452.230,87	5.901	280.868,91													
1989	2.019.913,44	418.356,07	21.255,60	2.459.524,37	1.657.702,62	6.058	271.498,66													

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BADEP, SEGUNDO OS SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADE,
NO PARANÁ — 1989**

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89 (Em NCz\$ 1.000,00, valores constantes)

SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADES	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	Mão-de-Obra
Setor Primário	2.112	67.257,66	66.858,08	3
Setor Secundário	692	2.194.053,92	1.452.887,01	5.663
Minerais Não-Metálicos	28	48.180,99	35.951,39	373
Metalurgia	30	54.083,21	41.811,53	573
Mecânica	94	300.912,16	198.119,77	349
Materiais Elétricos e de Comunicações	17	33.559,47	24.768,84	472
Material de Transporte	4	36.951,11	21.718,23	0
Madeira	85	109.975,99	63.708,82	379
Mobiliário	14	20.130,07	10.812,31	201
Papel e Papelão	93	839.521,37	535.644,71	419
Borracha	5	20.712,63	16.435,04	296
Couro, Peles e Similares	2	5.723,53	3.972,51	20
Química	14	4.249,90	2.788,20	20
Produtos Farmacêutico e Similares	1	795,09	462,86	0
Perfumes, Sabões e Velas	2	1.847,96	1.406,83	9
Produtos de Matéria Plástica	31	49.603,39	29.471,23	138
Têxtil	33	191.580,09	129.011,22	33
Vestimentas, Calçados e Ar- tigos de Tecidos	15	29.471,89	21.502,92	1.003
Produtos Alimentares	202	431.584,40	302.350,04	1.262
Bebidas	10	5.869,65	5.680,23	0
Editorial e Gráfica	8	8.968,49	7.017,86	114
Diversos	4	332,53	252,47	2
Setor Terciário	122	110.802,14	71.529,29	392
Setor Privado	2.926	2.372.113,72	1.591.274,38	6.058
Setor Público	9	87.410,65	66.428,24	0
TOTAL	2.935	2.459.524,37	1.657.702,62	6.058

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BADEP, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ — 1989**
Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89 (Em NCz\$ 1.000,00, valores constantes)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	Mão-de-Obra
1 Curitiba	380	961.582,31	630.216,71	2.970
2 Litoral Paranaense	71	4.832,58	3.768,08	5
3 Alto Ribeira	83	3.008,29	2.945,28	0
4 Alto Rio Negro	17	343,31	336,12	0
5 Campos da Lapa	28	4.914,50	3.073,19	73
6 Campos de Ponta Grossa	227	130.013,94	94.012,17	128
7 Campos de Jaguariaíva	22	525.158,59	358.253,46	3
8 São Mateus do Sul	21	3.175,34	3.108,83	0
9 Colonial de Irati	42	17.859,81	11.015,17	0
10 Alto Ivaí	62	761,97	746,01	0
11 Norte de Wenceslau Braz	40	6.746,02	6.604,72	0
12 Norte Velho de Jacarezinho	21	10.930,35	8.941,89	10
13 Algodoeira de Assaí	20	166.438,63	110.375,16	0
14 Norte Novo de Londrina	174	93.490,74	66.644,41	1.100
15 Norte Novo de Maringá	53	125.196,42	98.123,46	407
16 Norte de Paranavá	10	15.916,16	9.182,55	21
17 Norte Novo de Apucarana	27	17.884,56	11.484,12	105
18 Norte de Umuarama	19	30.048,01	21.972,16	170
19 Campo Mourão	154	62.153,82	44.518,55	201
20 Pitanga	220	8.295,93	6.179,66	14
21 Extremo Oeste Paranaense	225	71.591,16	43.338,67	310
22 Sudoeste Paranaense	269	54.403,25	36.671,35	180
23 Campos de Guarapuava	306	133.481,18	77.150,40	332
24 Médio Iguaçu	444	11.296,60	9.040,50	29
TOTAL	2.935	2.459.524,37	1.657.702,62	6.058

FONTE: APL-BADEP

**PRINCIPAIS ATIVIDADES APOIADAS NO SETOR PRIVADO,
NO PARANÁ — 1989**

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89 (Em NCz\$ 1.000,00, valores constantes)

DISCRIMINAÇÃO	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS		
	Financiamentos	%	Investimentos
Cooperativas	361.104,42	22,70	526.481,41
Indústria de Papel e Papelão	535.644,71	33,60	839.521,37
Segmento Metal-Mecânico	286.418,37	18,00	388.554,84
Indústria Madeireira e do Mobiliário	74.521,13	4,70	130.106,06
Indústria de Produtos Alimentares	302.350,04	19,00	431.584,40
Outras Atividades	31.235,71	2,00	55.865,64
TOTAL	1.591.274,38	100,0	2.372.113,72

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BADEP, SEGUNDO OS SETORES E O TAMANHO DAS EMPRESAS,
NO PARANÁ — 1989**

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89 (Em NCz\$ 1.000,00, valores constantes)

SETORES E TAMANHO DAS EMPRESAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	%
SETOR PRIVADO	2.926	2.372.113,72	1.591.274,38	96,00
Microempresas	2.111	66.621,18	66.603,58	4,20
Pequenas Empresas	298	297.740,27	190.646,40	12,00
Médias Empresas	160	444.327,05	257.426,15	16,20
Grandes Empresas	357	1.563.425,22	1.076.598,25	67,70
SETOR PÚBLICO	9	87.410,65	66.428,24	4,00
Total	2.935	2.459.524,37	1.657.702,62	100,00

FONTE: APL-BADEP

MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DO BADEP, SEGUNDO AS FONTES — 1989

Fator de Correção — US\$ Médio — dez/89 (Em NCz\$ 1.000,00, valores constantes)

FONTES	MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS 1989	
	Valor	%
FDE	54.429,95	3,2
Convênios e Repasses	1.395.208,52	80,7
BNDES	782.759,34	45,3
FINAME	448.244,70	25,9
Outros	164.204,48	9,5
Recursos Externos	,00	,0
Recursos Próprios	54.222,82	3,1
Total Financiamentos	1.503.861,29	87,0
Avais/Finanças Concedidas	12.904,53	,8
Total (Aplicações)	1.516.765,82	87,8
Arrecadação Própria (Custeio)	211.433,24	12,2
TOTAL	1.728.199,06	100,0

FONTE: APL-BADEP

ADMINISTRAÇÃO GERAL

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

COMBUSTÍVEL	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Gasolina	5.034	4.799	4.488	3.129	2.616	1.677	648
Alcool	7.146	8.194	10.574	11.982	12.624	8.991	5.321
Diesel	13.368	14.313	15.133	11.850	11.239	8.938	935
TOTAL	25.548	27.306	30.195	26.961	26.479	19.607	6.814

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

COMBUSTÍVEL	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Gasolina	2.513	2.526	2.253	1.654	1.621	1.264	616
Alcool	2.399	3.254	4.136	4.764	6.319	6.834	4.218
Diesel	567	597	567	406	460	518	389
TOTAL	5.479	6.377	6.956	6.824	8.400	8.617	5.223

FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO PARANÁ

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Direta	2.271	2.417	2.586	2.875	3.070	2.830	3.208
Indireta	5.036	5.432	5.921	6.278	6.788	7.776	7.179
TOTAL	7.307	7.849	8.507	9.153	9.858	10.606	10.387

SITUAÇÃO DOS RECURSOS DO PODER EXECUTIVO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUICA DO PR

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Ativos	86.649	90.094	92.942	99.120	97.487	98.080	97.885
Inativos	25.718	29.014	32.087	34.245	37.526	39.225	40.949
TOTAL	112.367	119.108	125.029	133.365	135.013	137.305	138.834